

HISTÓRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIZELA

DA REGENERAÇÃO AO TERMO DA I REPÚBLICA

EUGÉNIO SILVA

140
1877-2017
ANOS



José Eugénio Carvalho da Silva

**História dos Bombeiros Voluntários de Vizela: da
Regeneração ao termo da I República (Vol. 1)**

Ficha técnica

Título: História dos Bombeiros Voluntários de Vizela: da Regeneração ao termo da I República (Vol. 1)

Autor: José Eugénio Carvalho da Silva

Tiragem: 200

Depósito legal: 424967/177

ISBN: 978-989-20-7512-9

Tipografia: Vizelgraf

PREFÁCIO

Os estudos de História Local, particularmente os que se centram na história de uma instituição, tendem a ser relatos panegíricos, descrições cronológicas dos sucessos e grandezas, sem grandes preocupações com o curso geral da História.

Não é o que acontece com este excelente trabalho que o Dr. Eugénio Silva nos apresenta sobre a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas de Vizela, que se assumirá, certamente, como um valioso ponto de partida para quem pretender conhecer a história vizelense a partir de finais do século XIX.

Assumindo esta investigação, o Dr. Eugénio Silva, para lá do amor pelo torrão natal, soube utilizar a sua excelente formação de historiador: não quis somente listar uma série de acontecimentos, procurou as suas causas, o contexto e as motivações que levaram os atores da comunidade vizelense a empreender a criação de uma associação de bombeiros voluntários. É neste sentido, por exemplo, que partindo de hipótese formulada no início do trabalho, tenta cruzar a evolução da corporação vizelense com a evolução política nacional e regional numa época tão conturbada da história de Portugal, como foi a transição do século XIX para o século XX.

O maior desafio que o autor enfrentou foi, certamente, a inexistência de estudos científicos sobre a história dos bombeiros em Portugal. Esta dificuldade foi ultrapassada através do estudo rigoroso de uma diversidade de fontes: para além do arquivo da corporação vizelense (com significativas lacunas), avulta o trabalho de pesquisa realizado na imprensa da época e na documentação administrativa do Município Vimaranesse.

Num relato bem documentado, podemos acompanhar neste primeiro volume a evolução dos primeiros cinquenta anos da corporação vizelense desde a sua fundação, em 1877, até aos alvares do Estado Novo, em 1928.

Deste valioso trabalho, destaco algumas das ideias que retive: o bairrismo da comunidade vizelense, certamente uma das primeiras que não sendo sede de concelho possuiu uma corporação de bombeiros; as dificuldades financeiras estruturais da corporação, só ultrapassadas graças à generosidade e engenho das suas direções e associados; o contínuo esforço de proporcionar aos bombeiros as infraestruturas, os equipamentos e a formação que lhes permitisse desempenhar adequadamente o seu papel de proteção. É ainda possível acompanhar o

alargamento das competências dos bombeiros voluntários: criados para combater o fogo, cedo despertaram também para o socorro dos doentes e acidentados.

Ao longo da leitura surpreendi-me, acompanhando a surpresa do próprio autor, por não se conseguirem detetar no seio da corporação do Bombeiros Voluntários de Vizela as tensões políticas que grassavam na sociedade portuguesa. Aliás, o que a documentação apresentada exhibe é uma continuidade por vezes desconcertante das direções da corporação, imunes até à própria mudança de regime. Certamente os valores do auxílio e da solidariedade pesavam mais do que as diferenças políticas.

Felicitemos o Dr. Eugénio Silva pelo trabalho que nos apresenta, esperando que mantenha a energia que lhe é característica para concluir esta valiosa investigação que, aproximando-se do presente, virá certamente auxiliar-nos a compreender melhor a comunidade que atualmente somos.

Finalmente, devemos também saudar o exemplo que nos dá a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas de Vizela ao decidir comemorar a passagem de mais um aniversário valorizando o seu passado – é assim que se constrói o futuro!

Antero Ferreira

Vizela, 2017

Mensagem

Bombeiros - Soldados de Paz, Soldados de Vida...

Como aqueles a quem buscam o nome, são heroicos, abnegados, nobres e ousados;

Como aqueles a quem buscam o nome, defendem valores e princípios e regem-se por deveres que os engrandecem;

Como aqueles a quem buscam o nome, vestem uma farda que os distinguem e diferenciam entre os demais.

Por outro lado e, a contrário daqueles a quem buscam o nome, as armas que usam não são letais e os adversários que enfrentam não são, por norma, materializáveis em outros humanos;

Por outro lado e a contrário daqueles a quem buscam o nome, a paz que procuram, pela sua natureza intrinsecamente social, elege sempre a vida dos outros como bem supremo a salvaguardar.

A publicação que dá à estampa no 140º Aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vizela, procura trazer à tona das águas do rio da sua existência cinquenta anos do seu passado histórico e delinear em traços firmes e seguros o seu contorno vivencial permitindo, assim, dar a conhecer e reavivar na memória das gentes vizelenses os trabalhos, as esperanças e também os desgostos de todos aqueles que estiveram na sua génese e guiaram os seus destinos.

Confrontando em permanência, em percursos paralelos e em bem elaborada síntese, a narração dos factos sociais, políticos, económicos e até militares vividos pelo colectivo nacional e a comunidade local com o desenvolvimento evolutivo da Instituição – Bombeiros de Vizela, fá-lo com cativante linguagem, traduzida com simplicidade, em escrita cristalina e singular, cuja leitura fácil e fluente nos leva de forma “glutona” a só desistir no seu término.

Lutando o autor com escassez de fontes, os hiatos narrativos com que se deparou foram ultrapassados com o rigor histórico possível suportado em louvável seriedade dedutiva.

Saliente-se ainda, como reparo merecedor e digno de referência, que o respeito que os Bombeiros de Vizela sempre mereceram e receberam dos seus concidadãos, poderá traduzir-se no não transporte para o interior do quartel das divergências políticas e partidárias vividas, por vezes com acalorado rigor, na sociedade portuguesa e vizelense. Ontem como hoje a política não entra nas suas portas.

Por fim uma palavra de louvor e parabéns ao Senhor Dr. José Eugénio Carvalho da Silva pela obra que realizou a qual vem enriquecer e colmatar uma lacuna na já longa história da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vizela.

Pelo facto estão de parabéns todos os seus societários, todos aqueles que devotamente a servem, bem assim como todas as gentes ribeirinhas de Vizela.

O Presidente da Assembleia Geral

Cipriano Alves

Tenente General

Mensagem

Aparentemente, apenas uma farda e um cinto vermelho o distingue dos demais. Mas, não!

O **Bombeiro**, na sua singularidade, humildade e altruísmo, vê tudo o que se passa à sua volta, escuta o grito de socorro dos aflitos e transmite confiança e calma a quem delas necessita.

Mas, para ser Bombeiro, é preciso fazer uma escolha difícil e ter uma paixão.

Uma escolha que apenas alguns querem e conseguem fazer.

Uma paixão somente reservada aos heróis.

Sim, porque os Bombeiros são os nossos heróis.

São os nossos anjos da Guarda.

Foi, assim, nos últimos 140 anos.

É, assim, hoje,

Será, assim, amanhã.

Nós, que fazemos parte do hoje, temos obrigação de preservar a memória de todos os que nos antecederam, formar e motivar os de agora e preparar os que virão.

Hoje, duma forma muito especial lembramos todos os que já partiram, desde a longínqua data da fundação desta Associação, em 1877, até à presente data, mas duma forma particular os que estão retratados neste livro histórico dos Bombeiros Voluntários de Vizela, num primeiro trabalho do amigo vizelense Dr. Eugénio Silva, a quem felicito efusivamente e agradeço do fundo do coração o trabalho realizado em nome da Associação que represento.

Uma felicitação e o meu obrigado, ainda, a todos os elementos dos diversos órgãos sociais, duma forma muito especial aos colegas da Direção, e a todos os pais, cônjuges, filhos e familiares diretos dos nossos Bombeiros.

É uma honra servir esta Associação.

É uma honra fazer parte duma instituição de heróis.

João Ilídio Monteiro da Costa – Presidente da Direção

Mensagem

Os bombeiros. A dimensão dos bombeiros e em especial a nossa Real Associação de Bombeiros Voluntários de Vizela pode e deve ser resumida pela voz da pequena Maria Inês, 8 anos, que em pleno combate aos fogos na sua terra (Abrantes) dizia,

“Obrigado por teres salvo a nossa terra”,

“És um herói”;

Estas foram algumas das frases escritas nas tampas das embalagens de comida quente confeccionada e entregue pelo Restaurante Dom Papito, Alferrarede, Abrantes, aos bombeiros que combateram os grandes incêndios que ali decorreram no verão de 2016.

Tal como a pequena Maria Inês, Vizela, terra grata e respeitada, considera do mesmo modo os nossos bombeiros. Estes são e serão os nossos heróis. Sempre. O baluarte que garante a proteção sem olhar a cores, raças ou credos. Nada mais altruísta. O expoente máximo da superação e do olhar ao próximo. Sinto-me honrado por singelamente e em dimensão incomparavelmente menor fazer parte da família da Real Associação de Bombeiros Voluntários de Vizela.

Presidente do Conselho Fiscal

Miguel Machado

Mensagem

Celebrar o 140º Aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vizela é um momento de júbilo para todos quantos prestam e já prestaram, de forma voluntária e dedicada, funções nesta “casa”. Sim, chamamos-lhe casa porque o quartel é, muitas vezes, a nossa segunda casa e, não raras vezes, mesmo a primeira. Os bombeiros voluntários são, em Portugal, um dos maiores agentes de proteção civil. A realidade que se vive hoje é completamente diferente da que existia há 40 e há 100 anos atrás. A sociedade evoluiu exponencialmente e face às mais diversas exigências que se impõem atualmente a qualquer cidadão, seja ao nível social, profissional ou pessoal, é cada vez mais árduo para o bombeiro o exercício desta tão nobre missão, que obriga a um permanente compromisso, quer ao nível da disponibilidade, quer ao nível da formação e atualização de conhecimentos. Um verdadeiro desafio. Não obstante, apesar do progresso e desenvolvimento verificados, não podemos nem devemos olvidar a nossa história e o contributo dos nossos antepassados que criaram e sustentaram esta tão nobre Associação, erigindo um legado que perdura no tempo e que nos cabe preservar. Este livro é um dos veículos para essa preservação, perpetuando, através da escrita, os acontecimentos marcantes vividos em tempos, a sabedoria de quem lutou por esta Causa e a abnegação de todos quantos serviram esta Associação. Este Corpo de Bombeiros tem sabido gerir a mudança e dar resposta às exigências que nos são diariamente colocadas: os nossos bombeiros estão preparados para atuar nas mais diversas situações de socorro à população, com qualidade, eficácia e responsabilidade. Para todos nós, é com muito orgulho que contribuímos para o crescimento e construção contínua de uma instituição centenária, com uma história única, vivendo para a causa humanitária: servir o próximo! “Vida por Vida” é o lema que guia o bombeiro no seu caminho de entrega e espírito de missão. A todos os Homens e Mulheres que serviram e servem o Corpo de Bombeiros Voluntários de Vizela e esta Associação presto o meu reconhecimento pois que, neste percurso centenário, de forma abnegada e altruísta, com fraternidade e, muitas vezes, sacrifício pessoal, prestaram e prestam à comunidade um serviço exemplar. Que esta corporação continue a ser uma referência para todos e que consiga mobilizar os jovens para uma causa tão nobre: ser Bombeiro! Parabéns à Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

Adão Carvalho

2º Comandante

Mensagem

A Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela comemora este ano 140 anos de uma história de dificuldades, sacrifícios, muito entusiasmo, determinação e espírito de bem servir que, hoje, continua a ser sustentado, com o mesmo amor e espírito de luta, pelos atuais Corpos Gerentes da Associação e seu Corpo Ativo.

A história de uma instituição, com um grandioso e admirável passado, é portanto fundamental para o Concelho. Por isso, é de louvar o trabalho aqui apresentado pelo seu autor, Eugénio Silva.

Nenhuma coletividade está tão próxima das pessoas quanto os Bombeiros. Por isso, a sua valorização é uma responsabilidade de todos nós, sendo a edição desta publicação uma forma de preservar a história desta nobre instituição vizelense, que dignifica toda a comunidade.

Parabéns à Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela por mais esta iniciativa, contribuindo para o enriquecimento cultural do nosso Concelho.

Em nome da Câmara Municipal de Vizela, a que tenho a honra de presidir, a todos dirijo a mais fraterna e amiga saudação, com os votos de que a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela continue a trilhar, como até agora, o caminho de esforço e dedicação nas comunidades e no seu território, com tanto empenho, tão grande dedicação e inultrapassável espírito de sacrifício.

Dinis Manuel da Silva Costa

Presidente da Câmara Municipal de Vizela

Índice

Prefácio	3
Mensagens	5
Índice de Quadros	12
Índice de Ilustrações	13
Siglas e Abreviaturas	14
Agradecimentos	15
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos	16
1.2 Delimitações, Fontes e Metodologia do Trabalho	17
2. A ASSOCIAÇÃO NO TEMPO DA MONARQUIA LIBERAL	21
2.1. Breve Contextualização Histórica	21
2.2. O Progresso e o Desenvolvimento de Vizela - 1850-1910	23
2.2.1 As singulares realidades demográficas	23
2.2.2 A rede viária e as transformações urbanas	24
2.2.3 O termalismo e os balneários termais no século XIX	26
2.2.4 As atividades comerciais e serviços	27
2.2.5 Os espaços de diversão e lazer	28
2.2.6 Organizações e equipamentos sociais	28
2.3. A Génese da Fundação dos Voluntários de Vizela	29
2.3.1 A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela	31
2.4. Organização e Funcionamento da AHBVV - Os Primeiros Estatutos	35
2.4.1 Os associados - classificação e deveres	36
2.5. Organização e Gestão	37
2.5.1 Assembleia Geral	37
2.5.2 Direção	38
2.5.3 Conselho Fiscal	39
2.5.4 As persistentes dificuldades financeiras.	40
2.6 Estrutura e Organização do Corpo Ativo da AHBVV	41
2.6.1 Formação e treino	45
2.6.2 Disciplina	46
2.6.3 O serviço de maqueiros	47
2.7 Material, Recursos e Meios Técnicos	47
2.7.1 Os meios de alarme	52
2.8 Instalações e Renovação Imobiliária. <i>A Estação das Bombas</i>	54
2.9 Os Homens	56
2.9.1 Diretores e Direções	57
2.9.2 Armindo Pereira da Costa – o primeiro 1.º Comandante	61
3. A ASSOCIAÇÃO NO TEMPO DA I REPÚBLICA	63
3.1 I República – Principais Características Políticas	63

3.2	Vizela na I República	66
3.3	A Evolução Morfológica do Corpo Ativo	71
3.3.1	O progresso do serviço de maqueiros	71
3.3.2	Formação e treino. A casa escola	72
3.3.3	As funções do quarteleiro	74
3.3.4	A banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela	75
3.4	Material, Recursos e Meios Técnicos	77
3.4.1	Os meios de alarme	81
3.5	A Compra do Prédio do Quartel	82
3.6	Os Homens	84
3.6.1	Diretores e Direções	84
3.6.2	Os Bombeiros	87
	Conclusões	90
	Fontes e Bibliografia	93

Anexos

Anexo 1.	1877 - <i>“Imparcial</i> , n.º 412, de 08-05-1877	98
Anexo 2.	1878 - Estatutos da AHBVV	99
Anexo 3.	1894 - <i>Projecto de Contrato</i> - CMG e AHBVV	113
Anexo 4.	1878 - <i>“Imparcial</i> , n.º 485, de 22-02-1878	118
Anexo 5.	1879 - <i>“Imparcial</i> , n.º 602, de 20-05-1879	119
Anexo 6.	1905 - <i>“Echos de Visella”</i> , n.º 47, de 06-08-1905	120
Anexo 7.	1854 - Certidão de Nascimento – Armindo Pereira da Costa	121
Anexo 8.	1961 - <i>“Notícias de Guimarães”</i> , n.º 1 519, de 05-02-1961	122

Índice de Quadros

Quadro 1.	Corporações de Bombeiros - Datas de Fundação	33
Quadro 2.	Comissão Instaladora da AHBVV – 1878	35
Quadro 3.	Estrutura Operacional	43
Quadro 4.	Estrutura do Corpo Ativo – 1895	44
Quadro 5.	Bomba Braçal – 1877	49
Quadro 6.	Material -1877	50
Quadro 7.	Direção – 1894	51
Quadro 8.	Bombas Braçais – 1894	51
Quadro 9.	Material Diverso – 1894	52
Quadro 10.	Comissão Instaladora da AHBVV - 1878	58
Quadro 11.	Direções – 1895-1910	59
Quadro 12.	1926 – Vizela População /Fogos	70
Quadro 13.	Armamento – 1926	78
Quadro 14.	Viatura N.º 1 – 1926	79
Quadro 15.	Viatura N.º 2 – 1926	79
Quadro 16.	Viatura N.º 3 – 1926	79
Quadro 17.	Viatura N.º 4 – 1926	80
Quadro 18.	Material Diverso – 1926	80

Quadro 19. Direções – 1911-1927	85
Quadro 20. Conselho Fiscal - 1918 – 1927	86
Quadro 21. 1. ^a Direção – 1927	87
Quadro 22. Corpo Ativo da AHBVV – 1927	88

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Vizela – Vista geral -1920?	25
Ilustração 2 - Vizela – Vista das Termas e do Mourisco	26
Ilustração 3 - Corpo ativo – 1886	32
Ilustração 4 – Carta de Mercê - 1905	34
Ilustração 5 - <i>Imparcial</i> – Notícia do material de incêndio – 1877	49
Ilustração 6 – Bomba braçal – Carl Metz	50
Ilustração 7 – Sino de alarme da ABVV	53
Ilustração 8 – Armino Pereira da Costa – 1.º Comandante	61
Ilustração 9 – Corpo ativo da AHBVV – 1925	73
Ilustração 10 – Banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela - 1928	75
Ilustração 11 - Antigo quartel de piso térreo	83

Siglas e Abreviaturas

AHBVV – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

ARHBVV – Arquivo da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

AMAP –Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Arq – Arquivo

CBV – Companhia dos Banhos de Vizela

Cf – Ver; confrontar

CMG – Câmara Municipal de Guimarães

Coord –Coordenação

Ed. a – Edição do autor

ER – Estrada Real

fl – Folha

m – Metro

p – Página

pp – Páginas

PRD – Partido Republicano Democrático

SMS – Sociedade Martins Sarmento

RAHBVV – Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

V - Verso

Agradecimentos

Ao Dr. Antero Ferreira, pelo seu saber e apurado sentido crítico, agradecemos a honra de ter aceitado prefaciар este trabalho.

Pelo honroso convite à composição desta obra, o nosso particular reconhecimento à Direção da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela, assim como aos restantes órgão diretivos – Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

À Sr.^a Dr.^a Márcia Castro, pelo tempo e atenções dispensadas em matéria fotográfica, o nosso muito obrigado.

Pela imensa disponibilidade e simpatia, um particular agradecimento à Sr.^a Ana Maria, briosa funcionária da Sociedade Martins Sarmento.

Pelos fundamentais contributos emprestados à investigação, a nossa reconhecida gratidão às seguintes instituições:

- Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela
- Sociedade Martins Sarmento;
- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta;
- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva;
- Hemeroteca da Faculdade de letras da Universidade do Porto;
- Biblioteca Fundação Jorge Antunes;
- Biblioteca Pública Municipal do Porto

A todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para a edição deste trabalho, endereçamos a nossa elevada gratidão e apreço.

O Autor

1 – INTRODUÇÃO

A História de Vizela - da cidade e do concelho – aguarda, infelizmente e há longo tempo, pelo seu historiador. Constata-se, por razões que não cabem a este trabalho analisar, um desolador panorama historiográfico.

Talvez por muito destas razões, consciente que a História de Vizela também passa pela História da instituição, decidiu a Direção da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela (RAHBVV) promover a edição e divulgação de um trabalho historiográfico, inscrito no programa das comemorações do seu 140.º aniversário, destinado a afirmar que a preservação do seu património é, também, um cunho permanente da nossa identidade.

Neste contexto, destinado à sua redação e composição, nasceu o honroso convite que nos foi apresentado pelo seu Presidente, Sr. João Ilídio Costa, de quem somos particular amigo. Mesmo cientes da enorme responsabilidade que a tarefa transporta, sobretudo pela escassez de tempo, não se poderia negar tão dignificante tarefa, desejando-se que termine a honrar a nobre e secular instituição.

Será, assim, o nosso reconhecimento a todos aqueles que diligentemente vêm conduzindo os destinos desta ilustre associação. Será, ainda, o agradecimento pelo declarado empenho em matéria de defesa, preservação e divulgação da sua história, o que significa verem nas marcas do passado, no valioso património, material e imaterial, legado por sucessivas gerações de bombeiros (dirigentes, comandos, bombeiros, beneméritos e associados), o que constituía base histórico/cultural da instituição e a marca indelével da nossa própria identidade coletiva, urdida ao longo dos tempos.

1.1 Objetivos

A muito limitada historiografia que se nos oferece sobre Vizela, o que, drasticamente, reduz as hipóteses de investigação e planificação, as bases críveis e seguras de informação essenciais para quem delas carece para a produção historiográfica, fortalece-nos o estímulo na realização deste trabalho sobre a História da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

Será um trabalho que ambicionará ir mais além da história narrativa/descritiva, isto é, o privilegiar *personagens, datas e acontecimentos*, que, refira-se, é uma particular e incontornável prerrogativa na história de quaisquer instituições. A par dessa, desejará a história interpretativa, ou seja, formular questões e abordar problemas, nomeadamente quanto a *contextos, condicionalismos, repercussões* ou ao *porquê*, um contributo para a compreensão, reflexão e valorização cultural. Será, assim, a procura da instituição, dos homens e do tempo antepassados, procurando-se, em alguns aspetos, a proposição de Ortega y Gasset (1883-1955) ao considerar que o homem que nasce numa época está metido dentro das crenças dessa época, apesar das suas ideias particulares, atuando nele, muito mais, os pressupostos vigentes do tempo.

Deste modo, pretenderá focar uma diversidade de problemas que passam pelas origens, pelas mutações políticas, pelas evoluções materiais e tecnológicas, pelos recursos humanos, pelas evoluções de gestão e administração, pelo estado de coesão e pelos valores e imagens transmitidos para o exterior da associação. Pretenderá ser um trabalho que contemple a história da corporação, ligado essencialmente a tópicos institucionais, revelador dos aspetos mais significativos e marcantes da vida da corporação. Sem dúvida que uns deverão enunciar esses temas com mais profundidade do que outros, mas sem nunca lhe diminuir o desejado grau de pertinência e a visão de conjunto final e objetivada.

Desejará, simultaneamente, compendiar a História da RAHBVV, uma instituição com um grandioso e admirável passado, e prestar um tributo pela fabulosa herança legada ao longo de sucessivas gerações através do labor, brio e dedicação de uma plêiade de homens admiráveis e dedicados, proporcionando-lhe o renome, o prestígio e o respeito comprovados, como se verá, pela outorga de louvores e agradecimentos.

1.2 Delimitações, Fontes e Metodologia do Trabalho

Os limites cronológicos deste primeiro volume, que se intitulará - ***História dos Bombeiros Voluntários de Vizela: da Regeneração ao termo da I República*** – partem desde a segunda metade da centúria de oitocentos, onde se engloba a data da fundação da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela, até ao final da I República

O objeto de estudo terá como território Vizela, constituído pelas freguesias de São Miguel das Caldas e São João das Caldas (o espaço da contemporânea cidade de Vizela e sede do mesmo município), inseridas, administrativamente, à época, no concelho de Guimarães, do distrito de Braga, classificada como *povoação*.

A fundamental pesquisa, destinada à produção deste trabalho, consubstanciada num já razoável conhecimento empírico do objeto de estudo, partiu avisada da existência de uma muito restrita oferta historiográfica referente a Vizela. Desta, fundamentalmente composta por dez trabalhos historiográficos, na sua maioria monografias e memórias, que percorrem curtos trechos da periodização deste trabalho, apenas será relevante a informação contida em quatro obras¹ que cursam curtas áreas da periodização deste trabalho, das quais só duas oferecem reflexões de síntese.

Quanto ao *Estado da Arte*, isto é, o conjunto dos trabalhos referentes aos bombeiros e às corporações de bombeiros, verifica-se a existência de um significativo número de obras monográficas, editadas em contextos comemorativos por diversas instituições, com carácter essencialmente narrativo/descritivo. Nesta área, encontram-se já algumas monografias históricas editadas pelas associações congêneres circunvizinhas². Fora deste círculo, o destaque corre para o volumoso trabalho coletivo – *Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História (1395-1995)* - oferecido pelos Serviços Nacional de Bombeiros e Liga dos Bombeiros Portugueses, onde se narra muita boa história em torno da progressiva organização e evolução dos bombeiros voluntários de Portugal.

Certos, ainda, que um muito apertado período de tempo forçosamente limitará a perspicácia e a pertinência da investigação, com inevitáveis reflexos qualitativos e quantitativos em matéria de sínteses, e na crença de o superar, procurar-se-á espalhar alguns desses condicionalismos, especialmente os cronológicos, levando-nos céleres na procura de informação prestada essencialmente através do recurso a fontes primárias.

¹DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965; OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008; PACHECO, Maria José – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007; SILVA, José Eugénio Carvalho da - *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as Disputas Autonómicas da Regeneração à República*. Vizela: Câmara Municipal de Vizela, 2015.

² Confrontar a *Bibliografia* apresentada.

Esta consulta incidirá, fundamentalmente, sobre toda a tipologia documental constante do arquivo histórico da corporação, recentemente organizado, com especial destaque para *Os Estatutos* (1878 e 1933); *Livros de Actas da Direção* (1895-1921;1927-1933); *Livro de Inventários do Material* (1935-1954); e *Livro de Sócios* (1928-1937).A maioria da informação prestada por essa documentação revelar-se-á inédita, embora saibamos ser escassa, contendo longos hiatos de tempo e em que não há qualquer notícia, sobretudo no referente ao primeiro quartel da periodização. Assim sendo, recorrer-se-á, em alternativa, a outras fontes que possam vir a colmatar essas lacunas e deficiências informativas, nomeadamente o *Livro Antigo*, os livros de *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Guimarães* e os *Periódicos*.

Para além da úbere informação que se espera extrair através do recurso privilegiado das fontes primárias, desejar-se-á, também, uma concomitante perseverança na rigorosa análise crítica documental, no querer interrogar, interpretar e, até mesmo, decifrar as “omissões” e os “silêncios” do documento, recurso singular na supressão das falhas de informação, pois onde escasseiam as certezas têm direito, cientificamente, as hipóteses.

A limitação temporal determinou que este trabalho (Vol. 1) apenas venha a cobrir uma primeira parte da rica história dos bombeiros voluntários de Vizela - 50 anos. Seria contraproducente, senão mesmo impossível, abranger todo o restante período – quase mais um século - quando nele se acham várias conjunturas, que originaram profundas mutações nos campos económico, social, político e tecnológico. Estas realidades, como se verá, acabaram a refletir-se na vida interna da corporação, bastando avaliar o extraordinário aumento do volume de documentação produzida e/ou recebida por sucessivas direções e comandos, inviabilizando, assim, abraçar séria e metódica investigação.

A consulta efetuada nos fundos do arquivo histórico da corporação mostrou, simultaneamente, duas verdades: não há, em tempo algum, provas inequívocas de quaisquer manifestações internas de carácter político/partidário; e sobressai, refletindo-se na gestão da corporação, as marcas das políticas emanadas de distintos governos ao serviço de diferentes regimes, sobretudo nos aspectos pragmáticos da organização administrativa. Estas considerações induziram-nos a enquadrar os assuntos a estudar no interior dos sucessivos ciclos políticos acontecidos em Portugal,

levando-nos, também, ao breve contextualizar das principais características de cada um.

Deste modo, estabelecida a organização da informação temática prestada pelas fontes, primárias e secundárias, e a sua posterior reunião estruturada em títulos e subtítulos, optou-se pela divisão cronológica deste primeiro volume em duas partes.

Na primeira parte - **Na Monarquia Liberal** - analisar-se-á toda a vida da instituição ao longo desse período. Serão 23 anos de história, onde se procurará mostrar as principais características, exógenas e endógenas, deste período, com todos os reflexos na génese da fundação da associação. A partir desta data, procurar-se-á mostrar como se veio a organizar, nomeadamente a sua paulatina evolução em termos de recursos humanos, meios de financiamento e material operativo.

Na segunda parte – **Na I República** - um curto período de tempo – 16 anos – caracterizado por uma inusitada agitação e violência social e política, procurar-se-á evidenciar a vida da corporação no decorrer da atribulada República. Desejará mostrar o suceder e a ação das sucessivas direções, a acumulação/renovação imobiliária e as instalações. Pretenderá focar a lenta motorização dos equipamentos e os primeiros veículos motorizados, o surgir do serviço de *ambulâncias* e a organização e gestão do corpo ativo.

A transcrição de documentos, em parte ou no todo, sempre que se verifique uma acentuada correlação contextual com o capítulo em apreço, integrar-se-á no texto e, se demasiadamente extensa, transportar-se-á para os *Anexos*. Procurar-se-á continuamente a fidelidade à escrita original e à probidade das fontes utilizadas. Da mesma maneira, proceder-se-á à rigorosa indicação de todas as citações, diretas e indiretas, com referências a autores, obras, editores, locais e datas.

As fotos e os elementos sistematizados serão inseridos, devidamente identificados, no interior do próprio texto.

Dada a privação de quaisquer tipos de fontes, é com muita amargura que se anuncia ser inviável reconstituir o quadro do corpo ativo, os históricos bombeiros da Associação, referente ao período monárquico liberal. Pela mesma razão, não será possível a apresentação de informação sistematizada relativa à matéria financeira.

De esclarecer, por fim, que a reconstituição das Direções se fez a partir de atas manuscritas, muitas vezes com recurso às próprias subscrições nelas firmadas, sendo previsível que um ou outro nome possa sobrevir truncado. Nestas circunstâncias, espera-se, reconhecidos, a indulgência do estimado leitor.

2. A ASSOCIAÇÃO NO TEMPO DA MONARQUIA LIBERAL

Para melhor compreensão e enquadramento dos assuntos a analisar, importa traçar uma muito breve contextualização das principais características do Liberalismo português, pautado, distintivamente, pelo discurso inflamado pelos ideais de progresso e desenvolvimento. Foram muitas destas particularidades que acabaram por marcar a História de Portugal e que, consequentemente, vieram a produzir efeitos indeléveis na História de Vizela.

2.1 Breve Contextualização Histórica

O fim da guerra civil (1823-1847), entre liberais e absolutistas, propiciou um clima de paz que permitirá o advento da designada *Regeneração* (1851), prolongando-se até à revolta republicana de 31 Janeiro de 1891. Esta época caracteriza-se pela afirmação da burguesia e do capital e por um significativo aumento da população portuguesa. Brota um lento mas contínuo processo de desenvolvimento económico e social³, assente no regular funcionamento das instituições democráticas, na constituição e estruturação político-partidária, numa regularidade de atos eleitorais e na alternância dos partidos no governo da nação num sistema bipartidário – Regenerador e Progressista.

Serão, verdadeiramente, quarenta anos de «progresso material» no decurso dos quais se assistirá à construção de estruturas sociais e económicas, marcadas com traços claros de produção capitalista⁴.

³SOUSA, Fernando – “*Portugal e a Regeneração*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) -*Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 10.

⁴ CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença, 1998, p.15.

A *Regeneração* marcou o arranque das grandes obras públicas, intimamente ligado ao denominado *Fontismo*. Esta política visava o lançamento das infra-estruturas essenciais que procuravam gerar o desenvolvimento regional, diminuir as suas assimetrias e colocar Portugal a par da Europa⁵.

Com a *Regeneração* sobressai a vontade em estruturar e modernizar o mercado nacional, a qual passa a ser indissociável do incremento das ligações viárias e ferroviárias, elementos essenciais para a animação da economia nacional. A ânsia dos «melhoramentos materiais», que se mediam pela facilidade das comunicações, levou ao acelerar da construção de caminhos-de-ferro, estradas, pontes, portos e telégrafos⁶. É neste contexto que Vizela virá a beneficiar dos fatores exógenos do progresso, determinantes na subsequente dinâmica dos fatores endógenos, ao ser contemplada com a passagem da moderna Estrada Real n.º 36- Vizela – Penafiel – Entre-os-Rios, da ponte de D. Luís (ou Nova), abertas no início da década de setenta de Oitocentos, da linha férrea Bougado - Guimarães, em 1883, e da criação da estação de telégrafo, em 1878⁷.

Entre 1891 e 1910, a política económica portuguesa destacou-se pela crise de 1891/92, pela falência do modelo de desenvolvimento fontista, pelos défices públicos elevados, pela incapacidade do Estado em auto-financiar-se pela captação de ouro de particulares, e pelo recurso ao pagamento em papel-moeda com notas de valor fictício, aumentando, assim, as tendências inflacionistas. Assiste-se ao aumento das receitas através do agravamento fiscal, sobretudo dos impostos indirectos⁸, à insatisfação social e a mais atraso económico.

⁵ SOUSA, Fernando – “*Portugal e a Regeneração*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 10-11.

⁶FERNANDES, Paulo Jorge – “*Política Económica*”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 409-10.

⁷ SILVA, José Eugénio Carvalho da – *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as Disputas Autónomas da Regeneração à República*. Vizela; Câmara Municipal de Vizela, pp. 108-120

⁸FERNANDES, Paulo Jorge – “*Política Económica*”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 414-15.

No âmbito político o país evidenciou-se pelo descrédito dos partidos monárquicos, pelo desrespeito das suas figuras cimeiras e pela inoperância da rotatividade governativa dos partidos Regenerador e Progressista. Instalou-se a descrença generalizada da sobrevivência de Portugal, fazendo conduzir, na passagem para o século XX, os ideais liberais e positivistas que alimentaram o fervor republicano⁹, que, sobremaneira, ansiava por termo ao poder *obscurantista da santa aliança*, “o trono e o altar”, e implementar um Estado laico e intransigentemente defensor do império colonial.

2.2 O Progresso e o Desenvolvimento de Vizela - 1850-1910

Nunca se poderá compreender o singular desenvolvimento material da povoação de Vizela desligado dos fenómenos demográficos, sobremaneira influenciados pelo vigor e dinamismo das termas e do termalismo. Sobre os aspetos demográficos, de entre muitas outras realidades, será de todo importante ponderar-se com atenção redobrada num singular fenómeno demográfico, associado a três fatores: crescimento demográfico, muito alta densidade populacional e elevada população sazonal.

2.2.1 As singulares realidades demográficas

Pelos *Recenseamentos Gerais da População* dos decénios de 1864, 1878, 1890, 1900 e 1911, verifica-se que a povoação de Vizela, em meio século, registou a passagem de 1 684 para 3 508 residentes, mostrando ter superado a duplicação da sua população¹⁰, com um crescimento médio anual, lento e constante, que não ultrapassou os 0,91%, mas, mesmo assim, superior à média nacional¹¹.

Nesse período, registam-se, 450 e 802 fogos, em 1864 e 1911, respetivamente. A dimensão média dos fogos na povoação de Vizela

⁹SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 688-90.

¹⁰ Cf. Anexo 1 - *Evolução das freguesias do “Território de Vizela” (1864-1911)*, in - SILVA, José Eugénio Carvalho da - *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as Disputas Autónomas da Regeneração à República*. Vizela: Câmara Municipal de Vizela, 2015, p.307.

¹¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; et alli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008, p. 342.

estabiliza em torno dos 4,1 habitantes, representada por uma ligeira variação de 3,8 habitantes, em 1864, para 4,4, na primeira década do século XX.

Por seu turno, a sua população residente, alojada numa área igual a 7,68 km², distribuía-se por 219 habitantes por km², em 1864, em 1900, por 386 hab/km², e, em 1911, por 457 hab/km²¹², mais do que dobrando a sua densidade no decorrer de quase meio século, o que significa ter tido capacidade para sustentar um sempre crescente número de habitantes. De referir que no distrito de Braga, em 1864 e 1900, estas densidades quedavam-se por 116,3 e 131,2 hab/km², respetivamente¹³.

A estas duas realidades demográficas junta-se uma outra não menos importante: a elevada população sazonal. Com efeito, regista-se uma elevada e excepcional população flutuante, constituída essencialmente por aquistas e veraneantes, mercê das infra-estrutura rodo-ferroviárias, do moderno balneário termal, da maior e melhor oferta hoteleira e de mais atractivos lúdicos e de lazer. Foi nestas perspetivas que o eng.º Moser, em 1874, veio a fundamentar a estimativa de que a povoação seria visitada por mais de 30 000 visitantes ao ano¹⁴.

2.2.2 A rede viária e as transformações urbanas

A convergência do ideal de progresso com o fervor político de melhoramentos materiais foi determinante no acelerar da planificação, construção e melhoramento dos meios de comunicação no decorrer da segunda metade de Oitocentos. As obras públicas, inerentes à criação e melhoria das acessibilidades terrestres, ao mostrarem os seus benefícios nas ligações e travessias de vilas e cidades, tornaram-se arquétipos a seguir e imbuíram nesse ímpeto de progresso e melhoramentos as elites intelectuais e políticas locais. Nesta perspetiva, encontrou-se a elite da povoação de Vizela, cada vez mais consciencializada da crescente valorização e importância das potencialidades termais da sua terra, cada vez mais convicta

¹²SILVA, (2015), pp.68-70.

¹³VEIGA, Teresa Rodrigues – *As Realidades Demográficas*. In *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p.26; RODRIGUES, (2008), p. 335.

¹⁴Cf. Estudo justificativo das potencialidades da região e da sustentabilidade da vindoura linha férrea de Bougado a Guimarães. MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874, pp.25-26.

da necessidade da criação de infra-estruturas primárias, essenciais na dinamização do contínuo progresso e da inevitável prosperidade. Empreendedora e pragmática nos negócios particulares, sobretudo na forte aposta de investimento de capital no setor imobiliário, que ditaram claras transformações do espaço urbano de Vizela, ousou reivindicar projetos junto da câmara municipal de Guimarães que contribuíssem, também, para a transformação e desenvolvimento geral da região e do seu núcleo urbano¹⁵, em particular, sob grande pressão demográfica. As decisões governamentais, que propiciaram a Vizela as infra-estruturas rodo/ferroviárias e a concessão à CBV da exploração das águas termais e construção do sumptuoso e moderno balneário termal, marcaram as transformações da paisagem, ditaram a expansão urbana e a elevada construção habitacional. A construção da moderna ER 36, como eixo central, viabilizou criar e hierarquizar as funções das novas vias transversais de circulação e fomentou a construção habitacional. Foi, também, a execução do projeto da CBV que, ao canalizar em túnel subterrâneo todas as nascentes de água sulfurosa, dispersas pelo largo da Lameira, para o novo balneário termal, viabilizou a renovação e expansão dessa área urbana.



Ilustração 1 – Vizela – Vista geral. Ed. Jerónimo Saraiva. 1920?

Associados a esses fatores, a construção pela CBV dos novos equipamentos sociais, o estabelecimento balnear, na parte ocidental, e o parque das termas, na parte oriental, separados pelo troço da estrada real (a atual rua dr. Abílio

¹⁵ SILVA, (2015), pp. 240-270

Torres), sustentaram e harmonizaram a expansão fixada a uma área delimitada pelo largo da Estação e pela rua do Mourisco, moldando a configuração do presente núcleo central de Vizela¹⁶. Pode-se, assim, depreender que a povoação era uma pujante “ilha” urbana rodeada por um imenso “mar” de ruralidade.

2.2.3 O termalismo e os balneários termais no século XIX

Se é verdade que Vizela foi muito beneficiada no seu desenvolvimento pelas facilidades de comunicações, decorrentes das decisões políticas que determinaram a construção da ER 36, da linha férrea de Bougado a Guimarães e da estação de télégrafo, não menos verdade será que assim o foi pelas razões ditadas pela exponencial procura e do notável desenvolvimento das termas e do termalismo no século XIX. Foram estes fatores que, reciprocamente, vieram a influir nos elevados fluxos de tráfego e de visitas e que, determinantemente, pesaram nos despachos governamentais.

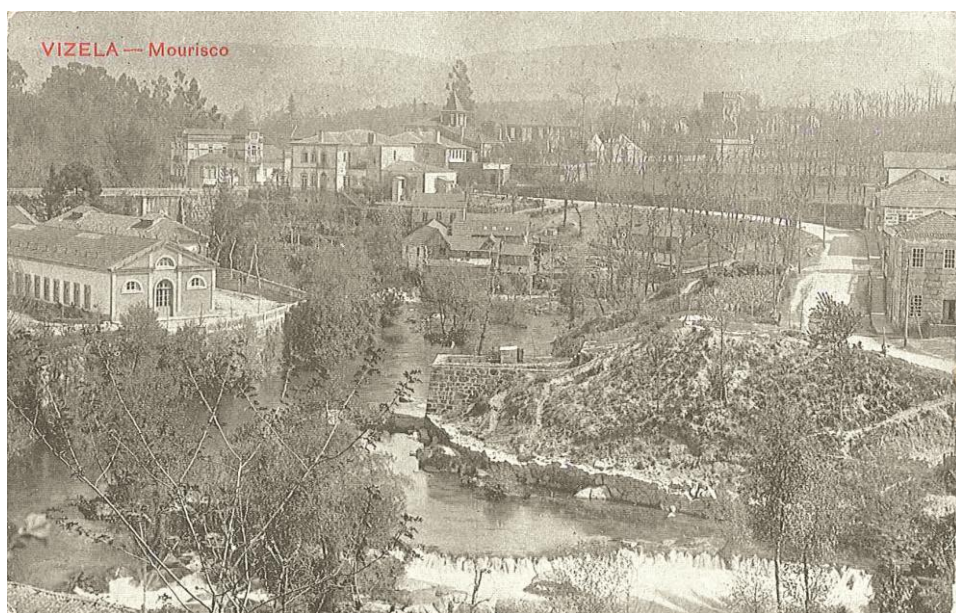


Ilustração 2 - Vizela – Vista das Termas e do Mourisco. Ed. Casa Santa Teresinha – Vizela.

Durante o século XIX, a credibilização da Hidroterapia e dos progressos hidroterapêuticos que percorreram toda a Europae contribuíram para o

¹⁶ IDEM, pp.110-165

renascer do termalismo¹⁷, revelaram-se determinantes no desenvolvimento da luxuosa estância termal de Vizela.

Nestas razões, encontram-se as motivações da burguesia rica e endinheirada, local e regional, no investimento de consideráveis quantias em equipamentos ligados à atividade termal, ou dela dependente. Na perspetiva de negócios vantajosos e da rentabilização do capital, mostrou-se a subscrição de cem contos de réis em ações da CBV destinada à construção e equipamento do grandioso balneário termal, aberto em 1881, e à criação do fabuloso parque termal¹⁸, para deleite de aqistas e veraneantes. Pelas mesmas causas, coube à iniciativa individual de dois membros da elite local a construção dos estabelecimentos balneares do Mourisco e do Paulino¹⁹.

2.2.4 As atividades comerciais e serviços

A partir de 1881, o crescente movimento termal licenciado por esses balneários estimulou, ainda mais, a determinação dessa mesma elite em investir na construção de novos edifícios destinados a hotéis, pensões e casas de aluguer sazonal. Em 1887, registou-se a coexistência de 7 hotéis, todos bem equipados e muito próximas do novo estabelecimento termal,²⁰ sendo o serviço de primeira ordem oferecido por três dessas unidades hoteleiras, todos necessários ao alojamento de uma população flutuante que, relembre-se, se estimou em mais de 35 000 visitantes em cada época balnear²¹.

Em paralelo com o diligente setor hoteleiro, verificou-se, a partir de 1881, um acentuado crescimento das atividades comerciais, intimamente vocacionadas para o apoio da vida termal ou por ela fomentada, ao contabilizar-se, nessa data, a passagem de 36 estabelecimentos comerciais para 130, registados até 1906²². A feira quinzenal e o mercado diário detiveram papel importante na economia regional, conforme evidenciou o estudo de Eduardo Moser, de 1874.

¹⁷ Sobre esta matéria, consultar o trabalho de ACCIAIUOLI, Luiz de Meneses – *Águas de Portugal: Minerais e de Mesa. História e Bibliografia* (vol.2). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1944

¹⁸ SILVA, (2015), pp. 159-163, e pp.192-196

¹⁹ IDEM, pp. 159-163, e pp.159-165

²⁰ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p. 23

²¹ MOSER, (1874), pp. 25-26.

²² Cf, Síntese das “*Atividades Comerciais (1851-1906)*”, in - SILVA, (2015), p.172

Quanto às atividades industriais verificou-se, em 1884, a produção de papel, fabricado a partir do trapo, nas fábricas instaladas nas margens do Vizela e atividades ligadas à construção habitacional e de equipamentos, mormente a da extracção do granito local e a da arte de cantaria. A produção têxtil revelou-se débil e inexpressiva, assente numa laboração tipicamente manufatureira e recorrente da mão-de-obra caseira²³.

2.2.5 Os espaços de diversão e lazer

Os espaços criados e destinados e à diversão e lazer, sobretudo a partir dos anos oitenta da centúria, ocorreu como estímulo do próprio desenvolvimento económico da povoação, a afirmar-se cada vez mais, como estância termal, através da oferta de mais e melhores atrativos de estadia, destinada à fidelização e promoção do aumento de fluxos de veraneantes.

Nestes propósitos, pela oferta diversificada, verificou-se ser a vida quotidiana na estância termal de Vizela animada pelos múltiplos bailes nos diversos salões de hotéis, casinos e casas particulares, muito publicitados pelos jornais da época, pelos concertos e tertúlias animadas nos muitos cafés espalhados pela povoação; pelas corridas de touros que arrastavam às praças de Vizela multidões de aficionados, pelas condições oferecidas pelo parque termal para a prática desportiva, como o remo, a natação. Também o jogo, sobretudo a roleta, praticado em hotéis, discreto e tolerado, ou em cafés e casas de jogo, clandestino, conforme as notícias dos jornais da época²⁴.

2.2.6 Organizações e equipamentos sociais

É neste fulgor de acentuado desenvolvimento urbano e de crescimento habitacional da povoação de Vizela que se conjuga na sua elite o despertar do sentimento da imperiosa necessidade da criação de organizações e equipamentos sociais, que se mostraram corporizados graças ao seu elevado empenho e bairrismo.

Constatou-se que encetou uma luta de meio século com a Mesa da Misericórdia de Guimarães, para se assistir, em 1923, à inauguração solene do Hospital de Vizela, o cumprimento final da vontade testamentária do

²³ SILVA, (2015), pp.174-180

²⁴ IDEM, pp. 184-195

benemérito moreirense, António Francisco Guimarães²⁵. Criou, em 1882, uma banda filarmónica destinada a abrilhantar as variadas festas, procissões e romarias da região e obsequiar com concertos musicais veraneantes e banhistas a estanciar nas termas. No combate ao analfabetismo na povoação, a Junta de Paróquia de Caldas de São João em associação com uma comissão de abnegados vizelenses, conseguiram, por subscrição pública, o capital necessário para a construção da primeira escola oficial, para ambos os sexos, inaugurada em 1899 e em 1888 a construção do cemitério de São Miguel das Caldas, e o de São João das Caldas, em 1892²⁶.

2.3 A Génese da Fundação dos Voluntários de Vizela

A génese da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela encontra-se, essencialmente, na feliz conjunção de vários fatores, muito deles venturosos, ocorridos ao longo da segunda metade do século XIX. Desde logo, como se já se demonstrou, pelo exponencial desenvolvimento socioeconómico e pelo crescimento demográfico, que muito contribuiriam para a afirmação da identidade territorial de Vizela. A isto junta-se o ímpeto exaltado do associativismo, bem no interior dos ideais positivistas que vinham a invadir todas as populações do mundo civilizado. Muito por estes motivos, a partir de 1870, por decreto governativo, os cidadãos puderam, livre e legalmente, constituir-se em associações²⁷.

Será neste panorama que se fundam as principais razões do recrudescer da causa autonómica, que tanto passava pelo reivindicar uma capacidade económica e de dever de investimento da riqueza local, como pelos sucessivos discursos e representações endereçados à administração central²⁸. Estas petições emancipalistas, subscritas pela elite burguesa local, caracterizavam-se pela denúncia da constante e deliberada prática política municipal em, astutamente, travar a evolução do progresso e do desenvolvimento de Vizela, gerando, muitas vezes, fortes tensões

²⁵ Sobre esta matéria, ver os trabalhos de: PACHECO, Maria José – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp. 296-ss; e <http://www.santacasamisericordiavizela.pt> [consulta em 20-01-2013]

²⁶ SILVA, (2015), pp.204-214

²⁷ A partir da promulgação do Decreto n.º 3 do Governo do Duque de Saldanha.

²⁸ Em 1869, a D. Luís foi requerida a transferência de Vizela para o concelho de Lousada e, em 1905, foi formalmente pedida ao Governo Progressista de Luciano de Castro a emancipação administrativa.

emulativas. Bastará atentar-se que não terá sido uma mera coincidência de agenda, nem nenhuma contingência fortuita do destino, o suceder da fundação dos Bombeiros Voluntários de Bragança dia 18 de março de 1877, o da congénere vimaranense, um dia depois e, o da de Vizela, no dia 8 de maio do mesmo ano²⁹.

Se o Código Administrativo de 1842 já apresentava algumas preocupações governamentais em matéria de prevenção e auxílio decorrentes de incêndios, os códigos posteriores dos governos monárquicos liberais, claramente determinaram ser de competência municipal a prevenção, a organização e o combate a incêndios. Com efeito, pela leitura dos capítulos referentes às atribuições municipais contidas no código de 1878, verifica-se ser dever e obrigação das edilidades deliberar sobre a organização de *serviços ordinários e extraordinários para a extinção dos incêndios, e para prevenir ou atenuar os males resultantes de quaesquer calamidades publicas*³⁰. Por sua vez, referente à proteção social dos bombeiros, era dever e obrigação das câmaras municipais *conceder pensões aos bombeiros que se impossibilitarem por desastre sofrido no serviço dos incêndios, devendo cessar a pensão quando cesse a impossibilidade*³¹. Estes deveres e obrigações renovam-se, numa constância legislativa e em quase tudo igual, nos códigos de 1886 e de 1900, conforme se constata pela redação dos capítulos relativos às competências e atribuições das câmaras municipais³².

Eram comuns as queixas dos municípios endereçadas ao Governo, protestando que as despesas inerentes à manutenção de um corpo de bombeiros revertiam demasiado elevadas para as suas capacidades financeiras. Terá sido muito por esta razão que o município vimaranense passou a apoiar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, criada em 19 de março de 1877, a quem ofereceu uma bomba e os respectivos apetrechos, material indispensável para o início da sua ação humanitária, que, refira-se, tinha sido retirado à Companhia de Bombeiros

²⁹ Cf. Quadro. 1

³⁰ *Código Administrativo - 1878* - de 06/05/1878, Art.º 103, n.º 23

³¹ IDEM, n.º 20

³² Conforme determina o *Código Administrativo - 1886* - de 17/07/1886; Art.º; n.º e n.º; bem como o *Código Administrativo - 1900* - 21/06/1900, Art.º 109, n.º8 e n.º26

Municipais³³. Em 1893, com a sua extinção, deliberou o município entregar à Associação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães todo o material daquela, passando, desde então, os voluntários da cidade a assegurarem, em exclusivo, o serviço de incêndios³⁴, conferindo-lhes uma outra dimensão.

Ora, em Vizela, idêntica ação de filantropia política nunca se veio a manifestar, vindo todo o equipamento da futura corporação de bombeiros a ser suportado por generosos donativos que uma Comissão Promotora, desde 1876, porfiava em reunir.³⁵ Em junho de 1865, como resposta aos pedidos efectuadas pelas Juntas de Paróquia de Vizela, decidiu a Câmara Municipal de Guimarães enviar para a povoação *uma pequena e velha bomba sem pessoal algum, pelo que se adestraram no manejo d'ella e muito generosamente se constituíram em bombeiros voluntários 4 benemeritos moços*³⁶. Esta situação, que muito terá apressado a vontade da povoação em fundar um corpo de bombeiros, mostra que, desde há muito tempo a elite de Vizela ansiava em encontrar uma solução para o flagelo dos incêndios e outras calamidades públicas que iam ocorrendo na sua terra.

Será essencialmente neste quadro, na convicção do habitual imobilismo político, na certeza da crónica incapacidade financeira do município vimaranense e no prova do alheamento da obrigação de prover Vizela com os elementares equipamentos e estruturas vitais à sua vida comunitária, que se encontra o estímulo que conduziu o seu povoe a sua diligente elite a criar, organizar e suportar um corpo de bombeiros na povoação³⁷.

2.3.1 A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

Foi, sem dúvida, na percepção do desenvolvimento urbano e do crescimento habitacional da povoação de Vizela que levou ao despertar dos

³³ OLIVEIRA, Manuel Alves de – História dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (1877-1987). Guimarães: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, 1988, p.19

³⁴ Idem, p.48

³⁵ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1932

³⁶ IDEM, p.1932

³⁷ Cf. Anexo 1. Assim se depreende da notícia do “Imparcial”, n.º 412, de 08-05-1877, pp.2-3. Arq. SMS. Cota: BG -11-8-3 g

seus residentes o sentimento da necessidade da aquisição de equipamentos e da criação de serviços de bombeiros aptos no socorro de pessoas e bens decorrentes de incêndios³⁸, vindo o seu fim a alargar-se a outras calamidades públicas e, paulatinamente, a estender-se a todas as freguesias circunvizinhas³⁹.

A tão ansiada apresentação formal da companhia de bombeiros de Vizela, apenas aguardava a chegada de todo o material indispensável ao combate a incêndios, adquirido no Porto no dealbar da segunda metade do mês de abril⁴⁰. No que concerne à formação e aos subsequentes treinos da companhia de bombeiros de Vizela, há muito tempo vinham sendo implementados por aquele que viria a tornar-se no seu primeiro capitão.



**Ilustração 3 – Corpo ativo em 1886 (reprodução de 1940 feita a partir de original de 1886).
Arquivo AHBVV.**

Foi, então, no dia 8 de maio 1877, terça-feira, que o corpo ativo da novel corporação de bombeiros, formado por 30 homens garbosamente uniformizados, comandado pelo jovem Armindo Pereira da Costa, 1.º comandante, e por Joaquim António da Silva, 2.º comandante, se apresentou

³⁸ Arq. RAHBVV – Estatutos -1878, art. 1.º, fl.1; anexo 2

³⁹ Cf. Anexo 3. - *Projecto de Contracto* - CMG/AHBVV-1894. AMAP - *Actas de Vereação*, fls.42-45. Cota: 10-10-6-15

⁴⁰ Anexo 1. – “*Imparcial*” – 08-05-1877, n.º 412, pp.2-3. Arq. SMS - Cota: 11-8-3 g

aos seus concidadãos, num desfile pelas ruas de Vizela⁴¹. Esse desfile público, entusiasticamente aplaudido pela população da povoação, converteu-se reconhecido como a data da fundação da gloriosa Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

Quer a Comissão promotora quer o jovem Armindo Pereira da Costa, o futuro primeiro Comandante, há muito tempo labutavam pela materialização dum sonho coletivo: dotar a povoação com uma *companhia de bombeiros voluntários*. Comprova essa profunda aspiração a notícia do correspondente de Vizela, datada de 25 de abril de 1877, publicada no “*Imparcial*”, no mesmo dia em que ocorreu a histórica data da fundação⁴². Dessa notícia, transcreve-se o seguinte excerto:

“ (...) foram os seus esforços coroados do melhor êxito, pois que a maior parte dos vizellenses abraç[ou]aram gostos[a]os tão feliz lembrança, colhendo donativos d’uma subscrição, que já chegaram para comprar uma bomba de dous esguichos, duas escadas e outros aprestes acessórios da bomba, que já devem vir no fim d’esta semana [28 ou 29 de abril], tendo para isso a comissão ido ao Porto fazer estas compras a semana passada”.

Toda esta ação conferiu à localidade o honroso privilégio de poder reivindicar um lugar de destaque entre as primeiras terras portuguesas que criaram uma corporação de bombeiros, mais concretamente a décima, apenas precedida a nível nacional (e distrital) pelas congêneres de Braga (8.^a) e Guimarães (9.^a).

Quadro 1. Corporações de Bombeiros - Datas de Fundação

DATAS FUNDAÇÃO – CORPORações CIRCUNVIZINHAS	
CORPORAÇÃO	FUNDAÇÃO
Bombeiros Voluntários de Braga	18-03-1877
Bombeiros Voluntários de Guimarães	19-03-1877
Bombeiros Voluntários de Vizela	08-05-1877
Bombeiros Voluntários de Santo Tirso	15-07-1878
Bombeiros Voluntários de Fafe	19-05-1890
Bombeiros Voluntários de Felgueiras	20-03-1898
Bombeiros Voluntários de Lousada	13-06-1926

Fonte. Própria

⁴¹LEAL, (1873-1890), p.1932; PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.436.

⁴²Cf. Anexo 1. - “*Imparcial*” – 08-05-1877, pp.2-3. Arq. SMS - Cota: BG-11-8-3 g

Este espantoso feito acabou a merecer reconhecido prémio, quando, a partir de 1905, passou a ostentar o título de *Real* na sua denominação. De facto, na linha de auxílio ativo que já vinha sendo prestado pelo Governo e pela Família Real Portuguesa a várias corporações de bombeiros⁴³, o rei D. Carlos, por carta régia, dada em Lisboa aos 10 dias de junho de 1905, concedeu a mercê e privilégio de *Real* à corporação vizelense, passando, doravante, a designar-se por Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela⁴⁴.

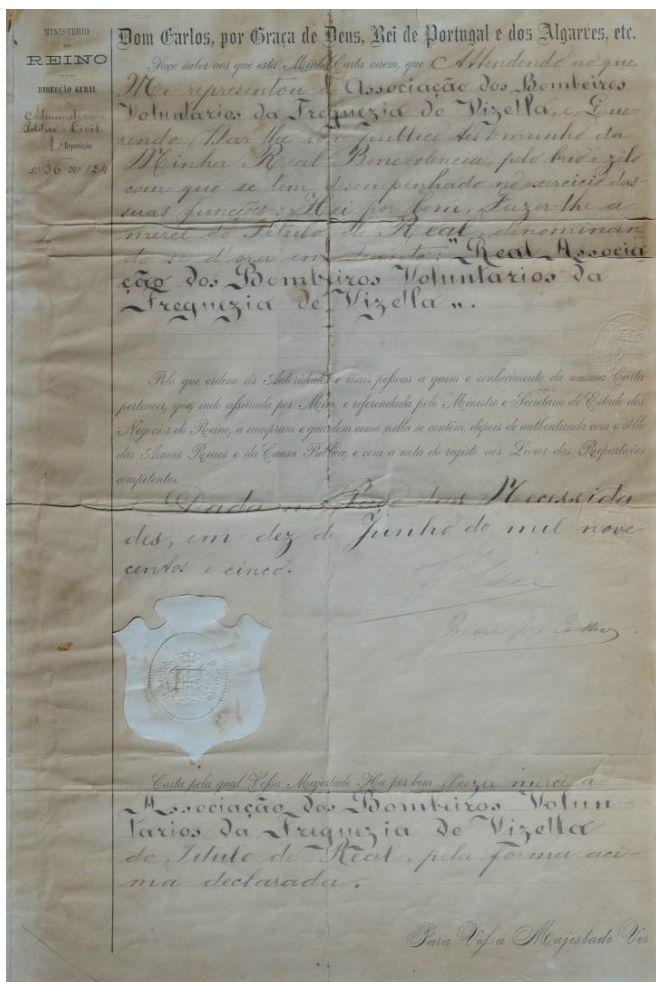


Ilustração 4. Carta de Mercê - 1905. Fonte: Arq. AHBVV

⁴³SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.469-470.

⁴⁴A carta de mercê encontra-se exposta, em destaque, no museu da RAHBVV.

Este título, como facilmente se depreenderá, foi excluído em 1910, após a implantação da República. O reinício do uso desta denominação somente viria a acontecer em 23 de agosto de 1950, por despacho do então Ministro do Interior⁴⁵, Joaquim Trigo de Negreiros.

Por último, dever-se-á referir que a apresentação pública dos Bombeiros Voluntários de Vizela, um acontecimento de elevado significado e transcendência para a vida das populações do vale do Vizela, não mereceu dos periódicos regionais qualquer atenção noticiosa, nem se encontrou mero encómio registado em atas de sessões da edilidade vimaranense.

2.4 Organização e Funcionamento da AHBVV – Os Primeiros Estatutos

Os estatutos, vistos como reguladores por excelência da vida da associação, apenas foram submetidos a aprovação pelas autoridades administrativas mais de ano e meio depois da fundação. Nesta conformidade, verifica-se que os seus estatutos, expressos em 37 artigos e repartidos por 7 capítulos, foram aprovados em sessão do *Conselho de Districto*, vindo o Governador Civil de Braga, dr. Joaquim Cabral de Noronha e Menezes, a emitir o indispensável alvará, em 12 de dezembro de 1878. Foram redigidos no dia 9 desse mesmo mês e ano e subscritos pela Comissão Instaladora, composta por 10 cidadãos vizelenses, assim constituída⁴⁶:

Quadro 2- Comissão Instaladora da AHBVV – 1876

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIZELA - COMISSÃO INSTALADORA - 1878	
Abílio da Costa Torres	António José d' Azevedo Varela
António José Dias Pereira	António Pedro de Barros Lima
Armindo Pereira da Costa	João Ribeiro de Freitas Guimarães
Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	Joaquim Pinto de Sousa e Castro
Joaquim Ribeiro da Costa	Luís Antunes Pereira

Fonte: Própria. Arq. da RAHBV – *Estatutos da AHBVV*

Será de realçar que, de um modo geral, todos esses cidadãos integravam a elite de Vizela, formada, essencialmente, por proprietários e profissões liberais. Foram esses ilustres e prestigiados vizelenses, cidadãos

⁴⁵ Arq. RAHBVV – Estatutos – 1957. Cota BVV-06-02

⁴⁶ De harmonia com a informação prestada pela cópia dos Estatutos; Cf. Anexo. 2; Cf. Anexo 4.-“Imparcial” n.º 485, de 22-02-1878. Arq. SMS. Cota: BG – 11-6-3

da alta e média burguesia, rica, prestigiada e culta, detentora dos bens fundiários, comerciais e imobiliários que, no plano político/administrativo, asseguraram a mediação entre o poder local e o municipal, vindo mesmo alguns a alcandorarem-se eleitos como vereadores do município vimaranense, desempenhando funções prestigiantes durante a monarquia liberal⁴⁷. Eram cidadãos dedicados na resolução dos problemas da povoação, quase sempre envolvidos nas iniciativas da comunidade.

A organização da estrutura interna da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela assentava em disposições estatutárias, simples, mas predominantemente voltadas para a vertente ativa de auxílio comunitário, ou seja, socorrer em casos de incêndio, por tempo ilimitado, os habitantes da povoação. Lentamente, pela percepção tida pelos bombeiros, ao serem confrontados no dia-a-dia com muitas e variadas situações de sinistros, o socorro foi-se alargando a todo o tipo de calamidades públicas, assim como às freguesias circunvizinhas.

2.4.1 Os associados – classificação e deveres

Com muita similitude com o expresso nos estatutos das contemporâneas corporações de voluntários nacionais, poderiam pertencer à Associação Humanitária dos Bombeiros de Vizela pessoas de ambos os sexos, mesmo que menores ou estrangeiros, com bom comportamento moral e civil. Todavia, as senhoras casadas careciam da autorização dos seus maridos e os menores da autorização dos seus pais⁴⁸.

No *Capítulo 2.º* dos estatutos definem-se três tipos de sócios: *honorários; protectores e activos*.

A posição social e os serviços prestados à Associação, segundo a aceção do Art. 5º, constituíram as principais razões para a criação da classe - sócios honorários. Todavia, para obtenção desta honra, o associado proposto carecia da aprovação de, pelo menos, dois terços de votos em Assembleia Geral. Estavam isentos do pagamento de contribuições, embora se depreenda que, por outras vias e meios, auxiliassem a corporação. Verificasse, neste período, estar ainda distante da corporação a distinção honorária entre elementos da componente associativa e da componente operacional,

⁴⁷ Cf. SILVA (2015), pp.220-228

⁴⁸ Para todas – Estatutos da AHBVV – 1878. Anexo 2.

pois também poderiam ser admitidos como honorários os Comandantes ou Chefes de quaisquer corporações nacionais análogas à de Vizela.

O Art. 7.º determina como sócios *Protectores* todos aqueles que, por razões de idade, condição física e sexo, não poderiam ser sócios *Activos*, ou seja, bombeiros, sendo elegíveis para todos os outros cargos da coletividade. Como tal, ficaram obrigados ao dever de auxílio pecuniário, que consistia no pagamento de uma jóia de admissão, no valor de \$500 réis, e de uma quota mensal, na importância de \$200 réis mensais.

Sócios *Activos*, eram, de harmonia com o Art. 8.º, todos aqueles que, por proposta do Comandante e posterior aprovação da Direção, prestavam serviços pessoais a coberto de um regulamento interno operacional. Estes sócios poderiam, simultaneamente, ser *protectores* e elegíveis para todos os cargos. No capítulo *Estrutura e Organização do Corpo Ativo da AHBVV*, o tema ganhará desenvolvimento mais alargado.

2.5 Organização e gestão

Os estatutos estabeleciam, distintamente nos Capítulos 3.º, 4.º e 5.º, os poderes, a composição e a organização dos três órgãos gerentes da Associação: Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal

2.5.1 Assembleia Geral

Referentes a este órgão, as disposições estatutárias expressas no Capítulo 3.º anunciam, desde logo, que o poder supremo da associação reside na Assembleia Geral. Traduz-se na reunião magna de todos os sócios, ativos e protetores, convocados com, pelo menos, três dias de antecedência. Se a hora marcada não houvesse quórum igual ou superior a dois terços dos associados a reunião realizar-se-ia com os presentes uma hora depois.

O preceituado no Art. 14.º impunha a realização de uma sessão, a decorrer obrigatoriamente até ao décimo dia do mês de janeiro, destinada à apresentação das contas da gerência relativas ao ano anterior. Contudo, as atas disponíveis desde 1895 em diante mostram, por razões desconhecidas, nunca esse preceito ter tido devida observância, já que as contas tanto eram apresentadas em janeiro, em fevereiro, ou, até, no último dia do ano fiscal. Teria, entretanto, a Assembleia Geral estatuído outras normas? Talvez.

De entre outras competências, nomeadamente discutir e votar os pareceres e relatórios da Direção e Conselho Fiscal, cabia aos sócios em assembleia eleger, anualmente, esses mesmos órgãos. Mostra-se, pelas atas, que, geralmente, essas eleições ora ocorriam no finais de dezembro, ora sucediam em meados de janeiro. A inexistência de atas específicas, impossibilita perceber-se como se processava o ato eleitoral. Sabe-se apenas, através das atas da tomada de posse, quem integrava a Direção. Relacionadas com as eleições, a repetida utilização das palavras *por maioria* e *por unanimidade*, levam a admitir que, nalgumas eleições, foram submetidas a sufrágio duas ou mais listas concorrentes, provavelmente votadas por braço no ar.

As reuniões poderiam ser ordinárias ou extraordinárias. As extraordinárias ocorriam quando a Direção as julgasse por convenientes ou quando um grupo de vinte sócios, pelo menos, as requeresse. O presidente e os secretários da Direção presidiam, também, à mesa da Assembleia Geral. Por esta razão, aquando a discussão e aprovação das contas, logo após a exibição dos documentos comprovativos das receitas e despesas, o Presidente entregava a condução da reunião ao seu vice e ausentava-se da sala, regressando após a votação.

2.5.2 Direção

Ao abrigo do Capítulo 4.º, compunha a Direção, eleita anualmente na primeira sessão ordinária da Assembleia Geral, um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo secretários, um tesoureiro, um primeiro e um segundo comandantes, ficando obrigada à estrita observância dos estatutos e das deliberações da Assembleia Geral.

Ao Presidente competia, para além de presidir às reuniões da Assembleia Geral e da Direção, a gestão da Associação, o controlo das contas a pagar pelo tesoureiro e analisar os relatórios dos sinistros enviados pelo Comandante. O Vice-Presidente exercia as mesmas funções do Presidente aquando as ausências ou impedimentos deste.

O 1.º Secretário tinha por deveres: inventariar todos os bens da Associação; registar, nominalmente, todos os associados; exarar, pormenorizadamente, nos respetivos livros as atas da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal; registar os locais exactos dos sinistros; e tratar de todo o expediente. O 2.º Secretário obrigava-se em auxiliar o 1.º Secretário e substituí-lo nos seus impedimentos.

A missão do Tesoureiro consista na guarda das receitas da corporação; no pagamento de todas as despesas autorizadas; na participação de todas as faltas de pagamentos das mensalidades dos sócios, e na apresentação mensal à Direção de um balancete das receitas e despesas. No seu impedimento exercia as mesmas funções um outro elemento da Direção.

Quanto às competências do 1.º e 2.º Comandantes, os *directores natos*, irão merecer desenvolvimento no já referido capítulo - *Estrutura e Organização do Corpo Ativo da AHBVV*.

2.5.3 Conselho Fiscal

Este órgão compunha-se, de harmonia com o Capítulo 5.º, de cinco membros que, de entre si, escolhiam quem presidiria e quem secretariava. Competia-lhes examinar e aprovar as contas apresentadas pela Direção, elaborar e advogar um relatório crítico anual que teria obrigatoriamente de ser apresentado em Assembleia Geral. Os membros do Conselho fiscal poderiam, querendo, assistir às reuniões da Direção, com direito a voto consultivo, muito limitado e restritivo a casos raros e excepcionais de incumprimento dos estatutos.

A inexistência destes relatórios, associada à lacónica informação prestada pelas atas disponíveis da Assembleia Geral entre 1895 e 1921, que não ia além da mera frase – (...) *as contas foram aprovadas por unanimidade*, ou (...) *foram aprovadas por maioria.*, embarga, por falta de elementos contabilísticos, o proceder-se à síntese da evolução das receitas e despesas referentes aos dois períodos em estudo. Seria uma interessante forma de se medir a evolução e a vitalidade imprimida na Associação em matéria financeira e, até, o cotejar com as diferentes conjunturas que perpassaram no país.

Da mesma maneira, esta fonte também não apresenta os resultados das eleições, desconhecendo-se quem, durante todo o período monárquico, assumiu o dever de escrutinar e relatar as contas da Direção. Todavia, será de referir que a única exceção regista da numa ata de sessão da Assembleia Geral, destinada à aprovação das contas e eleição dos novos corpos gerentes, aconteceu em 12 de maio de 1918, mostrando-se, pela primeira,

quem foram os sócios eleitos para os dois órgãos gerentes⁴⁹. Nesta conformidade, no decorrer do próximo período revelar-se-á quem nesse órgão fiscalizador veio a acompanhar José Ribeiro Moreira de Sá e Melo.

2.5.4 As persistentes dificuldades financeiras

A inexistência de registos de atas referentes às duas primeiras décadas de existência da associação não interdita afirmar-se que, ao longo deste período, a associação de bombeiros experimentou graves constrangimentos financeiros, obrigando as sucessivas direções a encontrar fontes de financiamento, de modo a manter-se eficaz e operacional o seu corpo de bombeiros no auxílio das populações. Será de referir que estas realidades prosseguirão constantes ao longo de todo este período.

Neste argumento, lamentava Pinho Leal, pouco tempo depois da fundação do corpo de bombeiros, o pouco auxílio prestado à *sympathica e útil instituição*, com apenas *12 socios protectores que contribuem para a manutenção da companhia, cuja dedicação tem sido experimentada repetidas vezes, perdendo em uma d'ellas a vida um dos bombeiros*⁵⁰. Muitos episódios de empréstimos encontram-se registados em atas, como bem exemplifica a de 23 de janeiro de 1900, no início da gerência presidida por Francisco da Silva Salgado, em que o saldo das contas de gerência, na importância de 52\$971 réis, reverteu no amortizar a dívida de 100\$000 réis ao sócio Joaquim Pinto de Sousa e Castro. O restante valor, ainda em falta, acabou liquidado por João Ribeiro de Freitas Guimarães (tesoureiro da recém-eleita direção), passando este a credor⁵¹.

Por seu turno, anunciava o “*Religião e Pátria*”, em 24 de julho de 1878, ter ocorrido, no adro da igreja de S. João, nos finais de junho, um bazar, promovido por uma comissão⁵², destinado a angariar fundos para os Bombeiros voluntários de Vizela, tendo rendido mais de 600\$000 réis para *acudir as grandes despesas que continuamente se fazem, tanto nos casos de incendios como na conservação do material*⁵³.

⁴⁹ Arq. da RAHVV - *Livro de Actas* (1895-1921). Cota: BVV-01-01

⁵⁰ LEAL, (1873-1890), p.1932

⁵¹ Arq. da RAHVV - *Livro de Actas* (1895-1921), fls.12-13. Cota: BVV-01-01.

⁵² A Comissão constituiu-se pelas personalidades constantes no Quadro 1

⁵³ “*Religião e Pátria*”, n.º 20 de 24/07/1878. Arq. S M S. Cota: BG – 10-8-1

Sabe-se que, no decorrer do reinado de D. Carlos (1889-1908), sobretudo na fase final do seu reinado, as associações de bombeiros que já atuavam em muitas terras do reino, sempre e cada vez mais reconhecidas pelos relevantes serviços prestados às populações, viram-se contempladas com legislação a seu favor⁵⁴. Porém, o suposto auxílio era sempre muito transitório. Será muito por isso que a *Kermesse* a favor dos Voluntários de Vizela, efetuada no parque termal, em 21 de junho de 1896, tenha, também, recebido generosas prendas oferecidas pela Família Real Portuguesa⁵⁵. Era já antiga esta paixão régia pelos bombeiros, bastando lembrar que D. Carlos, ainda na qualidade de infante herdeiro, se inscreveu como sócio dos Voluntários de Lisboa, e o infante D. Afonso comandou os Voluntários da Ajuda⁵⁶.

2.6 Estrutura e Organização do Corpo Ativo da AHBV

Pelo estudo feito, baseado essencialmente em dois importantes documentos, os *Estatutos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizella* (1878) e o *Projecto de Contracto* [concessão de subsídio anual] *entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizella* (1894)⁵⁷, leva-nos a admitir, com elevada margem de certeza, não ter sucedido, neste período, significativas alterações quer quanto à evolução da organização e capacidade operacional, quer quanto às designações hierárquicas de comando, chefias subalternas e praças. Do mesmo modo, o estudo exorta-nos a concluir que, à semelhança das associações homólogas, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela adoptou a organização de tipo militar na estrutura funcional do seu corpo ativo. Note-se, porém, que, quando se fala de capacidade operacional, nela se encontra presente o desejo da eficaz competência interventiva na consecução dos objetivos delineados em harmonia com a ação disciplinada.

Desconhece-se o teor do regulamento interno que veio a presidir na organização corpo ativo, restando-nos, assim, a informação singular

⁵⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.469-470.

⁵⁵ “*Commercio de Guimarães*”, n.º 1115, de 18/06/1896; n.º 1117, 28/06/1896. Arq. S M S. Cota: BG – 10-7-1

⁵⁶ CAETANO, José Pedro – “As Associações de Bombeiros em Portugal”, in – *Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de Historia (1395-1995)*. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros/Liga dos Bombeiros Portugueses, 1995, p.132

⁵⁷ Cf - Anexo 2; Anexo 3.

prestada pelos estatutos da corporação e por outra, muito limitada, obtida noutros documentos, permitindo-nos uma razoável reconstituição.

Desta maneira, com muita similitude com o presente, a coordenação e comando operacional da associação cabia legalmente ao primeiro comandante. Era coadjuvado pelo 2.º Comandante que o substitua durante as suas faltas ou impedimentos. Eram, contudo e de harmonia com o Capítulo 4º - Da Direcção -, Art.º 18⁵⁸, eleitos anualmente na Assembleia Geral e eram ambos, de pleno direito, elementos da Direcção da Associação. Ao 1º Comandante, de acordo com o preceituado no Art.º 27, caberia o papel de representante e intérprete da companhia de bombeiros junto da Direcção, competindo-lhe o dever de cumprir e fazer cumprir os regulamentos, enquanto ao 2º Comandante, pelo Art.28, atribuía-se-lhe ainda o dever de cuidar e conservar todo o material, respondendo por estes deveres perante toda a Direcção⁵⁹.

Havia, depois, cargos de chefia subalterna, que, tendo em conta as missões que lhe estavam destinadas, se equiparavam às funções prestadas pelos atuais chefe e subchefe. Eram o 1.º Patrão e o 2.º Patrão. Estas designações perduraram para além das três primeiras décadas do século XX. A estes competia manter na melhor ordem as máquinas e o material, atacar os fogos com prontidão e dirigir os trabalhos de guarnição da(s) sua(s) bomba(s). O Aspirante era o substituto aquando das ausências e os impedimentos do 2.º Patrão no combate aos fogos e cumpria com rigor tudo o que lhe era solicitado pelo seu 1.º patrão.

O descaminho do regulamento interno, utilizado nos primórdios da associação, dificulta a rigorosa definição das classes de bombeiros. Nestes pressupostos, tomando-se por base de estudo os *Estatutos* de 1878, verifica-se que, de acordo com o Art. 4º, eram bombeiros todos os *sócios activos*. Por sua vez, clarificava o Art. 8º, bombeiros eram todos os *indivíduos propostos pelo Commandante e aprovados pela Direcção, tendo por dever prestar os serviços que lhe forem designados no respectivo regulamento*, ilustrando o Parágrafo 1.º que *o número e graduação d'elles serão marcados no mesmo regulamento*. Isentos da prestação do serviço de extinção de incêndios, determinadas por incapacidades físicas ou sexo, achavam-se os *sócios protectores*. Depreende-se que a utilização do termo

⁵⁸ Arq. da RAHBV. Estatutos da AHBVV, fl.4

⁵⁹ Arq. da RAHBV. Estatutos da AHBVV, fl. 5-v

sexo era um polido expediente para suavizar o afastamento do sexo feminino da extinção de incêndios, cujo ingresso, de pleno direito e igualdade, apenas aconteceu em Portugal no ainda muito longínquo ano de 1992.

O *Livro de Matrículas do Corpo Activo*, de 1927, onde consta o nome do sócio ativo, a função desempenhada, a data de alistamento e a respetiva promoção viabiliza traçar, com muita segurança e fiabilidade, o quadro de praças, concluindo-se, assim, toda a cadeia operacional, que se poderá representar de harmonia com o esquema seguinte:

Quadro 3 - Estrutura Operacional

BVV - CORPO ATIVO ESTRUTURA OPERACIONAL 1877-1910	
1.º Comandante	
2.º Comandante	
1.º Patrão	
2.º Patrão	
Aspirante	
Bombeiro de 1.ª Classe	
Bombeiro de 2.ª Classe	
Bombeiro de 3.ª Classe	
Bombeiro Auxiliar	

Fonte: Própria. Arq. RAHBVV - BVV-11-02

Como tal, o conjunto do primeiro corpo de bombeiros, e seguintes, compor-se-ia por bombeiros de primeira, segunda e terceira classes. Muitos destes bombeiros surgem sob denominação de *agulhetas* e *clarins*. De forma um pouco confusa, surgem os bombeiros do quadro auxiliar. Não se distingue com clareza os que se integram no quadro de praças e os que se agrupam no quadro auxiliar. Os *maqueiros* e os *motoristas*, estes a partir da ditadura militar, só mais tarde vieram a constituir-se como bombeiros do quadro auxiliar. Pelas várias referências e descrições do material, mostra-se que a corporação, pouco tempo após fundação, trabalhou para deter duas bombas⁶⁰, admitindo-se, por isso, ter sido o corpo ativo dividido em duas secções.

⁶⁰ Cf. Anexo 3

Porém, pelo contrato estabelecido entre a Câmara Municipal e a Associação, em 22 de novembro de 1894, sobressai, entre outras obrigações, ser dever da Direção ampliar o corpo de bombeiros, passando a constituir-se deste modo⁶¹:

Quadro 4. Estrutura Corpo Ativo – 1895

CORPO ATIVO – 1895	
1	1.º Comandante
1	2.º Comandante
3	1.º Patrões
3	2.º Patrões
3	Aspirantes
20	Bombeiros
6	Bombeiros Auxiliares

Fonte: Própria. AMAP-Actas de Vereação

As mesmas fontes, ao não revelarem nenhuma referência aos denominados sotas, que eram os homens encarregues de tratar e conduzir os animais (cavalos e/ou jumentos) destinados à tracção dos carros do material e das bombas, leva-nos a admitir que, de facto, a corporação nunca teria possuído material hipomóvel de combate a incêndios. Esta asserção encontra fundamento na ata da sessão extraordinária, de 13 de maio de 1899, destinada a apurar-se o valor a pagar ao sócio, António Portas, pelo aluguer de um carro e de uma parelha de jumentos. Este frete destinou-se ao transporte da bomba e do material da associação, destinado ao piquete do corpo ativo escalado para a festa inaugural da instalação do Corpo de Bombeiros na vila de Felgueiras⁶², cuja fundação ocorreu em 20 de março de 1898. Há, contudo, uma referência a um *break* para dois cavalos (carruagem inglesa, sem cobertura, assente em 4 rodas), assim como os respetivos apetrechos⁶³, mas, em tempo algum, qualquer menção a cavalos ou sotas.

Aos bombeiros, para além da obrigação de ocorrerem às chamadas a socorros, ainda se lhes exigia, como tarefa obrigatória, manter os engenhos de combate aos incêndios operacionais. Estes requeriam cuidados

⁶¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fls.44-44v. Cota: 10-10-6-1

⁶² Arq. da RAHV - *Livro de Actas* - (1895-1921), fls.11-12. Cota: BVV-01-01.

⁶³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fls.44. Cota: 10-10-6-

permanentes, sendo destacados para o efeito piquetes de manutenção diários.

2.6.1 Formação e treino

A formação do pessoal adstrito aos serviços de incêndios ministrava-se nos quartéis e consistia em exercícios práticos com as bombas e as escadas. Tinham por objetivo que o desempenho do pessoal fosse progredindo de forma metódica e disciplinada através da execução de exercícios práticos e simulacros de incêndio.

Ora, a corporação dos voluntários de Vizela, até 1911, não dispunha de casa escola, denominada de *esqueleto para treinos*. Nestas circunstâncias, os exercícios de treino executavam-se nas casas da povoação, gentilmente cedidas para o efeito pelos seus proprietários. Nesta conformidade, em 13 de maio de 1877, cinco dias após a apresentação publica do corpo ativo dos bombeiros, anunciava o correspondente do “*Imparcial*”, sob o pseudónimo de *Veritas*, que os *bombeiros voluntários tem feito exercício no domingo e quinta feira, nas casas mais altas da Alameda [atual praça da República], e vão muito bem. Com poucas mais lições ficam prompts a poderem trabalhar publicamente na presença de homens amestrados. O seu primeiro commandante [Armando Pereira da Costa] é incançavel, e todos têm vontade e perícia, andam muito bem*⁶⁴.

Nas vésperas da apresentação pública da companhia dos bombeiros voluntários de Vizela, animados pela vontade em iniciar a prestação de serviço público contra incêndios, ainda se registavam exercícios de treino, destinados a adestrar os bombeiros no manejo eficaz do material destinado às futuras missões de combate a incêndios e salvação. A este propósito, em 8 de maio de 1877, terça-feira, reproduzia o “*Imparcial*” a notícia do seu correspondente em Vizela, informando que a bomba para os voluntários tinha chegado no sábado, dia 28 de abril desse mesmo ano⁶⁵, em consonância com o trecho que agora se apresenta:

“ (...) e no domingo [29 de Abril] de tarde vieram de surpresa o 2.º Commandante e alguns voluntários de Guimarães, juntamente com o inspector dos bombeiros

⁶⁴ “*Imparcial*”, n.º 416, de 29-05-1877. Sociedade Martins Sarmento: Cota: BG - 11-8 -3 g

⁶⁵ Anexo 1. “*Imparcial*”, n.º 412, de 08-05-1877. Sociedade Martins Sarmento. Cota: BG - 11-8 -3 g

municipaes, Carlos d'Araujo Abreu , todos com o seu uniforme, prestando-se a trabalhar na bomba, escadas e salva-vidas, n'uma casa de dous andares situada no largo da Alameda [praça da República], dando assim uma bella lição aos voluntários de Vizella .

Com efeito, vimos que os voluntários de Guimarães, estão assaz amestrados nas manobras, e foi admirado a perícia e promptidão com que funcionavam ao toque da corneta, e a velocidade com que descem e trepam pelas escadas e cordas. A bomba foi gabada pelos commandantes, e findo o exercício foi-lhes servido um lunch (...)“

Depreende-se, deste modo, que as permanentes tensões e rivalidades políticas não se estenderam à alçada operacional, mostrando os voluntários de ambas as corporações uma postura equidistante face a essas querelas, imbuídos, apenas e só, pelo espírito altruísta de bem servir as populações e empenhados em honrar o supremo lema - *auxilium in periculo*.

Ainda referente a este assunto, noticiava o supracitado bissemanário vimaranense que, no dia 11 de maio de 1879, os bombeiros voluntários tinham estreado o seu novo fardamento, percorrendo as ruas da povoação. Observava, depois, que os *bombeiros tiveram exercício; andaram bem, e obedientes aos seus dignos comandantes. É uma instituição puramente humanitária, que muito honra esta terra*⁶⁶.

2.6.2 Disciplina

A disciplina parece ter sido o denominador comum na instituição, escrupulosamente cumprida por todos os elementos do corpo ativo. Na realidade, durante todo o período monárquico, apenas se encontra um único e singular registo de foro disciplinar.

Tratou-se de um pertinente episódio de insubordinação por desconsideração e desobediência, perpetrado por três bombeiros desagradados com o seu Comandante. Segundo a respetiva ata, no dia 15 de janeiro de 1896, o comandante, *propôs uma manifestação em forma de regozijo pela victoria dos nossos soldados em África e pelo feito da campanha ali travada contra o regulo Gungunhana*, reportando-se à prisão (28-12-1895) desse opositor da soberania nacional, conseguida pelas forças

⁶⁶ Anexo 5. - “Imparcial”, n.º 602, de 20-05-1879. Arq. SMS. Cota BG - 11-6-3

militares sob comando do major Mouzinho de Albuquerque, na província moçambicana de Gaza. Exposto o incidente pela Direção, a Assembleia Geral pronunciou-se pela expulsão dos bombeiros recalcitrantes e, após sugestão do comandante, António Feliciano da Silva Caldas, concordou pela sua substituição por outros três elementos⁶⁷.

Será de realçar que, em associação a um caso ímpar da política nacional, este episódio é deveras paradigmático. Atesta, concomitantemente, o elevado sentido patriótico que contagiou todo o país na defesa do império colonial português, muito alimentado, refira-se, pela tímida postura monárquica perante o ultrajante ultimato inglês (11-01-1890). Esta tibieza política não só concorreu para o desenvolvimento da ideologia republicana, como, também, para o crescendo de partidários e de simpatizantes por esse mesmo ideal, nomeadamente em Vizela.

É verdade que se sabe muito pouco sobre a ação política tida pelos republicanos de Vizela, antes e durante a vigência da I República. Porém, mesmo a basear-nos num estudo ainda numa fase muito incipiente, poderemos avançar que em Vizela se aglutinou um significativo núcleo republicano, ainda antes da República, bastante dinâmico do ponto de vista militante. Seja, ou não seja, o que não se poderá contestar é esta intrínseca verdade: o candidato republicano pelo círculo de Braga às eleições para as Cortes, realizadas em 25 de novembro de 1900, foi o vizelense José Joaquim da Silva Pereira Caldas, ilustre professor no Liceu Central dessa cidade⁶⁸.

2.6.3 O serviço dos maqueiros

Para além da extinção de incêndios, os bombeiros viram-se confrontados com diversos tipos de calamidades, mostrando-lhes a necessidade de se equiparem para uma melhor prestação de socorro. Nestas razões, segundo Eduardo Agostinho, nasceu o serviço de *Ambulância*. Pelas mesmas circunstâncias, criou-se a secção de Maqueiros nos voluntários de Vizela.

⁶⁷ Arq. da RAHV - *Livro de Actas* - (1895-1921), Sessão de 29-01-1896, fls.2-4. Cota: BVV-01-01

⁶⁸ SOUSA, Amadeu José Campos de – *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1ª República* (1890-1926). Braga: Casa do Professor, 2004, pp.91-92

O serviço dos maqueiros tinha *como finalidade a assistência ao pessoal empenhado no combate a sinistros e eventuais vítimas com traumatismos, ferimentos, queimaduras, afogamentos e asfixia*⁶⁹, fazendo o respetivo transporte dos sinistrados da forma mais confortável e segura possível.

Nos seus primórdios, a organização da secção de maqueiros dos vizelenses, tal como o acontecido nas outras corporações de bombeiros, teria surgido muito percecionada pelas considerações acima apresentadas. Seria um serviço empírico, que teria vivido graças aos conhecimentos e dedicação de alguns dos seus homens, mais vocacionados para as funções curativas.

Quanto ao material detido pelo serviço de maqueiros, apenas nos é permitido afirmar, dada a penúria de fontes relativas ao período em questão, que a Associação disponibilizava aos maqueiros um *caixa de ambulância*, com todo o material necessário aos primeiros socorros, uma padiola e uma maca rodada⁷⁰. Esta veio permitir transportar sinistrados com mais eficiência, rapidez e segurança aos postos de saúde.

2.7 Material, Recursos e Meios Técnicos

Como bem se compreenderá, a principal inquietação da Comissão promotora consistiu em dotar a companhia de bombeiros voluntários com o material necessário destinado a iniciar-se, rapidamente, amissão de auxílio humanitário. Essa inquietude sobressai evidente pela informação publicada no *“Imparcial”*, em 8 maio de 1877, conforme deixa perceber o pequeno fragmento dessa mesma notícia:

⁶⁹ AGOSTINHO, Eduardo - “Desenvolvimento do Serviço de Saúde” – in - *Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História (1395-1995)*, (Coord. de), F. Hermínio Santos. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros; Liga dos Bombeiros Portugueses, 1995, p.44

⁷⁰ Arq. Da RAHBVV – *Livro de Inventários*. Cota: BVV-03-01

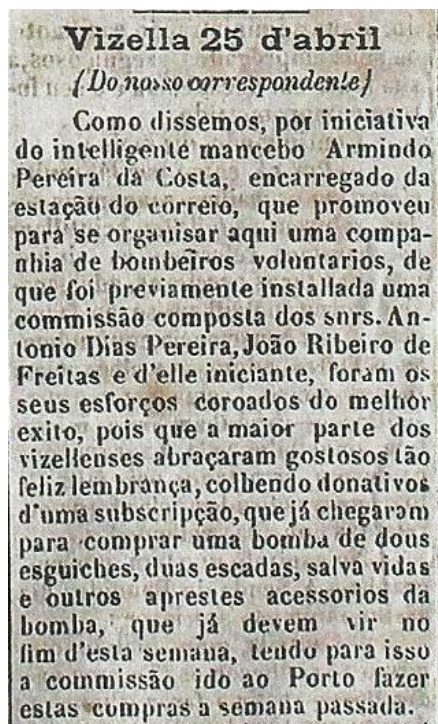


Ilustração 5. *Imparcial* - Notícia do Material de Incêndio – 1877.
Fonte. Arq. SMS. Cota: BG-11- 8 -3 g

Em 1877, ano da constituição do corpo de bombeiros voluntários da povoação, os intrépidos fundadores fizeram a aquisição do material indispensável à ação operativa. Todo este equipamento, no valor de 702\$000 réis, foi, repita-se, totalmente custeado pelos donativos que a benemérita Comissão promotora agenciou, assim como todo o armamento para trinta bombeiros, na importância de 600\$000 réis⁷¹.

Quadro 5. Bomba Braçal - 1877

Carro 1. Bomba Braçal - 1877	
N.º	Descrição
1	Bomba Grande
2	Agulhetas
2	Mangueiras
2	Picotas

Fonte. Própria. LEAL, (1873-1890), p.1932

⁷¹LEAL, (1873-1890), p.1932

Quadro 6. Material – 1877

Carro 2. Material - 1877	
Descrição	
Machados	
Mangueiras	
Escadas	
Bicheiros	
Absorvos	
Chaves	
Gadanhos	

Fonte. Própria.LEAL, (1873-1890), p.1932

A partir da fundação até ao fim da I República, como se verá pelo desenvolvimento do trabalho, todas as bombas foram montadas sobre veículos rodados de tração braçal. Do mesmo modo, para o transporte dos outros apetrechos indispensáveis à extinção de incêndios e ao salvamento – escadas, mangueiras, cintos e mangas de salvação, etc. – aparelhavam-se carros rodados de tração humana.



Ilustração 6 – Bomba braçal Carl Metz. Museu da RAHBVV

Em 22 de novembro de 1894, a Direção e a Câmara Municipal de Guimarães celebraram um contrato, onde na vereação (1893-1895) pontificava o vizelense João António Dias da Costa⁷², destinado a subsidiar as despesas do aluguer da *Estação da Bomba*. As bases do contrato, que entraria em vigor no primeiro dia de janeiro de 1895, revelam que, para manutenção do subsídio, a Direção da corporação dos bombeiros teria, *sine qua non*, de apresentar anualmente um inventário do material, desenvolver e manter uma casa-escola para formação e treino de bombeiros e alargar o serviço de socorro às freguesias circunvizinhas⁷³.

Quadro 7. Direção - 1894

DIREÇÃO – 1894	
Presidente	Miguel António Moreira de Sá e Mello
Vice-presidente	Luiz Pinto de Souza e Castro
1.º Secretario	António da Silva Vieira Coutinho
2.º Secretario	José Mendes Esteves Guimarães
Tesoureiro	José Pinto de Souza e Castro
1.º Comandante	Armindo Pereira da Costa
2.º Comandante	António Feliciano da Silva Caldas

Fonte. Própria. Anexo 3.

Esse documento (Anexo. 3) permite mostrar que, ao longo dos seus dezassete anos de existência, as várias direções da Associação perseguiram a constância em equipar o corpo ativo com mais e melhor equipamentos e com material de combate a incêndios mais moderno e eficiente. Deste modo, a informação contida nesse inventário, referente ao *magnifico material com todos os modernos aperfeiçoamentos*, autoriza reconstituir a evolução, quantitativa e qualitativa, dos equipamentos, através dos seguintes quadros:

Quadro 8. Bombas Braçais - 1894

Bomba Braçal. 1		Bomba Braçal. 2		Bomba Braçal. 3	
	Descrição		Descrição		Descrição
1	Carro	1	Carro	1	Carro
1	Bomba (Couto)	1	Bomba (Couto)	1	Bomba (Carl Metz)
2	Agulhetas (Força 30m)	2	Agulhetas (Força 30m)	2	Agulhetas (Força 35m)

Fonte. Própria. AMAP - *Actas de Vereação* (1893-1896), fls.43v-44v. Cota: 10-10-6-15

⁷²SILVA (2013) - Quadro 14- *CMG – Vereadores de Vizela*, p. 228

⁷³AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fls.43v-44v. Cota: 10-10-6-15

Quadro 9. Material Diverso- 1894

Material Diverso			
N.º	Descrição	N.º	Descrição
1	Carro/Transporte Material	-	Absorvos
1	Escada/Italiana (8 lances)	-	Agulhetas
5	Escadas (Crochet)	-	Croques
1	Escada/treino	-	Lanternas
168m	Mangueiras/Lona	-	Ganhos
26m	Mangueiras/Couro	-	Machados
-	Punções	-	Pás
3	Sarilhos/Mangueiras	-	Alavancas
1	Break (Para 2 Cavalos + Apetrechos)	-	Picaretas
30	Machados	1	Manga/Salvação
30	Machadas/Pequenas	2	Macas
-	Machadas/Grandes	-	Máscaras(Com reservatório de ar)

Fonte. Própria. AMAP - Actas de Vereação (1893-1896), fls.43v-44v. Cota: 10-10-6-15

Segundo Damas, sem nunca aludir as fontes, no ano de 1880, foi importada da Alemanha a bomba *Carl Metz* (Bomba Braçal 3 - Quadro. 8), isenta de impostos, pelo valor de 300\$000 réis, importância integral e generosamente oferecida pelo sócio benemérito J. P. Caldas, reportando-se à bomba braçal, muito bem conservada, agora em exposição no museu da RAHBVV⁷⁴.

2.7.1 Os meios de alarme

É escassa a informação relativa aos recursos utilizados como meios de alarme e as formas específicas de os accionar, referente aos dois períodos em análise. Por isso, apenas se presumirá que a corporação dos voluntários de Vizela empregou, de forma análoga às suas homólogas, tabelas de toques de sino e de escalas de apitos, aquando o combate a incêndios.

É evidente que, em caso de incêndio ou de outro tipo de sinistro, algum meio de alarme teria de ser acionado para reunião dos dedicados bombeiros. A resposta a estas dúvidas encontra-se implícita na sequência do relato de

⁷⁴ DAMAS, Júlio – *Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela: um Século ao Serviço da Humanidade*. Vizela: RAHBVV, 1977, p. [?]

incêndio (Anexo 6.), ocorrido em 5 de agosto de 1905, publicado pelo “*Echos de Vizella*”⁷⁵. Desta notícia, transcreve-se o seguinte trecho:

(...)“Vem a proposito censurar asperamente o facto de, tendo asineta dos Bombeiros voluntários tocado a rebate durante perto de meia hora, nenhum das torres das egrejas de S. Miguel e S. João foi repetido esse toque.

Nos censuramos o caso mas não o estranhamos porque não é já a primeira vez que se dá, chegando o sineiro da igreja de S. João a ter feito signaes de incêndio depois de tudo sanado e concluído como aconteceu num dos últimos incêndios occorridos”.

Depreende-se, assim, que, nos primórdios da Associação, era comum o uso do toque a rebate como meio de alarme, recorrendo-se à sineta instalada na *Estação das Bombas*. Este alarme teria uma réplica, efectuada pelos sineiros das igrejas da povoação, através de toques codificados de incêndio, tendo em conta que esta capacidade de chamada a incêndios seria amplificada pelos sinos e facilmente audível pelos bombeiros em todo o perímetro da povoação. É claro que havia a consciência nos comandos de que esse sistema de alarme não seria o mais prático e ideal. Mas, face às ofertas tecnológicas da época, era o possível e funcional.



Ilustração 7 – Sino de alarme dos BVV – Museu da AHBVV

⁷⁵ “*Echos de Vizella*”, n.47, de 06-08-1905. Arq. SMS. Cota: BG 10-8-27; Anexo 6

Pelo desenrolar do trabalho, provam-se e conhecem-se muitas ações dos corpos diretivos destinadas à resolução dos muitos problemas que iam afligindo o quotidiano da Associação, nomeadamente o dotar o corpo ativo com mais e melhores equipamentos, destinados a aumentar e melhorar a sua capacidade de resposta aos pedidos de socorro.

Nestes pressupostos, estamos crentes que, nesta matéria, também desejaram equipar os bombeiros com um sistema de alarme contra incêndios mais prático, rápido e funcional. Esta oportunidade só veio a acontecer em 1911, depois de se construir, nas traseiras da *Estação das Bombas*, a casa escola, onde, no seu cimo, se instalou um sino próprio para a chamada dos bombeiros. Este assunto terá análise no decorrer do próximo capítulo

2.8 Instalações e Renovação Imobiliária. A Estação das Bombas

Nos primórdios das associações de bombeiros, não havia a perceção da necessidade da construção de quartel. Nestas circunstâncias, encontra-se na história da maioria das corporações nacionais o imprevisto, recorrendo ao aluguer de uma casa que reunisse as condições suficientes onde concentrar e arrumar todo o seu material⁷⁶. A corporação de Vizela não constituiu exceção a esta realidade.

A falta de fontes dificulta o determinar onde se situaria a sua *Estação das Bombas*, nos primeiros tempos de vida da Associação. Com rigor, sabe-se que, pelo menos, desde 1894, as bombas e demais material eram arrecadadas num acanhado rés-do-chão de uma casa alugada, situada na Estrada Nova, onde, no mesmo local, se veio a construir o primeiro quartel (inaugurado em 28-09-1952), já sob denominação de rua dr. Abílio Torres. Essas mesmas instalações, a *Casa da Associação*, serviram, simultaneamente, de “secretaria” dos corpos gerentes e de salão de reuniões da Assembleia Geral.

Relembra-se que as associações de bombeiros, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados às populações do reino, começaram a receber dos municípios e do Estado algum apoio monetário e material

⁷⁶ LOPES, Alberto Branco- “Quartéis de Bombeiros” – in - *Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História (1395-1995)*, (Coord. de), F. Hermínio Santos. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros; Liga dos Bombeiros Portugueses, 1995, p.335

destinado à melhoria dos serviços de extinção de incêndios⁷⁷. Terá sido neste âmbito e na sequência de uma petição apresentada à Câmara Municipal de Guimarães, em 20 de outubro de 1894, que a Direção da corporação dos bombeiros alcançou um contrato, aprovado por despacho ministerial, que lhe permitiu receber do município o subsídio anual de 100\$000 réis⁷⁸, alegando que(...) *não possuindo a corporação edificio próprio, carecendo portanto de ocupar para sua regular installação um edificio de aluguer* (...) onde pudesse arrecadar todo o material que conseguira granjear⁷⁹. Refira-se que, mais tarde, pela mesma via e finalidade, a edilidade veio a contemplar a congénere vimaranense com o subsídio de 800\$000 réis por ano⁸⁰.

O espírito humanitário e a vontade de melhor prestar auxílio aos seus concidadãos presidiram na vontade da direção e dos associados a disposição para a eliminação definitiva de alguns constrangimentos provocados pelas limitações das instalações.

Em verdade, a porta da referida casa, o *salão da Associação que alberga as bombas*, obstava uma saída rápida em caso de incêndio, pois era preciso recuar *as bombas ao terreiro que existe nas traseiras da casa, para depois as tirar por um corredor lateral, bastante estreito*. Para se eliminar este problema, realizou-se, em 2 de julho de 1896, uma reunião extraordinária. A direcção, presidida por Miguel António Moreira de Sá e Mello, recorreu aos préstimos persuasivos do pároco de São João das Caldas, (Pe) António José Félix Gomes, que conseguiu a autorização do dono do edificio para se proceder ao alargamento da porta de entrada, comprometendo-se a direção a tudo repor caso a Associação viesse a desocupar o prédio, *mudando para outra parte a sua Estação*. A obra acabou orçada em 35\$000 réis⁸¹.

⁷⁷SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol.X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.469-70.

⁷⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973, *Actas de Vereação* - (1899-1901), fls.130-130 v. Cota: 10-10-6-18.

⁷⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fl.43. Cota: 10-10-6-15

⁸⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973, *Actas de Vereação* - (1899-1901), fls.130-130 v. Cota: 10-10-6-18.

⁸¹ Arq. da RAHV - *Livro de Actas*, (1895-1921), fls.4-5-. Cota: BVV-01-01.

Desconhece-se, referente ao período em estudo, a existência de outras intervenções na *Estação das Bombas*. Até ao final da Monarquia não se encontram outros registos relacionadas com esta matéria, achando-se na primeira ata da era republicana (18-04-1911) uma referência referente à casa-escola, tema que terá o merecido desenvolvimento num próximo capítulo.

2.9 Os Homens

A história e a nobreza da instituição fundou-se, perdurará a rejuvenescer-se, graças ao incessante esforço concedido por homens simples e devotados à causa humanitária – os sócios, os bombeiros e os corpos diretivos.

Esta história nunca se poderia terminar sem se referir aos homens que a fundaram e serviram devotadamente. Será uma pequena historia do altruísmo nobre e abnegado de todos os que, de um modo ou de outro, engrandeceram a Associação e, conseqüentemente, a sua terra.

Pena é que, dada a inexistência de quaisquer tipos de fontes, conforme já referido, fique impossibilitada a reconstituição do quadro do corpo ativo, ou seja, os históricos bombeiros da Associação, reportada ao período monárquico liberal. Por este motivo, sabendo-se que ficarão presos ao limbo perpétuo, para todos aqueles devotados bombeiros que, com muito labor, dedicação, carinho e risco de vida, defenderam e zelaram os bens e as vidas dos seus concidadãos, vai o nosso imenso carinho e o sentido reconhecimento; para todos aqueles abnegados bombeiros que fundaram, honraram e engrandeceram a corporação, aceitem a nossa incomensurável estima e eterna gratidão.

Será de destacar que a sociabilização dos indivíduos, os seus comportamentos e, até, as suas próprias necessidades, decorrem da própria natureza humana Mas, toda e qualquer sociedade, isto é, os homens, os usos sociais, todo o reportório das crenças, ideias e opiniões que se encontram vigentes no seu tempo, é, também, uma circunstância histórica⁸².

Por este prisma, através da reconstituição das distintas direções, tentar-se-á realçar o alinhar da elite vizelense em dois grupos antagónicos,

⁸²ORTEGA y GASSET, José – *História como Sistema*. Madrid: Revista de Occidente, 1942, PP.40-43

de onde emergem, cristalinas, as fidelidades pessoais e de grupo, mais do que as razões de caráter político/partidário, sugerindo, com relativa verosimilhança, uma espécie de *rotativismo* local, muito idêntico ao protagonizado por governos *Progressistas* e *Regeneradores*, que, diga-se, em quase nada se diferenciavam no exercício pragmático governativo ou nas questões ideológicas.

Por último, por sentirmos que se traduziria numa gritante injustiça e maior ingratidão, ensaiar-se-á traçar uma sucinta biografia de um dos homens que mais pugnou pela criação de um corpo de bombeiros voluntários na povoação: o jovem Armindo Pereira da Costa.

2.9.1 Diretores e Direções

O descaminho do registo de atas, referente ao período que corre desde a fundação até 1894, obsta a reconstituição dos quadros dirigentes. Porém, tal não significa que a Associação tenha sido gerida todo esse tempo *ad hoc*. Sabe-se mesmo que, no dia 2 de fevereiro de 1878⁸³, ainda muito antes da promulgação oficial dos Estatutos, houve uma Assembleia Geral, convocada essencialmente para aprovação das contas referentes à compra da primeira bomba, com apenas dois assuntos na ordem de trabalhos: *prestar-se contas da subscrição e do dinheiro recebido e do gasto; formar-se uma comissão para promover donativos (...)*.

A constituição da mesa dessa Assembleia Geral foi presidida pelo cidadão António de Barros Lima, secretariado pelo jovem Armindo Pereira da Costa e João de Freitas Ribeiro Guimarães. Estes dois últimos cidadãos, a que se junta António Dias Pereira, constituíram a Comissão promotora destinada a *organizar uma companhia de bombeiros voluntários*, na povoação de Vizela⁸⁴. Pelo enorme denodo e pela grandiosa paixão devotada à instalação do corpo de bombeiros, parece-nos de elementar justiça que lhes seja reconhecida muita da paternidade da fundação da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela. Esta posição não retira nenhum mérito nem faz diminuir o devido reconhecimento pelo trabalho levado a cabo pelos restantes elementos da dita Comissão promotora que, segundo Pinho Leal, se veio a formar em 1876, sob presidência do dr. Abílio Torres⁸⁵. Não admira, assim, que acabem por ser esses mesmos

⁸³ Cf. Quadro. 2; Anexo 4. - “Imparcial”, n. 485, de 22-02-1878. Arq. SMS. Cota: BG-11-6-3

⁸⁴ Anexo 1. “Imparcial”, n.º 412, de 08-05-1877, pp.2-3. SMS - Cota:BG-11- 8 -3 g

⁸⁵ Cf. Quadro. 2; LEAL, (1873-1890), p.1932

personagens a corporizar a Comissão Instaladora, destinada a angariar donativos para a novel Associação, aprovada na Assembleia Geral de 2 de fevereiro de 1878⁸⁶.

Quadro 10- Comissão Instaladora da AHBVV – 1878

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIZELA - COMISSÃO INSTALADORA - 1878	
Abílio da Costa Torres	António José d' Azevedo Varela
António José Dias Pereira	António Pedro de Barros Lima
Armindo Pereira da Costa	João Ribeiro de Freitas Guimarães
Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	Joaquim Pinto de Sousa e Castro
Joaquim Ribeiro da Costa	Luís Antunes Pereira

Fonte: Própria. Arq. da RAHBV – 1878 - *Estatutos da AHBVV*.

Embora se apresentem como meras conjecturas políticas, pela relativa coincidência cronológica e pela evidência implícita de constantes tensões e rivalidades dissimuladas, será de realçar dois aspetos muito significativos da época e conjuntura que vimos a analisar: não há registo de atas referentes aos exercícios de 1906 e 1907; e, pela primeira vez, na Assembleia Geral, realizada em 17 de dezembro de 1908, a Direção usa o galardão de *Real*, consignando em ata a denominação de Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela⁸⁷.

A primeira suposição, a inexistência de direções, concorda com a indigitação de João Franco, em 17 de maio de 1906, para formar governo (Regenerador-Liberal). João Franco, que governou em ditadura, desde 1907 até ao regicídio de D. Carlos (01-02-1908), fora um ex-deputado, eleito pelo círculo de Guimarães, terra a quem devia muitos benefícios e, consequentemente, maiores deveres de fidelidade. Revelou-se, por isso, num acérrimo opositor das pretensões autonómicas de Vizela. A segunda hipótese, associada ao assassinato do rei D. Carlos, patenteia, em nossa opinião, um concomitante monárquico e presidente da associação dos voluntários de Vizela, Miguel António Moreira de Sá e Mello, numa subtil subtileza, a enaltecer e glorificara figura de sua majestade, el-rei D. Carlos, um ilustre benemérito da associação.

A reorganização dos quadros das direções, relativa ao quinquénio de 1895-1910, apresenta António Moreira de Sá e Mello como o presidente

⁸⁶ Anexo 4. “Imparcial”, n. 485, de 22-02-1878. Arq. SMS. Cota: BG – 11-6-3

⁸⁷ Arq. da RAHVV - *Livro de Actas*, (1895-1921). Cota: BVV-01-01.

mais vezes eleito - sete mandatos. Com presidência repetida encontra-se Francisco da Silva Salgado e José de Freitas Ribeiro de Faria. Com uma única presidência apura-se o (P.e) Bento Lopes de Carvalho e José Ribeiro Moreira de Sá e Mello.

Pela sua importância e elevado significado, esclarece-se que Francisco da Silva Salgado e José Pinto de Sousa e Castro, este vice-presidente da Associação em quatro mandatos, foram eleitos vereadores à Câmara Municipal de Guimarães por partidos que as atas de vereação levam a admitir como sendo antagónicos. O primeiro foi eleito por dois triénios (1905-1907 e 1908-1910), enquanto o segundo, foi vereador substituto, eleito para o triénio de 1903-1905⁸⁸. Esta dicotomia política acaba, também, a repercutir-se na composição das listas diretivas da Associação e aclara muitas das razões pelas quais estes homens, subordinados aos impulsos e conveniências de grupo, se tributam a servir a Associação de Bombeiros, mas sempre agregados no clube de idiopatia sectária.

Quadro 11. Direções (1895-1910)

DIREÇÃO – 1895-96-97-98	
Presidente	Miguel António Moreira de Sá e Mello
Vice-Presidente	Luís Pinto de Sousa e Castro
1.º Secretário	José Mendes Estêvão Guimarães
2.º Secretário	Victorino Theophilo Lourenço *
Tesoureiro	José Pinto de Sousa Castro

*Substituído em 1897 – (P.e) José António da Silva Azevedo

DIREÇÃO – 1899-1900	
Presidente	Francisco da Silva Salgado
Vice-Presidente	Manoel Dias da Costa
1.º Secretário	Domingos de Sousa Ribeiro
2.º Secretário	Francisco da Costa e Silva
Tesoureiro	João Ribeiro de Freitas Guimarães

DIREÇÃO – 1902		Profissão
Presidente	Bento Lopes de Carvalho	Abade
Vice-Presidente	José Pinto de Sousa e Castro	Proprietário
1.º Secretário	José Ribeiro Narciso de Sá e Mello	Proprietário
2.º Secretário	José Ribeiro Narciso de Sá e Mello	Proprietário

⁸⁸SILVA (2013) - Quadro 14- CMG –Vereadores de Vizela, p. 228

Tesoureiro	Alberto Teixeira Machado	Farmacêutico
1.º Comandante	António Feliciano da Silva Caldas	- - - -

DIREÇÃO – 1903	
Presidente	José Ribeiro Moreira de Sá e Mello
Vice-Presidente	Joaquim António da Silva
1.º Secretário	António Feliciano da Silva Caldas
2.º Secretário	José Teixeira
Tesoureiro	Alberto Teixeira Machado

DIREÇÃO – 1904-1905-1908	
Presidente	Miguel António Moreira de Sá e Mello
Vice-Presidente	José Pinto de Sousa e Castro
1.º Secretário	Alfredo da Silva Bravo
2.º Secretário	Francisco Moreira Sequeira Júnior
Tesoureiro	José Ribeiro Moreira de Sá e Mello

DIREÇÃO – 1909-1910	
Presidente	José de Freitas Ribeiro de Faria
Vice-Presidente	- - - - -
1.º Secretário	João Machado Dias de Carvalho
2.º Secretário	Adriano Machado Dias de Carvalho
Tesoureiro	João Ribeiro de Freitas Guimarães

Fonte. Própria. Arq. da RAHVV, *Actas*, (1895-1921). Cota: BVV-01-01.

A inclusão nos Estatutos da proibição *dentro das instalações da Associação de manifestações de carácter político ou religioso* apenas aconteceu em 1957⁸⁹. Todavia, durante todo este ciclo, constata-se terem os sócios diretores trilhado, tacitamente, a sensata via da neutralidade equidistante em matéria política e religiosa

Esperava-se encontrar as típicas manifestações emulativas pessoais e/ou de grupo, uma faceta do bairrismo exaltado praticado pelos homens dessa época. Contrariamente, mesmo a notar-se as rivalidades latentes, o trabalho metódico por eles realizado mostra que cedo perceberam que isolados, alimentando querelas mesquinhas para além do que dita o bom senso, jamais trilhariam a senda do progresso e prestariam eficientes serviços à corporação e à comunidade. Muito por isso, não nos confrontamos com registos de manifestações e/ou perturbações de carácter político/partidário na vida da instituição.

⁸⁹ Arq. da RAHVV – *Estatutos*-1957, p. 15-Cota: BVV-06-02

Mas esse louvável comportamento não elimina a linha de raciocínio que vimos seguindo. Em verdade, as rivalidades ocultas encontram-se onnipresentes em todo esse ciclo. Pela recomposição das Direcções, apura-se ter sido a Associação gerida por 13 administrações chefiadas por 5 presidentes distintos. Revela-se, também, que todos os homens de qualquer direcção, sem excepção, se agrupam e interagem sempre fiéis e obedientes aos interesses exclusivos do chefe e do grupo onde se integram, nunca vindo a servir sob outra presidência, o que configura uma apreciável fidelidade de grupo e uma muito urbana rivalidade política. Essas mesmas rivalidades também se estendem à alçada financeira. Torna-se visível que, aquando a tomada de posse da direcção eleita, na qual a cessante procedia à transmissão dos bens e encargos da Associação, era ponto de honra para a nova gerência saldar todo e quaisquer empréstimos efetuados pelos dirigentes da cessante. Como exemplo paradigmático desta atitude, apresenta-se a ata de posse, lavrada em 23 de janeiro de 1900, em que o saldo de 52\$971 réis foi destinado a amortizar ao sócio Joaquim Pinto de Sousa e Castro, tesoureiro da Direcção cessante, a dívida de 100\$000 réis, sendo o valor remanescente liquidado por João Ribeiro de Freitas Guimarães, tesoureiro da direcção eleita, presidida por Francisco da Silva Salgado, passando este arcário a credor da Associação⁹⁰.

2.9.2 Armindo Pereira da Costa – o primeiro 1º Comandante

O ainda jovem Armindo Pereira da Costa revelou-se como principal paladino da formação da companhia de bombeiros voluntários na povoação de Vizela. Integrou a esforçada Comissão Promotora, acompanhou a compra do material destinado ao combate a incêndios e teve proeminente papel no treino e na organização do corpo ativo dos voluntários de Vizela⁹¹. Tornou-se, com toda a naturalidade, no primeiro 1.º Comandante da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela, cargo que, segundo Damas, ocupou ao longo de 22 anos, ou seja, até 1899, ano em que emigrou para o



Ilustração 8 – Armindo Pereira da Costa
1º Comandante. Fonte Arquivo AHBVV

⁹⁰ Arq. da RAHV, *Actas*, (1895-1921), fls-12-13. Cota: BVV-01-01.

⁹¹ Cf. Anexo 1. - 1877 - *"Imparcial"*, n. 412, de 08-05-1877, pp.2-3.

Brasil.⁹².

Armindo Pereira da Costa, nasceu na Lameira, freguesia de São Miguel das Caldas, em 11 de dezembro de 1854, sendo seus pais Francisco Pereira da Costa e Miquelina Rosa da Silva⁹³, comerciantes. Logo após ter terminado a instrução primária, passou a trabalhar na tabacaria de seu pai⁹⁴. Em 1877, com apenas 23 anos de idade, surge como encarregado do posto dos correios da povoação⁹⁵. Segundo Pacheco, emigrou para o Brasil, durante a vaga emigratória finissecular, onde tentou novas oportunidades de vida durante uma década. Regressou à sua terra, em 1910, por motivos de saúde, vindo a falecer em 17 de novembro de 1917, com 63 anos⁹⁶.

No plano político, desde cedo abraçou os ideais republicanos. Impulsionado pelo pensamento político moderado, aderiu ao Partido Republicano Evolucionista, fundado (1912) por António José de Almeida, um partido pautado pela linha ideológica do republicanismo moderado e opositor do PRP, um partido radical e de esquerda. Nas questões do desenvolvimento da sua terra, mostrou-se um empenhado bairrista, e, no capítulo da emancipação administrativa, revelou-se um indefetível militante dos ideais autonómicos.

No campo das letras, entre 1913 e 1916, colaborou como cronista em alguns jornais portuenses, nomeadamente o *Primeiro de Janeiro* e o *Comércio do Porto*⁹⁷. Foi fundador do jornal *Avisella* e co-fundador do jornal *Avisela*, de matriz republicana, sendo seus diretores, para além dele, Domingos da Costa⁹⁸. Na contemporaneidade, referente a esse período, não se conhece nenhum exemplar desses periódicos.

⁹² DAMAS, Júlio – *Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela: um Século ao Serviço da Humanidade*. Vizela: RAHBVV, 1977, p. [?]

⁹³ AMAP/PRQ/PGMR 59- *Registos de Baptismos* - Paróquia de S. Miguel das Caldas – Livro P-925 [1837-09-98 – 1860-11-25], fl. 44-v; Cf. Anexo 7.

⁹⁴ PACHECO (2007), p.405

⁹⁵ Anexo 1. “*Imparcial*”, n.º 412, de 08-05-1877, pp.2-3. Arq. SMS. Cota: BG-11- 8 -3 g

⁹⁶ DAMAS, (1977), p. [?]

⁹⁷ PACHECO (2007), pp.405-406

⁹⁸ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [Ed. Aut.], 1965, p.56

3 - A ASSOCIAÇÃO NO TEMPO DA I REPÚBLICA

Na prossecução da linha metodológica seguida na primeira parte do trabalho, ir-se-á traçar um breve panorama das principais características da I República, um período curto da nossa História de Portugal, mas bastante marcado por uma inusitada violência e agitação política e social. Neste âmbito, destinado à melhor perceção e delimitação dos assuntos a estudar, tentar-se-á mostrar como estas características da República se vieram a repercutir na vida da Associação e como ela se adaptou a esse delicado ciclo.

3.1 I República - Principais Características Políticas

Com a implantação da República (05-10-1910), sobrevinda, segundo David Ferreira, de uma *contraditória «aspiração» da consciência burguesa, que se diria revoltada [desde 1820] contra a sua mesma condição, estava cumprida a tarefa principal do Partido Republicano Português (PRD)*⁹⁹.

Uma característica geral da vida política portuguesa, sempre presente ao longo de toda a I República (16 anos), encontra-se na instabilidade presidencial, parlamentar e governativa, registando-se sete eleições gerais para o Parlamento, 45 Ministérios e oito eleições para a Presidência da República.

A Constituição republicana de 1911, fundou-se sobre os princípios demo-liberais, que salvaguardava os direitos e as garantias dos cidadãos, tendo em atenção os princípios genuinamente republicanos, tais como a igualdade social e o laicismo. A igualdade social definia-se como a rejeição de todos os privilégios procedentes do nascimento, de títulos de nobreza e de ordens honoríficas, enquanto laicismo pugnava pela igualdade e liberdade religiosa, com o afastamento e a proibição das ordens religiosas das matérias inerentes à administração pública e ensino.

Esta Constituição consignou a doutrina dos três estados, com acentuado predomínio do poder legislativo. O Congresso (o Parlamento) era formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Cabia ao Congresso eleger o Presidente da República, por quatro anos, que, de imediato, o impedia de reeleição. Era uma forma de governo em que o exercício da

⁹⁹ FERREIRA, David – “Republicanism Portuguese”, in – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 5). (Coord.) de Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p.286

soberania correspondia ao povo, quer diretamente, quer através de instituições representativas soberanas que se erigiam graças à eleição da vontade popular, não se reconhecendo direito algum distinto dos que podiam emanar da vontade popular.

Os governos dependiam de maiorias parlamentares. Porém, a indisciplina e as divisões partidárias, os interesses particulares e de grupos geravam uma constante instabilidade político/governativa, depauperando a credibilidade política. Habilmente fomentado pela oposição, veio a criar-se o sentimento de que os governos Democráticos (o PRD) eram corruptos e tiranos, e que estavam a colocar em causa o futuro da liberdade em Portugal. Isto levou à convicção de que só com violência se conseguiria afastar o PRD do poder e modificar-se a situação, respondendo os Democráticos com igual violência.

A este cenário, associava-se uma incapacidade de obediência ao Governo por parte da Guarda Republicana, polícias e forças armadas, agravada pelas manobras subversivas de católicos forças anti-republicanas e potências estrangeiras destinadas a desacreditar o regime, sobressaindo a guerra civil (1911, 1912 e 1919) provocada pela ação armada das forças monárquicas com a participação do clero e dos interesses económicos nas inúmeras conspirações e movimentos revolucionários¹⁰⁰.

À instabilidade política e social associou-se a crise financeira, o que tornava difícil a governação e levava à consequente degradação da vida das populações, realmente muito prejudicadas pela elevada inflação, especulação, penúria de géneros alimentícios e aumento das rendas de casa, sobretudo durante a participação de Portugal na I Guerra Mundial (1914-1918).

Ao participar ativamente nessa guerra, ao lado das tropas aliadas, Portugal mobilizou para o efeito milhares de homens, meios técnicos e militares e enormes recursos financeiros. Este gigantesco esforço, que exauriu a nação, destinou-se a equipar as forças militares que foram combater, principalmente, nas colónias africanas portuguesas e na frente

¹⁰⁰ MARQUES, A. H de Oliveira – *A 1.ª República Portuguesa (para uma visão estrutural)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, pp.149-150

européia¹⁰¹. A nível interno, assistiu-se ao golpe militar de Sidónio Pais (1917), um acérrimo opositor da participação de forças militares portuguesa na Grande Guerra, e a uma subsequente e feroz ditadura militar, que culminou no seu assassinato em 1918.

A crise económica mundial teve graves repercussões em Portugal, que nem os contínuos esforços de controlo e equilíbrio orçamental, perseguidos por sucessivos governos republicanos, produziram resultados. Às enormes despesas tidas com a participação militar na primeira guerra mundial, juntou-se uma conjuntura negativa, de onde ressalta a desvalorização do escudo, a galopante inflação e elevadas taxas de desemprego. A miséria agravou-se. Os défices tornaram-se enormes, e nem mesmo as subidas das receitas dos impostos conseguiram debelá-los¹⁰². No pós-guerra, o *boom* registado na economia nacional rapidamente viu o seu termo com a chegada da crise económica internacional (1920-1922). Esta crise, que se prolongou até 1925, teve graves repercussões em Portugal. Os sucessivos empenhos de disciplina e contenção orçamental, exercidos por seguidos governos republicanos, mostraram-se insuficientes, nunca produzindo os resultados esperados¹⁰³.

A conjunção de todas estas situações acabou por se refletir no plano social, eclodindo as revoltas operárias e numerosas greves, seguidas de prisões e perseguições, sempre e cada vez mais reprimidas com inusitada violência. A vaga de greves, que se intensificou a partir da greve geral de 1917, tinha como finalidade aumentos salariais para compensarem a subida da inflação e da desvalorização da moeda, bem como a diminuição da carga horária de trabalho¹⁰⁴.

¹⁰¹ LOPES, José da Silva – “Finanças Pública” – In - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). (Org. de) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.267-68

¹⁰² GARRIDO, Armando – “Conjunturas Políticas e Economia”. In - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). (Org. de) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.457.

¹⁰³ FERNANDES, Paulo Jorge – “Política Económica”. In - *História Económica de Portugal* (Vol.III) - (Orgn.) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva (Org. de), Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

¹⁰⁴ DIAS, João – “A organização do Trabalho” - In - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). (Org. de) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.378-79

De 1920 em diante o país caracterizou-se por situações instáveis e conturbadas, sobressaindo como moeda corrente a corrupção, os assassinatos, o bombismo, as crises de autoridade e a inflação. Instalava-se nas classes médias urbanas, as obreiras e sustentáculo da revolução republicana, a saturação de constantes revoluções e arruaças, crescia o receio do anarquismo e do bolchevismo, prosperava a desilusão e aumentava o desejo num governo forte e autoritário, fascista até, que restaurasse a ordem e a paz. Enquanto isto, a oposição partidária, o país rural, analfabeto e católico, a maioria nacional que personificava a reacção contra a minoria progressista urbana¹⁰⁵, conspirava pela morte e substituição da I República.

A vitória da contra-revolução conservadora surgiu com o golpe militar do general Gomes da Costa, iniciado em Braga, no dia 28 de maio de 1926, e consumada no dia 30 do mesmo mês, quando o último governo republicano pediu a demissão. Iniciou-se, assim, o novo ciclo político republicano, quando o comandante Mendes Cabeçadas, um dos chefes revolucionários vitoriosos, foi incumbido de formar o primeiro ministério da ditadura militar.

3.2 Vizela na I República

Este período da História de Vizela também aguarda pelo seu autor. Conforme já descrito, a investigação que vimos realizando ainda se encontra na fase de pesquisa, o que impossibilita a apresentação de conclusões. Porém, tudo aponta para que, tal como sucedeu em todas as regiões do país, a 1.ª República também se viesse a mostrar inviável na minhota Vizela. Apenas nas áreas urbanas de Lisboa e Porto, muito influenciadas pela forte concentração de massas operárias, tal situação não se verificou.

Ligado ao PRD, o que se afigura ser o primitivo núcleo militante republicano de Vizela, forjado no decorrer das aguerridas campanhas de propaganda contra a monarquia e o clero, cedo começou a cindir-se. O forçoso cumprimento da promessa da implementação do laicismo, que proclamava a igualdade e a liberdade religiosa, com o afastamento e a proibição dos clérigos e das ordens religiosas do exercício da administração pública e do ensino, parece, também, ter esbarrado numa débil base social,

¹⁰⁵ Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Editora Palas, 1978, pp.286-87

fortemente impreparada para a acolher. Por outro lado, o desejo de afastar os monárquicos da gerência das instituições, públicas e privadas, colidia no reduzido número de “quadros” republicanos apto a substituí-los, a que se aliava a habitual carência de recursos financeiros para que se pudesse promover as medidas estruturais, amplamente prometidas ainda na vigência da velha monarquia. Era a promessa política, sempre adiada, que se fundava na convicção que só um grande surto económico poderia dar ao frágil regime republicano uma forte base social, assente numa exígua classe média urbana de um Portugal essencialmente rural e católico.

Com efeito, mesmo ainda a tratar-se de uma mera teoria, tudo parece apontar Vizela como uma paradigmática povoação do Minho profundo, preponderantemente rural, católica e analfabeta, onde em 1911 apenas 35% da população masculina sabia ler e escrever¹⁰⁶, de reduzida burguesia, com antagónicas elites dominantes, de reduzido patronato e operariado.

Será aqui, também, um campo fértil onde a elite monárquica/católica fomentará a ação reacionária e recrutará as hostes, voluntárias ou forçadas, destinadas à contra-revolução até ao advir do 28 de maio de 1926? Ver-se-á, mas tudo indica que não. Ainda que seja muito prematuro o tirar-se ilações, nem este trabalho tem por objeto esta questão, poder-se-á adiantar que no capítulo social, a povoação de Vizela, tal como no período final da Monarquia, viveu sob o sortilégio do pacifismo, inter-relacionando-se os diferentes estratos sociais pelo prisma da sociabilidade, não se registando os pavorosos atos de violência política, designadamente bombismo, perseguições e confrontos de inusitada violência física, perpetrados em muitas localidades próximas. Contudo, tal como as demais, a sua comunidade encontrava-se vivamente dividida em dois campos antagónicos: num, encontrava-se os animosos apoiantes do dominante PRP, os Democráticos; e, noutro, uma heterogénea aliança que abominava aquele partido e a sua ação política, formada, essencialmente, por monárquicos, católicos, integralistas e republicanos moderados.

Referente aos aspetos políticos, é relevante afirmar-se que a doutrina republicana, desde cedo e ainda muito antes da implantação da República, colheu adeptos e simpatizantes em Vizela, mobilizou algumas consciências e vontades, a que muito se deve a difusão promovida por influentes vultos vizelenses, nomeadamente o dr. Pereira Caldas e o

¹⁰⁶ SILVA (2013), p.72

advogado dr Braulio Caldas, ambos com elevada cotação na estrutura do Centro Republicano do distrito de Braga, cidade que muito contribuiu para a constituição do futuro Partido Republicano Português¹⁰⁷. Por isso, não admira que, logo depois da implantação da República, num singelo ato político, mas repleto de imenso fervor republicano, os correligionários de Vizela aplaudissem a deliberação municipal, ocorrida na sessão extraordinária, realizada em 11 de novembro de 1910, que alterou a toponímia local. Passou, então, o largo de Franco Castello Branco a denominar-se de Praça da República; a rua de S. João de rua Elias Garcia; e a rua do Médico a chamar-se de rua Latino Coelho¹⁰⁸. Esta memória, que a agnosia desejou revogar, representa todos aqueles nossos conterrâneos que acreditaram nos ideais republicanos e desejaram consagrar à República muitos dos seus principais ideólogos.

A vida política na povoação correu paralela e sob influência dos grandes acontecimentos nacionais, assistindo-se ao re/posicionamento político da tradicional classe média de harmonia com as suas convicções políticas e os seus interesses particulares e/ou de grupo. Ao longo deste ciclo, assiste-se a uma heterogeneidade de casos exemplares de afeição e filiação política, que bem exemplifica uma sociedade estratificada em simpatias republicanas ou opositoras. Vamos encontrar o dr. António Francisco Portas como deputado democrático. Descobre-se o senador Armindo de Freitas Ribeiro de Faria e o ex-primeiro comandante da AHBVV, Armindo Pereira da Costa, ambos militantes do moderado Partido Evolucionista Português¹⁰⁹, desde a data da sua fundação, em 1912. Em 3 de janeiro de 1918, como membro da Comissão Administrativa da CMG, presidida pelo radical sidonista dr, João Rocha dos Santos, acha-se o cidadão José Pinto de Sousa e Castro¹¹⁰, mandato que perdurou logo após o início da *República Nova* (5-12-1917), até ao começo da cognominada *Monarquia do Norte* (19-01-1919 a 13-02-1919). Em sua substituição, no dia 3 de março de 1919, mostra a Comissão Administrativa da CMG, presidida pelo Democrático dr, Mariano Felgueiras, a integrar o cidadão Adriano Machado Dias de Carvalho, com o pelouro do Matadouro e Iluminação¹¹¹. Se bem que afastado de quaisquer cargos da administração pública, é-nos apresentado como devotado defensor da Causa Monárquica o

¹⁰⁷ SOUSA, (2004), pp. 91-92

¹⁰⁸ Actas das Sessões da CMG(1909-11-25 - 1911-07-12), fl. 117v. Cota: 10-16-2-1

¹⁰⁹ PACHECO, (2007) pp.156-57

¹¹⁰ AMAP - Actas das Sessões da CMG (1916-1918), fl.252. Cota: 10-16-2-6

¹¹¹ Actas das Sessões da CMG (1918-1919), fls94-94 v. Cota: 10-16-2-7

dr. Alfredo Bravo. Por ocasião da sua morte, sucedida em 1926, numa respeitosa homenagem, o *Commercio de Guimarães*, periódico vimaranense de linha redatorial monárquica, retrata-o (com inteira justiça e verdade, afirme-se) como um homem muito respeitador, mesmo perante o mais humilde cidadão, vindo por isso a merecer generalizada estima e consideração em todos os quadrantes sociais¹¹², nomeadamente nos de Vizela.

Contudo, este panorama político não se replica no interior da corporação. A condução dos destinos da Associação, como se irá demonstrar, parece constituir exceção, pois mesmo nos períodos conturbados da ditadura sidonista e no breve ciclo de guerra civil, decorrente da instauração da *Monarquia do Norte*, as direções mostram-se como que herméticas e indiferentes a toda a agitação política coetânea, denotando uma notável estabilidade e coesão na gerência da instituição.

O conhecimento oferecido sobre os aspetos económico e social sobressai ainda mais incompleto e nebuloso que o político. Apenas se conhece uma breve síntese, apresentada em contextos de propaganda e de estratégia política, destinada à pressão, legitimação e defesa da emancipação administrativa de Vizela, oferecida por Júlio Damas, pseudónimo de Francisco Armindo Pereira da Costa, um indefetível partidário da causa autonómica.

Trata-se do 4.º pedido para a formação do Concelho de Vizela, apresentado ao primeiro governo da ditadura militar, em outubro de 1926, subscrito por 12 freguesias. Embora essa petição nos seja apresentada sem subscrições, tudo converge, de acordo com as animosas reações vimaranenses, amplamente difundidas pelos periódicos citadinos, ter sido impulsionada por uma agremiação de industriais, uma espécie de *União de Interesses Económicos* regional e local, insatisfeita com as rigorosas políticas higienistas (legais e obrigatórias, esclareça-se) seguidas pelo município vimaranense. Pela análise crítica efetuada, será de referir que essa petição denota muita ligeireza de prova, falta de estudo e de rigor económico. Não apresenta nem as receitas nem as despesas descriminadas relativas às doze freguesias subscritoras (apenas as de Vizela), não oferece um plano de atividades ou, tão pouco, um anteprojecto de fomento para o futuro concelho.

¹¹² Cf. *Commercio de Guimarães* (1926). Arq. SMS. Cota: BG – 13-5-1

Em matéria demográfica, apoiado numa tabela, Damas contesta os valores apresentados pelo Censo Oficial de 1920, referentes à população e fogos da povoação, conforme a tabela oferecida¹¹³. Mesmo avisados dos eventuais e compreensíveis empolamentos praticados pelo citado autor, o presente quadro, agora apresentado e melhorado, mostra ter razão o nosso concidadão: os números oficiais estão totalmente errados, pecam por defeito. Durante a década, não há registos de desastres naturais, guerras ou incêndios que tivessem devastado 185 casas em Vizela. Do mesmo modo, mesmo a considerar-se os eventuais óbitos decorrentes da I Guerra Mundial (residuais em Vizela), ou o terrível surto nacional da gripe pneumónica (entre 1918 e 1919 matou 102 750 pessoas no país), não é crível que tenham perecido 695 habitantes. Mesmo que sejam apresentados por excesso, os elementos recolhidos nos registos paroquiais mostram-se, por isso, como mais próximos da realidade.

Quadro 12. 1926 -Vizela População/Fogos

Dimensão/Média Fogos/Habitantes			
Referência	População	Fogos	Média/Fogo/Hab.
Censo Oficial-1911	3 508	802	4,4 hab.
Censo Oficial-1920	2 813	617	4,6 hab.
Dados Paroquiais-1926	5 070	845	6,0 hab.

Fonte: Própria. Dados - INE; DAMAS (1965), p.70

Pelo estímulo das termas, entre os meses de maio a outubro, a população flutuante foi estimada entre 6 a 7 mil pessoas¹¹⁴, quando na viragem para a última década do século XIX a estimativa ultrapassava os 30 mil visitantes¹¹⁵, um claro sinal do declínio do termalismo e do turismo de Vizela.

Sobre os recursos financeiros, sem nunca apresentar as fontes, o referido autor oferece-nos (em estimativa) uma tabela dos *rendimentos prováveis do futuro concelho de Vizela*, perfazendo o total de 255 000\$00 (duzentos e cinquenta e cinco mil Escudos). Para este total, a contribuição de Vizela seria de 148 084\$35, a única a apresentar rendimentos parcelares e justificados. Vaticinando um crescimento das receitas, derivado do aumento das transações comerciais e industriais, augurava um futuro

¹¹³ DAMAS (1965), p.70

¹¹⁴ DAMAS (1965), p.70

¹¹⁵ SILVA, (2015), pp. 166-67

risonho e desafogado ao futuro concelho, pois as despesas obrigatórias nunca poderiam, por lei, ultrapassar os 100 000\$00¹¹⁶.

Malgrado os já referidos defeitos e limitações do estudo, não deixa de sobressair claro, não só as mutações no tecido económico e demográfico de Vizela, o que, desde logo, leva ao prenúncio do futuro predomínio da Indústria Têxtil na bacia do Vizela, como, igualmente, demonstra a permanente atração e centralidade da futura vila. Assim sendo, melhor se compreendem e justificam as razões da subsistência e da incessante continuidade da ilustre Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

3.3 A Evolução Morfológica do Corpo Ativo

A consulta do *Livro de Matriculas de Bombeiros* (1927) permite considerar, com muita certeza, a continuidade da organização e da capacidade operacional do corpo ativo, implementada no período anterior¹¹⁷. Porém, como nota relevante, sobressai o desejo da eficaz competência interventiva, alargando-se a ação de intervenção.

3.3.1 O progresso do serviço de maqueiros

Como que a comprovar a proposição apresentada por Hermínio Santos, também os bombeiros de Vizela cedo se aperceberam que, para além da incumbência da extinção de incêndios, poderiam alargar a sua missão à área da Saúde.

Nessa área (...) começaram a ser organizadas as, “ambulâncias” antecessoras dos actuais serviços de saúde, que tinham como objetivo o “serviço médico e cirúrgico”, nas ocasiões de sinistro e suas consequências¹¹⁸. Neste espaço, os voluntários de Vizela organizaram um Corpo de Maqueiros, com pessoal próprio, ou seja, o pessoal da “ambulância”. Este corpo, em 1927, compunha-se de dez elementos, sob comando do Maqueiro-Chefe¹¹⁹, e, pouco tempo depois, pelo facultativo.

¹¹⁶ DAMAS (1965), p.71

¹¹⁷ Assim deixa entender a leitura do *Livro de Matriculas de Bombeiros*. Arq. RAHBVV- BVV- 11-02

¹¹⁸ SANTOS, F Hermínio *Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História (1395-1995)*.(Coord. de), F. Hermínio Santos. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros; Liga dos Bombeiros Portugueses, 1995, p.23

¹¹⁹ Cf. Quadro 22. Corpo Ativo dos BVV (1927)

Para além de manterem o socorro dos próprios bombeiros por ocasião da extinção de incêndios, a sua ação alargou-se à condução de doentes e sinistrados para os postos de saúde e ao transporte de finados. Até 1927, para a prestação de todo o serviço de “ambulância”, os maqueiros possuíam, para além das velhas padiolas, uma maca rodada e uma carreta¹²⁰. A maca rodada permitiu abreviar o tempo de transporte, vigorando o seu uso até ao surgir das auto-macas e, depois, as ambulâncias¹²¹.

3.3.2 Formação e treino. A casa escola

Relembra-se que a formação dos bombeiros ligados ao combate a incêndios consistia em exercícios práticos com as bombas e as escadas, tendo por finalidade a sua progressão, metódica e disciplinada, através da execução de exercícios práticos e simulacros de incêndio. Até 1911, todos estes exercícios executavam-se nas casas da povoação, gentilmente cedidas para o efeito pelos seus proprietários. Ficou patente, ao longo do período monárquico, que a primeira inquietude das sucessivas gerências da Associação passava por equipar a companhia de bombeiros voluntários com todo o material indispensável ao cumprimento das suas missões humanitárias. Apenas as persistentes dificuldades financeiras obstavam a materialização dessa ambição. Por essas considerações, dever-se-á entender a amargura do protelar da construção da casa escola, destinada ao treino dos bombeiros.

Deste modo, quis o destino que a primeira obra realizada pela primeira Direção da era republicana consistisse na reclamada construção da casa escola, uma agradável dádiva para a AHBVV, quando se comemorava os seus 34 anos de existência. Pela lacónica ata da Assembleia Geral, realizada em 18 de Abril de 1911, onde, também, foram aprovadas as contas da gerência anterior, o 1º Comandante, António Feliciano da Silva Caldas, propôs *a construção de um esqueleto para a educação do corpo activo*. Esta deliberação foi aprovada, confiando-lhe a Direção, presidida por José de Freitas Ribeiro de Faria, todas as diligências conducentes à concretização do projecto¹²².

¹²⁰ Informação contida na primeira ata da Direção, de 03-05-1927. Arq. da RAHV - Livro de Actas (1927-1933), fls.1-1v. Cota: BVV-01-02

¹²¹ BARREIRO, Rita - “A Evolução Histórica do Equipamento dos Bombeiros”. In – *Actas do II Encontro Nacional – História dos Bombeiros Portugueses*. Coimbra: Associação dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, 2001, p.148

¹²² Arq. RAHBVV - *Acta de Sessão* (18-05-1911). Cota: BVV-01-01.

Pouco mais se sabe sobre esta benfeitoria. Desconhece-se qualquer outra informação que esclareça as questões ligadas ao projeto, construção, custo e conclusão da obra. Apenas se pode deduzir, através da informação prestada pela ilustração nº 9, que a madeira e o ferro foram os materiais utilizados na construção do *esqueleto para a educação do corpo activo*, construído nas traseiras do quartel. Despido de primores arquitetónicos, aparenta solidez e capacidade funcional, devendo a sua altura equiparar-se à de um prédio de dois andares.



Ilustração 9. Corpo ativo da ARHBVV em 10-5-1925. Fonte: ARHBVV

Essa estrutura basilar, onde no seu cimo se instalou o sino de alarme, perdurou operante até à construção, muitos anos mais tarde, de uma outra casa escola, toda em granito, mais robusta e consentânea com as incessantes exigências e necessidades da época coeva.

3.3.3 As funções do quarteleiro

Em 1913, foi eleito presidente da corporação dos bombeiros de Vizela o cidadão António Feliciano da Silva Caldas. Era um abnegado bombeiro e profundo conhecedor das carências e das mais prementes necessidades do Corpo Ativo, onde também desempenhava as funções de 1.º Comandante.

A ação e as medidas desenvolvidas, enquanto presidente, revelam um homem pragmático e determinado na resolução dos problemas conducentes ao cumprimento eficaz das missões de socorro. Esse conhecimento e o seu sentido prático foram determinantes para que, na reunião extraordinária de 23 de março de 1913, propusesse aos associados, reunidos em Assembleia Geral, como imperiosa necessidade a contratação de um novo quarteleiro. Depois, propôs e apresentou um regulamento de serviços para esse mesmo quarteleiro. Deveria ainda exercer funções de cobrador, cumprir tarefas e trabalhos na conservação do material e proceder à limpeza do quartel. Em atenção ao declarado aumento de tarefas exigidas, aprovou-se um aumento do ordenado em 17\$00 (Dezassete Escudos)¹²³.

Depreende-se que, a partir dessa data, passou a vigorar uma planeada regulamentação das tarefas e deveres dos quarteleiros, obrigando-os ao estrito cumprimento do mesmo, e que a Associação já gozaria de um razoável número de sócios, carecendo, por isso, de um cobrador. No referente ao aumento do ordenado, não há nenhuma informação que determine se esse aumento era mensal ou anual. Acredita-se reportar-se ao valor anual, bastando pensar-se na aprovação das contas da gerência de 1914, que contabilizou de receita 652\$90 e de despesa de 465\$55¹²⁴. Assim sendo, não é crível que o salário anual do quarteleiro viesse a absorver um quarto do total das despesas.

Como nota final, esclarece-se que, em 1913 e pela primeira vez, surgiu referenciada a nova moeda – o Escudo – numa ata de Direção. O Escudo, entendido como a nova unidade monetária portuguesa, foi criado pela República em 1911.

¹²³ Arq. RAHBVV - *Acta de Sessão*, (1895-1921). Cota: BVV-01-01.

¹²⁴ IDEM; Mostra-se, pela primeira vez., os valores das receitas e despesas aprovadas em Assembleia Geral.

3.3.4 A banda de música dos Bombeiros Voluntários de Vizela

A inexistência do *Livro de Actas*, relativo às sessões realizadas entre 20 de agosto de 1921 e 4 de maio de 1927, impede determinar a data precisa da integração da designada *Banda dos Chicórias* na associação dos voluntários de Vizela, bem como os limites legais que, eventualmente, a pautaram. Pela mesma razão, dificilmente se poderão vir a apurar as verdadeiras e concretas motivações que presidiram a essa incorporação, conquanto se depreenda que lhe esteja subjacente um determinado conjunto de vantagens e conveniências recíprocas, de onde sobressairá a crença de mais prestígio e mais notoriedade para ambas as partes.



Ilustração 10 - Banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela – 1928. Arq. RAHBVV

A primeira referência interna à banda encontra-se no interior de uma ata da Direção, lavrada por ocasião das comemorações dos 50 anos da Associação (1927), indicando que, para além dos bombeiros, que foram distinguidos com a medalha de valor e mérito, também *foram condecorados com a medalha comemorativa o chefe e o sub-chefe da banda*¹²⁵.

¹²⁵ Arq. da RAHBVV - *Livro de Actas* (1927-1933), fls.6-6v. Cota: BVV-01-02

Não restam dúvidas que essa junção terá ocorrido nos últimos anos da I República. Há, até, opiniões que apontam ter acontecido no ano de 1923 ou 1924, embora careçam de prova. Em nosso parecer, será mais prudente apresentar-se como certa essa união no decorrer do ano de 1926. Na realidade, pelos periódicos consultados nas hemerotecas da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, apenas se conseguiu depreender essa efetiva ligação pelo “*Ecos de Guimarães*”, de 28-08-1926, noticiando que (...) *no respectivo coreto fez-se ouvir até de madrugada a excelente banda dos Bombeiros Voluntários desta localidade*¹²⁶, reportando-se ao concerto da banda, realizado no parque das termas, por ocasião das Festas de Vizela.

Há, realmente, no acervo fotográfico da RAHBVV várias fotografias que retratam uma banda de música junto ao *esqueleto para a educação do corpo activo*, erigido nas traseiras da casa/quartel da Associação, alegadamente datadas de 1928. Mesmo que inequivocamente se aceite tratar-se da Banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela, o documento, por si só, não assegura com nenhum rigor a data de integração. Pelo exposto, a definir-se uma data de incorporação, como hipótese mais fiável, será o ano de 1926.

Do mesmo modo, por falta de provas, torna-se impossível o apuramento das razões que teriam ocasionado a extinção da referida banda. Quanto à data da cessação, depreende-se ter ocorrido nos alvares do ano de 1961¹²⁷. Com efeito, acerca das comemorações do 83.º aniversário da corporação, anunciava o “*Notícias de Guimarães*” que do programa constaria *um concerto musical pela Banda desta Real Associação*¹²⁸. Alusivo às celebrações do 84.º aniversário, e seguintes, jamais se voltam a encontrar quaisquer referências de participação da banda nestas efemérides. A derradeira alusão encontra-se inserta no mesmo periódico, ao anunciar que o préstito em honra do mártir S. Sebastião, promovido pela paróquia de S. João das Caldas, *fez atrair à nossa vila uma multidão de piedosos fiéis*,

¹²⁶ “*Ecos de Guimarães*”, de 28/08/1926. Arq. Museu Martins Sarmento. Cota: BG-10-8-4 e. Esta informação encontra-se, também, disponível em <http://memoriasdevizela.blogspot.pt> [Consulta. 08-01-2017], resultante de um aturado trabalho de pesquisa acerca de bandas filarmónicas vizelenses.

¹²⁷ As atas da Direção, sob presidência de José Luís de Almeida, quer as anteriores quer as posteriores a 1961, nada referem acerca deste assunto. Há, porém, outras fontes que comprovam a sua longevidade à referida data.

¹²⁸ “*Notícias de Guimarães*”, n.º 1 479, de 01-05-1960, p.4. Arq. SMS. Cota: BG-12-5-2

tendo sido *abrilhantado pela Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de Vizela*¹²⁹, devendo-se referir que era já habitual a presença da filarmónica nestas festividades religiosas joaninas.

De reconhecer será, sem dúvida alguma, que, até à sua extinção, os músicos da Banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela enobreceram a corporação e a sua terra, ao executarem, com talento e classe, afamados repertórios em inúmeros eventos e solenidades realizadas em muitas localidades do país. Muito por isso, reconhece-se justa e meritória a homenagem prestada ao maestro e compositor Joaquim da Costa Chicória, em 05 de novembro de 2016, numa organização conjunta da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela e da Sociedade Filarmónica Vizelense. A cerimónia pretextou-se, também, para a inauguração do requalificado *Museu dos Bombeiros*, apresentação do novo fardamento da filarmónica, bem como para o lançamento do CD – “*Ver, Ouvir e Calar*” – do referido compositor vizelense

3.4. Material, Recursos e Meios Técnicos

Os quadros que, de seguida, iremos apresentar, sintetizam todo o material detido, até 1927, pela corporação dos bombeiros de Vizela. A simples análise destes quadros, se comparados com os do período anterior, permitem afirmar que não só houve uma apreciável evolução quantitativa e, certamente, qualitativa de meios e material, como, também, a manutenção de bombas montadas sobre veículos rodados de tração humana, embora nos finais do período republicano as respetivas gerências já viessem a trabalhar na adaptação de veículos motorizados¹³⁰. Do interior destas realidades pode-se, ainda, concluir uma outra, de elevado significado: num clima de forte instabilidade política e social, as direções quiseram dele alhear-se e mostraram sublimar os supremos interesses da Associação.

A ata da sessão, realizada em 4 de maio de 1927, informa que houve um reunião entre as Direções do ano findo e a do corrente, destinada à transferência de todos os haveres e encargos da Associação¹³¹, isto é, entre a última gerência do período republicano e a primeira da ditadura militar. Esta ata reverte-se de capital importância, pois permite contabilizar e aferir todo

¹²⁹ IDEM ,n.º1 519, de 05-02-1961, p.6. Arq. SMS. Cota: BG-12-5-2; Cf. Anexo 8.

¹³⁰ Assim se depreende da leitura da ata da Direção, de 3 de maio de 1927. Arq. RAHVV - *Livro de Actas*, (1927-1933). Cota: BVV-01-02

¹³¹ Arq. da RAHVV - *Livro de Actas* (1927-1933), fls.1-1v. Cota: BVV-01-02

o material e armamento detido pela corporação na época que temos vindo a analisar.

Quadro 13 - Armamento - 1926

ARMAMENTO - 1926	
N.º	Descrição
36	Uniformes de gala
36	Uniformes de trabalho
36	Capacetes/Couro/Metal
1	Capacete/Metal Branco
1	Capacete/Metal Amarelo
36	Machados
40	Cintos/Lona/Metal
14	Ganchos de Carabina
5	Cornetas
1	Clarim
9	Uniformes Maqueiros
11	Bonés
9	Cintos
1	Cabo Algodão - Salto
10 m	Cotim
1	Pedaço de Cabelal

Fonte. Própria. BVV-01-02, fls.1-1v.

A síntese do *Armamento*, ou seja, os fardamentos dos bombeiros (gala e trabalho) e os subsequentes apetrechos a eles ligado, consente afirmar que, em meio século de existência, se registou um aumento médio de homens do corpo ativo. Se confrontarmos o número de homens integrantes do Corpo Ativo em 1927 (36 bombeiros) com o da data da fundação (30 bombeiros), regista-se um aumento de 20%, o que significa uma grande estabilidade na capacidade operacional.

Indica, também, que as direções do período republicano procuraram substituir, reformar e melhorar muito do material legado do período anterior. Acerca deste propósito, em 23 de março de 1913, convocada com carácter de urgência pelo presidente da Direção, António Feliciano da Silva Caldas,¹³² ocorreu uma Assembleia Geral extraordinária destinada, entre muitas outras aquisições necessárias, à inadiável compra de *fardamento de ganga para trabalho* e da *reforma dos cintos de segurança*¹³³.

¹³² Provavelmente terá acumulado a presidência com o cargo de Comandante.

¹³³ Arquivo da RAHV - *Livro de Actas* (1895-1921) - BVV-01-01.

Quadro 14 - Viatura n.º 1 – 1926

VIATURA N.º 1	
N.º	Descrição
1	Bomba – Jacto Duplo
3	Absorvos
2	Picotas
2	Agulhetas
2	Bocais - Agulheta
1	Sarilho de Ferro - Mangueiras
2	Machados
3	Suspensões - Mangueiras
2	Chaves
100 m	Manga - Lona
1	Tirante

Quadro 15 - Viatura n.º 2 - 1926

VIATURA N.º 2	
N.º	Descrição
1	Bomba – Jacto Duplo
3	Absorvos
2	Picotas
2	Agulhetas
3	Bocais - Agulheta
2	Machados
3	Chaves
110 m	Manga - Lona
1	Tirante
1	Braçadeiro
-	- - - - -

Quadro 16 - Viatura n.º 3 - 1926

VIATURA.3	
N.º	Descrição
1	Bomba/Metz – Jacto Duplo (35 m.)
3	Absorvos
2	Picotas
2	Agulhetas
3	Bocais - Agulheta
1	Saco – 15 Baldes
7	Chaves
110 m	Manga - Lona
1	Tirante

Quer os quadros anteriores quer os subsequentes, comprovam uma apreciável evolução quantitativa das bombas e do material. Em 1926, o corpo de bombeiros já disponha de três bombas braçais e um carro bem apetrechado de material indispensável ao combate a incêndios e às missões de salvamento.

Para este panorama, muito terá contribuído o conhecimento, o empenho e a dedicação das sucessivas gerências. Nesta linha, encontra-se a administração de 1913, presidida pelo dedicado 1.º Comandante, António Feliciano da Silva Caldas, quando diligenciou verbas para que se

procedesse, com carácter de urgência, à compra, reparação e reforma de muito material, nomeadamente uma escada de sete lanços moderna; a reforma do carro de material; pintar todo o material para sua conservação; e consertar a bomba [n.º?] que se achava avariada¹³⁴.

Quadro 17 - Viatura n.º 4 - 1926

VIATURA N.º 4			
N.º	Descrição	N.º	Descrição
6	Lances de Escada/Portuense	2	Chaves
6	Escadas de Croché	1	Boca de Água
2	Pás	2	Desferradeiras
1	Alavanca	10	Espias
1	Serrote	2	Cordas
1	Saco – Manga de Salvação	2	Faróis
1	Caixa de Ambulância	2	Suspensórios de Manga
2	Enxadas	4	Croques
2	Gadanhos	3	Cabos
2	Machados	1	Corda
2	Picaretas	1	Tirante

Quadro 18 – Material Diverso – 1926

MATERIAL DIVERSO			
N.º	Descrição	N.º	Descrição
1	Automóvel *	1	Mastro
4	Lances de Escada/Portuense *	1	Vassoura
2	Escadas de Croché *	24	Archotes
1	Sineta *	23	Molduras com Fotografias
4	Faróis	52	Diplomas
3	Pneus/Reserva	1	Caixa/Folha Metalizada
1	Ferramentas Diversas/Auto	1	Escrivaninha
1	Maca	1	Casa Escola/Treino
1	Azeitadeira	1	Escada
1	Chave Parafusos	1	Instalação Eléctrica c/4 lâmpadas
120	Manga	2	Portadas de Castanho (4 Folhas)
1	Bandeira	3	Coberturas de Viaturas

Fonte. Própria. BVV-01-02, fls.1-1v. [* Incompletos]

¹³⁴ Arquivo da RAHVV - Livro de Actas (1895-1921) - BVV-01-01.

A produção em massa do automóvel e a imediata popularização, veio alterar a vida quotidiana mundial para sempre. Portugal e as suas populações paulatinamente se acomodaram à vida automotorizada, encurtando-se as distâncias e aproximando-se as vidas.

Esta realidade, bem como muitos outros avanços tecnológicos colocados ao serviço da humanidade, a maioria nascida dos avanços científicos e dos avultados investimentos de capital exigidos pelos esforços tidos pelas principais potências beligerantes na I Guerra Mundial, não passaram despercebidos aos briosos dirigentes da Associação.

Pelo material patente no *quadro 18* (um automóvel (incompleto); faróis; pneus de reserva; e diversas ferramentas auto), mostra-se que as últimas gestões do período republicano já vinham empenhadas na adaptação de um veículo automóvel, capaz do rápido transporte de bombeiros e de bombas. Acredita-se mesmo que muito desse trabalho terá sido desenvolvido na oficina Couto, pelo vindouro Chefe de Motoristas. Por outro lado, a incorporação, em 1926, de um motorista leva a concordar-se que já se ultimariam os derradeiros preparativos para a introdução de veículos automóveis. Mas, este marco importante na vida da associação, acabou por suceder materializado já no decorrer da ditadura militar, subsequente ao 28 de maio de 1926. Esta matéria merecerá amplo desenvolvimento no decorrer do próximo trabalho.

De referir que, tal como o sucedido em muitas outras corporações de bombeiros do país, após a compra das primeiras viaturas motorizadas, seguiam-se os trabalhos de adaptação do sistema de bombas. Pouco tempo depois, essas viaturas começaram a ser equipadas com as bombas de motor de explosão, as designadas moto-bombas, que eram depois transportadas pela força dos braços dos bombeiros para os locais de sinistro¹³⁵. Alguns exemplares deste material, o antecessor da auto-bomba, encontram-se muito bem conservados e funcionais no Museu da RAHBVV.

3.4.1 Os meios de alarme

Desde cedo, sucessivas Direções e Comandos porfiavam por proporcionar um quartel funcional aos bombeiros, equipado com os

¹³⁵ Cf. BARREIRO, Rita – (2001), pp.138-39.

melhores meios para a prestação de socorros à povoação em caso de sinistros.

Nesse âmbito, em 1991, nasceu a edificação da casa escola, destinada, repita-se, ao treino dos bombeiros. Contudo, a sua construção viabilizou a resolução de um outro problema: a melhoria dos meios de alarme.

Nesta conformidade aproveitou-se essa infra-estrutura para, no seu cimo, se instalar um pequeno sino, destinado ao alarme específico de sinistros. Este, quando acionado, era audível em toda área urbana da povoação, distinguindo-se pelo seu timbre sonoro dos seus semelhantes, destinados aos ofícios religiosos, instalados nos campanários das igrejas de S. João e de S. Miguel das Caldas.

Nos alvares da década de trinta do século XX, com a instalação da primeira sirene elétrica, prosaicamente denominada de “*ronca dos bombeiros*”, o sino perdeu a sua função utilitária, encontrando-se, agora, o exemplar sobrevivente exposto no museu da RAHBVV.

3.5. A Compra do Prédio do Quartel

Pelo nobre significado e pelas repercussões positivas que permitiu gerar no futuro da corporação, o ato administrativo de maior relevância e notoriedade, produzido durante todo o período republicano, consistiu na aquisição do edifício onde se encontrava instalado o quartel da Associação Humanitário dos Bombeiros Voluntários de Vizela. Revela-se, assim, um pensamento já perspectiva dona importância e conveniência da posse de um quartel e, conseqüentemente, na certeza que já não bastava o recurso ao improviso ou ao aluguer de uma casa com condições razoáveis onde se concentrar e arrumar todo o material.

A reunião extraordinária da Assembleia Geral, de 20 de agosto de 1921, convocada pela Direção, sob a presidência do dr. António Francisco Portas, só tinha um assunto em agenda: a resolução da compra do prédio que servia de sede social e quartel da Associação. A ata referente a essa sessão não é pródiga em pormenores. Sabe-se apenas que, por unanimidade, foi decidida a compra, dando-se plenos poderes ao *vogal nato* (o 1.º Comandante, António Feliciano da Silva Caldas) *para na arrematação, que*

deve ter lugar no dia de amanhã [21-08-1921], proceder àquela compra pelo preço que julgar conveniente¹³⁶. Depois deste marco importante na biografia da corporação, não há, como já referido, mais nenhuma ata referente ao ciclo que vimos analisando. Ficarão omissos, entre outros pormenores da aquisição, o número de arrematadores, o valor base com que foi à praça e qual o valor da arrematação, a ter existido.

Porém, posteriores registos notariais levam a admitir como real a referida arrematação, tornando-se esse prédio alugado, que desde os primórdios da corporação serviu como *Estação das Bombas*, no primeiro património imobiliário da Associação. Com efeito, a necessidade de ulteriores averbamentos e descrição predial requeridos por representantes da corporação à Conservatória do Registo Predial de Guimarães, em dezembro de 1932 e em março de 1934, comprovam duas modelares realidades, sempre constantes no devir, abertas pelos diretores do período republicano: o princípio da acumulação de bens imobiliários; o início da gestão projetada para o futuro.



Ilustração 11 – Antigo quartel de piso térreo. Fonte FJA

¹³⁶ Arquivo da RAHBVV - *Livro de Actas* (1895-1921). Cota: BVV-01-01.

3.6. Os Homens

A existência do *Livro de Actas*, que cobre a gestão da Associação no período que decorre de 1910 a 1921, permite refazer as direções que a foram gerindo, lamentando-se a falta de fontes que licenciem completar a recomposição diretiva referente ao tempo restante e final da fase republicana.

Ao invés do período monárquico, a subsistência do *Livro de Matrículas de Bombeiros*, de 1927, autoriza reconstruir um quadro alargado do Corpo Ativo, verificar que bombeiros transitaram da Monarquia para a República, bem como os *sócios ativos* incorporados no início do novo período.

Relativamente aos dois períodos que vimos analisando, concretamente meio século, por carência de prova, ficará por apurar o número de sócios e a sua tipologia. A partir de 1928, já se encontram registos dos *sócios auxiliares* (contributivos), podendo-se adiantar que, nesse ano, se contabilizavam 138 sócios pagantes, desconhecendo-se o valor da quota anual estipulada.

3.6.1 Diretores e Direções

A reconstituição e leitura dos quadros diretivos da Associação, relativas ao conturbado tempo da I República, indiciam, em claro contraciclo com esse mesmo período, uma surpreendente estabilidade diretiva.

Com toda a probidade, não é viável determinar as putativas simpatias políticas, ou até as filiações partidárias, daqueles cidadãos que quiseram devotar-se à administração da corporação dos voluntários de Vizela. Tudo indica que, com maior ou menor grau de simpatia, a maioria se identificaria com os ideais republicanos, bastando considerar que apenas o diretor Francisco Moreira Sequeira Júnior e os homólogos repentinos das Direções de 1909 e 1910, vieram a sobraçar cargos diretivos durante o ciclo republicano.

A análise destes quadros de direções identifica, em 11 anos de gestão, quatro sócios eleitos para dirigirem os destinos da Associação. Todos os presidentes repetiram duas ou mais séries de mandatos. Com dois

mandatos sucessivos encontram-se os cidadãos José de Freitas Ribeiro de Faria e António Feliciano da Silva Caldas, devendo este ter acumulado as funções de 1.º Comandante. Segue-se, com três mandatos, Francisco Moreira Sequeira Júnior. Por último, com 4 mandatos sucessivos, o distinto deputado da nação, o dr. António Francisco Portas.

Quadro 19. Direções (1911-1927)

DIREÇÃO – 1911-1912	
Presidente	José de Freitas Ribeiro de Faria
Vice-Presidente	-----
1.º Secretário	João Machado Dias de Carvalho
2.º Secretário	Adriano Machado Dias de Carvalho
Tesoureiro	João Ribeiro de Freitas Guimarães

DIREÇÃO – 1913-1914	
Presidente	António Feliciano da Silva Caldas.
Vice-Presidente	Joaquim Alves Teixeira
1.º Secretário	Alberto Alves Teixeira
2.º Secretário	Miguel Luiz de Almeida
Tesoureiro	Arnaldo da Silva Ribeiro Videira

DIREÇÃO – 1915-16-1917	
Presidente	Francisco Moreira Sequeira Júnior
Vice-Presidente	José Coelho Moreira
1.º Secretário	Domingos de Sousa Ribeiro
2.º Secretário	Boaventura da Costa Caldas Júnior
Tesoureiro	Alberto Ribeiro d’Araújo Faria

DIREÇÃO – 1918-19-20-1921	
Presidente	Dr. António Francisco Portas
Vice-Presidente	Manuel Fernandes Pinto Júnior
Vice-Presidente *	Alberto Ribeiro d’Araújo Faria (1921) *
1.º Secretário	Gaspar Lopes Martins
1.º Secretário*	Boaventura da Costa Caldas Júnior (1921) *
2.º Secretário	Boaventura da Costa Caldas Júnior
2.º Secretário*	José Coelho Moreira*
Tesoureiro	Alberto Ribeiro d’Araújo Faria
Tesoureiro*	António da Silva Campelos*

Fonte. Própria. Arq. RAHBVV - BVV-01-01. *No cargo apenas em 1921

Por despacho do Ministro do Interior da ditadura sidonista, o Decreto n.º 3738, de 10 de janeiro de 1918, dissolveram-se todos os corpos administrativos – Juntas Gerais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia – e em substituição Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo Civil. Sem dúvida que os efeitos legais originados incidiram sobre os órgãos da administração pública, mas, em muitas localidades do país, produziu idênticos efeitos nas instituições particulares, em muitos casos traumáticos e radicais. Tinha-se aberto o turbulento ciclo do *Reino da Traulitânia*.

Tudo indica, no referente à AHBVV, que esse decreto pouco ou nada se repercutiu nos órgãos diretivos e na vida da Associação. Desde logo, pela evidente estabilidade diretiva, mostrada, por exemplo, durante as presidências do dr. António Francisco Portas, ao longo de quatro **ininterruptos** mandatos, indiciando que o escopo principal de todos os intervenientes era a ação humanitária. Mas, coincidência ou não, o registo da Assembleia Geral, realizada em 12 de maio de 1918, referencia, pela primeira vez na história da corporação, quem foram os eleitos que vieram a constituir os dois órgãos estatutários - Direção e Conselho Fiscal. Pela reconstituição do órgão fiscalizador, verifica-se o retorno dos dirigentes do período monárquico, no decurso de três mandatos consecutivos. O Conselho Fiscal, referente ao ano de 1921, apresenta como presidente José Ribeiro Ferreira, que, em 1927, seria eleito como 1.º Comandante.

Quadro 20. Conselho Fiscal (1918-1921)

Conselho Fiscal -1918-19-1920
José Ribeiro Moreira de Sá e Melo
João Ribeiro de Freitas Guimarães
Miguel Luiz de Almeida
Joaquim António da Silva
José Coelho Moreira

Conselho Fiscal -1921
José Ribeiro Ferreira
Lucas Bento - - - - ?
Francisco Moreira Sequeira Júnior
Joaquim da Silva Caldas

Fonte. Arq. RAHVV - *Livro de Actas*, (1895-1921)
Cota: BVV-01-01.

No concernente ao último quarto de existência da I República, não há, infelizmente, registo de atas. Mas, através da ata da tomada de posse da nova direção, eleita já na vigência da ditadura militar, e pela respetiva entrega dos haveres e encargos da Associação pela cessante, leva-nos a crer que não houve vazio diretivo nesses últimos anos da agitada vida política e social. Mesmo a permanecerem ignotos os cargos desempenhados, pelas assinaturas justapostas nessa ata, deduz-se como integrantes da derradeira direção da I República três cidadãos: Aurélio da Silva Mendes, Joaquim Ribeiro da Costa e Boaventura da Costa Caldas Júnior.

Quadro 21. 1.^a Direção-1927

DIREÇÃO – 1927	
Presidente	(P.e) José da Silva Pereira Caldas
Vice-Presidente	Manoel Damião Guimarães
1.º Secretário	Jeronymo Saraiva
2.º Secretário	Joaquim Ribeiro Ferreira
Tesoureiro	Francisco António Campelos

Fonte. Própria. Arq. RAHBVV *Livro de Actas*, (1927-1933). Cota: BVV-01-02.

A apresentação do quadro supra, que representa a primeira Direção eleita na vigência do curto período da ditadura militar, evidência o fim da República e, consequentemente, a vitória das forças de oposição. Para se comprovar estas proposições, bastará observar-se que o seu presidente é um padre, oriundo de um dos mais aguerridos sectores de oposição à República - o clero. Será de relembrar que as reformas mais controversas feitas pela República visaram a criação de um quadro legal do processo de laicização da sociedade, medidas que vinham ao encontro do fundo anticlerical, cientista e laicista da ideologia republicana. Essas reformas implicavam o total afastamento e a proibição das ordens religiosas das matérias inerentes à administração pública e ao ensino, sempre combatidas pelas hierarquias religiosas.

3.6.2. Os bombeiros

Ao invés do período anterior, há fontes que viabilizam reconstituir o quadro do Corpo Ativo, reportado ao tempo final da República. Integram-no todos os históricos bombeiros da Associação, todos aqueles que se consagraram à causa humanitária, com abnegação, carinho e risco de vida, zelando pelas vidas e pelo património dos seus conterrâneos. A todos esses corajosos bombeiros, apresentamos o nosso incomensurável penhor de

profunda gratidão. Que S. Marçal, o patrono nacional dos bombeiros portugueses, tenha todos esses filantropos sob sua bênção e proteção no Éden Celestial.

Quadro 22. Corpo Ativo da AHBVV (1927)

Nome	Função	Inscrição	Promoção
Domingos Gaio Pedroza	Aspirante	18/03/1877	[s/d] - 1.º Patrão
José Ribeiro Ferreira	Bombeiro 1.ª Classe	18/03/1889	1927 - 1.º Comandante
Armindo Silva	Bombeiro 3.ª Classe	09/03/1901	
João Alves Maia	Bombeiro	06/08/1905	
Albino Leite	Bombeiro 1.ª Classe	27/03/1908	1927 – Aspirante
Braulio Duarte Oliveira Guimarães	Bombeiro - Clarim	04/02/1910	
Eduardo Pereira Vila Pouca	Bombeiro 1.ª Classe	02/01/1911	1925 - 1.º Patrão
Armindo Mendes	Bombeiro 1.ª Classe	03/01/1912	1923 – Aspirante
Domingos Ribeiro	Agulheta	07/10/1912	
Joaquim Monteiro	Bomb. 1.ª/Agulheta	11/09/1920	
Francisco Mendes	Bombeiro	11/09/1920	
Manuel de Almeida	Agulheta	02/01/1921	
Manuel Pinto	Clarim	05/04/1922	
Abílio de Oliveira	Bombeiro 2.ª Classe	06/02/1922	
Joaquim Machado	Bombeiro	23/01/1923	
Artur Mendes	Bombeiro 2.ª Classe	01/05/1923	
Ernesto de Sousa	Bombeiro	13/10/1923	
Francisco Pinto Ribeiro	Bombeiro	17/02/1924	
Adelino Pereira da Silva	Bombeiro	20/11/1924	
Armando Fernandes de Oliveira	Bombeiro	20/11/1924	
Manuel Fernandes de Oliveira	Bombeiro	20/11/1924	
Mário Ribeiro Souza	Bombeiro	20/11/1924	
José da Silva Martins	Bombeiro	27/11/1924	
João Alves Mendes	Bombeiro	03/12/1924	
Joaquim Ferreira Peixoto	Bombeiro	22/03/1925	
Arnaldo Ferreira d'Abreu	Maqueiro	22/03/1925	1927 - Bombeiro
António Martins da Cunha	Maqueiro	22/03/1925	
Manuel Ferreira Alves	Maqueiro	22/03/1925	
Armindo Gomes Salgado	Maqueiro	22/03/1925	
António Fernandes de Oliveira	Maqueiro	22/03/1925	
João da Costa Campelos	Maqueiro - Chefe	22/03/1925	1925 - Aspirante
João Gomes da Costa	Maqueiro	22/03/1925	
João Madureira	Maqueiro	29/03/1925	
José Rodrigues Pontes	Bombeiro 3.ª Classe	21/02/1926	
Boaventura Alves da Cunha	Motorista	01/08/1926	
Agostinho de Lima	Maqueiro	03/10/1927	
Diamantino da Silva	Bombeiro	07/10/1927	
Álvaro Martins da Cunha	Agulheta	07/10/1927	
Miguel de Almeida	Maqueiro	07/10/1927	

Fonte: Própria. Arq. RAHBVV- BVV-11-02

Por falta de documentos, ficarão por explicar as razões da reduzida transição de bombeiros da época republicana para a da ditadura militar. Será de admitir, naturalmente, que as permanentes convulsões políticas e sociais em nada concorreriam para o estímulo da incorporação voluntária. Por outro

lado, o alistamento, forçado ou voluntário, de elevado número de homens jovens, destinado a engrossar as fileiras do Corpo Expedicionário Português, decorrente da participação de Portugal na I Guerra Mundial, também ajudará a explicar esse facto. Por fim, mesmo a não existir prova relacionada com os últimos quatro anos de vida da Associação, tudo leva a acreditar que, ao longo de todo o período republicano, o Corpo Ativo contou sempre com o labor do seu infatigável 1.º Comandante, o dedicado sócio António Feliciano da Silva Caldas.

Conclusão

A inusitada conjunção do rápido desenvolvimento urbano, do elevado crescimento habitacional e demográfico, ocorrida no último quartel do século XIX, despertou na elite bairrista da povoação de Vizela o sentimento da imperiosa necessidade da criação de organizações e equipamentos sociais, nomeadamente a criação de uma companhia de bombeiros voluntários, apta a prestar o serviço de extinção de incêndios

Nessa feliz conjuntura, um ciclo áureo da História de Vizela, encontra-se a génese da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntária de Vizela, terra muito marcada pelos ideais positivistas e que fervilhava de sonhos emancipalistas, muito instigados pelo progresso e desenvolvimento socioeconómico.

Do labor empenhado da elite vizelense, como bem esclarece a reconstituição das comissões promotora e instaladora dos bombeiros, advém a fundação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntária de Vizela, sucedida em 8 de maio de 1877. Mostrou-se que, mesmo a ser obrigação municipal a organização e manutenção de um corpo de bombeiros, pertenceu à diligente vontade de um egrégio grupo de vizelenses a formação e treino de um corpo ativo voluntário e a aquisição, a expensas próprias, de todo o material indispensável ao cumprimento da missão humanitária. Essa ação permitiu a Vizela o privilégio de se afirmar como uma das primeiras terras portuguesas a ter criado uma corporação de bombeiros.

Verificou-se que, no decorrer de meio século de existência, a organização e gestão da AHBV correram, ininterruptamente, de harmonia com os preceitos estabelecidos nos seus Estatutos, aprovados pelo Governo Civil de Braga, em dezembro de 1878.

Mostrou-se como sucessivas Direções, formadas por homens imbuídos de ideais políticos antagónicos, sempre perseguiram a mútua equidistância das querelas político/partidárias, e elegerem como mandamentos, mesmo nos períodos mais conturbados da vida política portuguesa, a paz, a estabilidade e a coesão funcional da instituição, bem longe de manifestações de carácter político ou religioso. Perseguiram, ao longo dos dois ciclos - monárquico e republicano - a constância em dotar o corpo ativo com mais e melhor armamento e no renovar de material de

combate a incêndios, mais moderno e eficiente. Apesar das crónicas dificuldades financeiras, adquiriram, em 1921, o edifício da *Estação das Bombas*, onde, em 1952, se veio a construir de raiz o primeiro quartel da Associação, e, desde 1925, já ultimavam a transformação de um veículo automóvel, destinado a substituir os carros de bombas braçais de tração humana.

Ao longo de meio século, revelou-se um Corpo Ativo organizado numa estrutura de tipo militar, estabilizado em torno de 30 homens operacionais, com muito poucas alterações quer quanto à evolução da organização e capacidade operacional, quer quanto às denominações hierárquicas de comando, chefias subalternas e praças.

O desejo da eficaz competência interventiva no combate a incêndios, determinou que os seus comandantes, Armindo Pereira da Costa e António Feliciano da Silva Caldas, delineassem formação prática, através de exercícios com as bombas e as escadas em simulacros de incêndio. Para este efeito, em 1911, veio a construir-se a primeira casa escola. Identificou-se, ainda, uma paulatina evolução qualitativa do serviço de maqueiros, que se alargou ao serviço de socorrismo permanente, com os doentes e sinistrados a serem transportados, de forma mais confortável e segura, por uma maca rodada. Por insuficiência de prova, ficou por apurar as claras motivações que presidiram à incorporação na Associação da denominada *Banda dos Chicórias*. Realçou-se, porém, que, desde a sua integração, provavelmente no ano de 1926, até à sua extinção, em 1961, a então denominada Banda dos Bombeiros Voluntários de Vizela, emprestou mais prestígio e notoriedade à corporação e a Vizela.

Louvou-se como os nossos insígnies antepassados, também eles um produto do seu mundo e tempo, souberam agarrar as aptidões de progresso oferecidas pelo seu século, advindas do positivismo científico, e com elas as possibilidades de se alterar e melhorar, não só as condições de vida dos seus concidadãos, como, até, a sua própria natureza. Não restam dúvidas, como bem considerava Augusto Comte, incessantemente claro e atual, que fruto das suas valorosas ações, pode-se hoje a firmar que a sabedoria que tenha explicado suficientemente o conjunto do passado obterá inexoravelmente, como consequência dessa única prova, a direcção espiritual do futuro.

No presente, na senda desse místico rumo, testemunhamos, com orgulho, o pioneirismo da instituição no seio da história do voluntariado

nacional e regional. Com este trabalho, espera-se não só ter-se convergido para um melhor conhecimento da História de Vizela, como, também, numa maneira distinta de se comemorar todo o ilustre passado da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela. Um trabalho que expresse constante o desejo de reconhecermos e homenagearmos a determinação, a coragem e a abnegação de todos os soldados da paz – bombeiros, comandantes e diretores - que sempre se têm devotado em servir as populações do vale do Vizela, no decorrer dos seus venerandos 140 anos de existência.

Fontes Primárias

Manuscritas

Arq. Municipal Alfredo Pimenta

Registo das Sessões Municipais

- AMAP - *Actas de Vereação da CMG* (1893-1896). Cota: 10-10-6-1
- AMAP - *Actas de Vereação da CMG* (1909-1911). Cota: 10-16-2-1
- AMAP - *Actas de Vereação da CMG* (1918-1919). Cota: 10-16-2-7
- AMAP - *Actas de Vereação da CMG* (1919-1920). Cota: 10-16-2-8

Registos Paroquiais – Baptismos

- AMAP - *Registos de Baptismos* - Paróquia de S. Miguel das Caldas – Livro P-925 [1837-1860].

Arq. da RAHBVV

- RAHVV - *Livro de Actas* (1895-1921). Cota: BVV-01-01
- RAHVV - *Livro de Actas* (1927-1933). Cota: BVV-01-02
- RAHVV - *Cópia dos Estatutos*– 1878

Impressas

- 1933 – Estatutos da RAHBVV. Cota: BVV-06-01
- 1957 – Estatutos da RAHBVV. Cota: BVV-06-02

Periódicos

Arq. Sociedade Martins Sarmento

- “*Imparcial*” - n.º 412 - 08/05/1877. Cota: BG-11-8-3g
- “*Imparcial*” - n.º 416 - 29/05/1877. Cota: BG-11-8-3g
- “*Imparcial*” - n.º 485 - 22/02/1878. Cota: BG-11-6-3
- “*Imparcial*” - n.º 602 - 20/05/1879. Cota: BG-11-6-3
- “*Commercio de Guimarães*” - n.º 1115 - 18/06/1896. Cota: BG-10-7-1
- “*Commercio de Guimarães*” - n.º 1117 - 28/06/1896. Cota: BG-10-7-1
- “*Commercio de Guimarães*” - (1926). Cota: BG-13-5-1
- “*Religião e Pátria*” - n.º 20 - 24/07/1878. Cota: BG-10-8-1
- “*Echos de Vizella*” - n.º 47 – 06/08/1905. Cota: BG-10-8-27
- “*Ecoss de Guimarães*” - 28/08/1926. Cota: BG-10-8-4 e
- “*Notícias de Guimarães*”, n.º 1479 - 01-05-1960. Cota: BG-12-5-2

Bibliografia

Actas do I Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses. (Coord. F. Hermínio Santos). Sintra: Bombeiros Voluntários de Sintra, 2003

BARREIRO, Rita - “A Evolução Histórica do Equipamento dos Bombeiros”. In – *Actas do II Encontro Nacional – História dos Bombeiros Portugueses*. Coimbra: Associação dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, 2001.

Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História (1395-1995), (Coord. de), F. Hermínio Santos. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros; Liga dos Bombeiros Portugueses, 1995

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença, 1998.

DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965

DAMAS, Júlio – *Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela: um Século ao Serviço da Humanidade*. Vizela: RAHBVV, 1977

DEUS, José Pereira de; LÉ, António Jorge – *O Jogo em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001

FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005.

FERNANDES, Paulo Jorge – “Política Económica”. In - *História Económica de Portugal* (Vol.III), por Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva (Org. de), Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002

FERREIRA, David – “Republicanismo Português”, in – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 5). (Coord.) de Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992

GARRIDO, Armando – “Conjunturas Políticas e Economia”. In - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). (Org. de) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005

GOMES, Júlio de Sousa - “Figuras Ilustres dos Bombeiros. O Exemplo ímpar do Coronel Cansado”. In – *Actas do II Encontro Nacional – História dos Bombeiros Portugueses*. Coimbra: Associação dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, 2001, pp.105-129

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgn.) - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005

LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.^a, 1873-1890.

LOPES, José da Silva – “Finanças Pública” – In - *História Económica de Portugal: 1700-2000*. (Vol. III). (Org. de) Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005

MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Editora Palas, 1978

MARQUES, A. H de Oliveira – *A 1.ª República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874

OLIVEIRA, A. Lopes de – *Bombeiros Voluntários de Fafe: Heróis da Paz*. Fafe: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, 1984

OLIVEIRA, Alfredo Jorge Salazar Rodrigues de; SOUSA, António Paulo Duarte Marques de; SILVA, Manuel António Martinho da – *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas. 125 anos a pulsar pela comunidade*. Caldas das Taipas: BVCT, 2012

OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008.

OLIVEIRA, Manuel Alves de – *História dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (1877-1987)*. Guimarães: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, 1988.

ORTEGA y GASSET, José – *História como Sistema* Madrid: Revista de Occidente, 1942

PACHECO, Maria José – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal - Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico (...)*, (Vol. VII –T-Z). Lisboa: João Romano Torres &C.^a, Editores, 1915

RIBEIRO, António Jorge – *Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, 1878-2013*. 135 Anos de História. Santo Tirso: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, 2013

RIBEIRO, Francisco – *Bombeiros Voluntários de Felgueiras – 1898-1998*. Felgueiras: Bombeiros Voluntários de Felgueiras, 1998

RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; etalli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008.

SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vols. X - XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988.

SILVA, Augusto Santos - *Palavras para um País: Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*. Oeiras: Celta Editores, 1997.

SILVA, José Eugénio Carvalho da Silva – *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as Disputas Autonómicas da Regeneração à República*. Vizela: Câmara Municipal de Vizela, 2015.

SOUSA, Amadeu José Campos de – *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1ª República (1890-1926)*. Braga: Casa do Professor, 2004.

SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – *A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1990.

SOUSA, Fernando – “*Portugal e a Regeneração*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) -*Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004.

VEIGA, Teresa Rodrigues – *As Realidades Demográficas*. In *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

Sítios

Santa Casa da Misericórdia de Vizela –
<http://www.santacasamisericordiavizela.pt>

Blogue - Memórias de Vizela - <http://memoriasdevizela.blogspot.pt>

Publicações Legislativas

- *Código Administrativo* - 1842 - de 18/03/1842
- *Código Administrativo* - 1878 - de 06/05/1878
- *Código Administrativo* - 1886 - de 17/07/1886
- *Código Administrativo* - 1900 - de 21/06/1900

Anexos

Anexo 1. - 1877 - "*Imparcial*", n. 412, de 08-05-1877, pp.2-3. (excerto)

Idem, 30

Chegou sabbado (28) a bomba para os voluntarios, e no domingo de tarde vieram de surpresa o 2.^o commandante e alguns voluntarios de Guimarães, juntamente com o inspector dos bombeiros municipaes, Carlos d'Araujo Abreu, todos com o seu uniforme, prestando-se a trabalhar na bomba, escadas e salva vidas, n'uma casa de dous andares situada no largo d'Alameda, dando assim uma bella lição aos voluntarios de Vizella.

Com effeito, vimos que os voluntarios de Guimarães estão assáz amestrados nas manobras, e foi por todos admirado a pericia e promptidão com que funcionavam ao toque da corneta, e a velocidade com que desciam e trepavam pelas escadas e cordas. A bomba foi gabada pelos commandantes, e findo o exercicio foi-lhes servido um lunch que constou de doce e vinho fino, durante o qual se trocaram brindes entre os bombeiros voluntarios de Vizella e Guimarães, confraternizando-se mutuamente.

Hoje, segunda feira, deu-lhes outra lição o constructor da bomba, que veio do Porto de proposito para isso, na casa do sr. padre José Pinto, mostrando os voluntarios aptidão no exercicio.

Verilas.

Fonte. Arq. SMS. Cota BG- 11-8-3g



55/86

1
G. Z. ...

Estatutos da Associação Humanitaria = Bom- beiros Voluntarios de Vizella.

Capitulo 1.º

Da organização, fins, e duração
da Associação.

Artigo 1.º A Associação Humanitaria = Bombeiros Voluntarios de Vizella tem por fim socorrer, em casos de incendio, os habitantes das Freguezias de S.ºm. Abiguel e S.ºm. João das Caldas de Vizella.

Unico. - A Associação fará aquisição de tudo que for indispensavel para o bom cumprimento do fim a que se propoe.

Artigo 2º - A duração d'esta Associação, será por tempo illimitado.

Artigo 3º - Podem pertencer a esta Associação, todas as pessoas de ambos os sexos tanto nacionaes como estrangeiras, que tenham uma condição social compativel com os fins d'ella, e com o desempenho dos deveres que lhe são inherentes.

§ unico - Os menores precisam da authorização de seus pais ou tutores, e as mulheres casadas, da de seus maridos.

Capitulo 2º

Da classificação, admissão e deveres dos Socios.

Artigo 4º - Os socios d'esta associação devem-se em honorarios, protectores, e activos.



2
Gonçalo

Artigo 5.º Socio honorario são aquelles a quem, pela sua posição social, ou pelos serviços que tenham prestado á associação, for conferida esta honra, devendo ser elleitos por dois terços de votos em sessão geral, sobre proposta da direcção ou de qualquer socio.

§ unico - São considerados socios honorarios matos, todos aquelles Commandantes ou chefes de qualquer Associação de Bombeiros voluntarios - que existirem ou vierem a existir no paiz, nas mesmas condições d'esta Associação -

Artigo 6.º Os socios honorarios são isentos de qualquer contribuição. Babelhes porém o dever Moral de concorrerem para a prosperidade d'esta associação.

Artigo 7.º Os socios protectores são aquelles que, pelo seu sexo, idade, condições physicas, ou outro qualquer motivo, não podem trabalhar na extincção dos incêndios, mas que prestam os auxilios pecuniarios.

§ unico - Este auxilio consistirá na quantia de 500 r.^{os} pela sua admissão, e no quotto de 200 r.^{os} mensaes.

§ 2º - É permittido aos socios protectores, a antecipação do pagamento de qualquer mensalidade.

§ 3º - Os socios protectores são illegiveis para todos os cargos da Associação.

§ 4º - O socio protector que deixar de pagar tres mensalidades consecutivas, sendo avisado para o fazer, considera-se despedido.

Artigo 8º - Socios activos ^{auxiliares} são os individuos propostos pelo Commandante e approvados pela Direcção, tendo por dever, prestar os serviços pessoais que lhe forem designados no respectivo regulamento.

§ 1º - O numero e graduação d'elles serão marcados no mesmo regulamento.

§ 2º - Os socios activos poderão ao mesmo tempo ser contribuintes e illegiveis para todos os cargos.

Artigo 9º - Qualquer socio activo, que sem motivo justificado abandonar a Associação, ou for despedido pelo seu comportamento irregular, não será mais admittido.



G. Reis.

Artigo 10 - O socio activo que se tenha despedido e quizer entrar de novo, requerera a sua admissao perante a Assembleia geral devendo ser approvado, ao menos, por dois tercos dos socios presentes.

Artigo 11 - O socio activo que deixar de pertencer a Associação, possuindo algum armamento, devera entregar-l'o ao Comman- dante no acto da sahida, quando não, sera obrigado a pagar a sua importancia

Artigo 12 - Todo o socio tanto activo como protector tem obrigação de accetar e exercer os cargos para que for nomeado, e ao por mo- tivos muito ponderosos sera dispensado pela Direcção, de prestar os serviços que lhe fo- rem commettidos.

Capitulo 3º

Da Assembleia geral

Artigo 13 - A Assembleia geral é a reunião de todos os socios activos e

protectores, convocados com antecipaçaõ
minima inferior a tres dias, devendo julgar
se constituida pela primeira vez, com a
maioria das duas classes de socios, e pela se-
gunda vez, com os que estiverem presentes
uma hora depois de marcada a reuniãõ.

§ unico - O poder supremo da Associa-
cãõ reside na Assembleia geral em harmo-
nia com as disposições d'este estatuto.

Artigo 14 - A Assembleia geral terá
a sua sessão economica no mez de janeiro
athe ao dia 10, em que a Direcção appre-
sentará as suas contas do anno ante-
rior.

Artigo 15 - Pertence á Assembleia
geral 1.^o eleger annualmente a Direc-
cãõ e Conselho fiscal - 2.^o discutir e vo-
tar os relatorios e pareceres da Direcção,
Conselho fiscal, ou Comissões espe-
ciaes - 3.^o Conhecer e tratar de qual-
quer assumpto de interesse, e
das mais attribuições marcadas
n'este estatuto.



11
G. Branco

Artigo 16 - A Assembleia geral poderá reunir extraordinariamente quando a Direcção a julgar conveniente, ou quando vinte ou mais socios o requererem á Presidencia, designando o motivo da reunião.

Artigo 17 - A mesa da Assembleia geral compo-se de um Presidente, um Vice-Presidente, e 4.º e 2.º Secretarios.

Quinica - O Presidente e Secretarios da mesa da Assembleia geral, serão os mesmos da Direcção.

Capitulo 4.º

Da Direcção -

Artigo 18 - A Direcção será electa annualmente no dia da sessão ordinaria da Assembleia geral, e constará de um Presidente, um vice-Presidente - 1.º e 2.º secretarios, Thesoureiro, e 4.º e 2.º Commandantes.

Artigo 19 - A Direcção incumbê a

fidel observancia dos presentes estatutos,
e das deliberações da Assembleia geral.

Artigo 20. - Ao Presidente da Direcção compete 1.^o presidir ás reuniões da Assembleia geral, dirigindo as discussões. 2.^o presidir ás reuniões da Direcção. 3.^o representar a Associação em todos os actos de responsabilidade colectiva. 4.^o assignar ou rubricar com os outros directores a quem competir, todos os diplomas e registos da Associação. 5.^o velar pela boa applicação dos fundos desta Associação. 6.^o visar todas as contas que o Thesoureiro houver de pagar, bem como as mais folhas e pontos dos incidentes que lhe forem enviados pelo Commandante do Corpo.

Artigo 21. - Ao Vice Presidente compete exercer as funcções de Presidente, na falta deste.

Artigo 22. - Compete ao 1.^o Secretario, ter sobre sua responsabilidade e escripturados em dia os seguintes livros - 1.^o um inventario completo

5
G. P. P.

de tudo quanto pertencer a esta Associação
2.º registro de todos os associados com seus nomes e graduação - 3.º livro das actas da Assembléa geral, que deverá conter todas as suas decisões - 4.º livro das actas da Direcção e Conselho fiscal, devendo conter todas as suas decisões - 5.º registro aonde constem todos os incendios e mais successos a que esta Associação presta serviços, nome dos socios que n'elles comparecerão, e mais circumstancias notaveis.

Artigo 23. - Também é das attribuições do 1.º secretario, lavrar as actas das reuniões da Direcção, das Assembléas geraes, e tratar de todo o expediente -

Artigo 24. - Ao segundo secretario compete fazer as vezes do primeiro no impedimento d'este, e auxiliar o nos seus trabalhos.

Artigo 25. - Ao thesoureiro incumbhe o dever de arrecadar a receita d'esta Associação, o pagamento de todas as despesas devidamente authorizadas, e em d'isso, correr-lhe a obrigação de manter a



sem perda de tempo, as faltas de pagamento de joia e mensalidades, assim como de apresentar mensalmente a Direcção, um balancete da receita e despesa.

Artigo 26 - No impedimento do Thezourieiro, exercerá as suas funções um dos membros da Direcção entre si escolhidos.

Artigo 27 - O Commandante é o representante e interprete da Companhia perante a Direcção, cumprindo lhe o dever de vigiar a boa execução do regulamento, tendo sempre de accordo com a Direcção.

Artigo 28 - Ao segundo Commandante compete, além da substituição do primeiro, na sua falta, cuidar da conservação e accio do material e satisfazer ás requisições da Direcção tendentes a esclarecer a existência do mesmo material.

Capítulo 5º

Do Conselho fiscal.

Artigo 29. O Conselho fiscal será composto de cinco membros que escolherão entre si, o Presidente e Secretario, e pertencer-lhe examinar e approvar as contas que lhe forem apresentadas pela Direcção, e dar o seu parecer sobre o relatório que a mesma tem de apresentar annualmente á Assemblia geral.

Artigo 30. O Conselho fiscal poderá, querendo, assistir ás reuniões da Direcção, tendo voto consultivo quando as suas deliberações importem o supprimento de qualquer deficiência destes estatutos.

Capítulo 6º

Das disposições geraes.

Artigo 31. Da economia.



Na Associação, será contado desde o primeiro de Janeiro, até 31 de Dezembro.

Artigo 32 - Para que estes estatutos possam ser alterados, é necessario uma proposta em Assembleia geral assignada pela Direcção, ou pelo menos, por dez socios.

Artigo 33 - Sendo a proposta acci-
te, nomear-se-há uma Commissão de cinco membros que estudarão, dando o seu parecer, para que seja approvado em Assembleia geral.

Artigo 34. Esta Associação não po-
derá ser dissolvida senão quando possuir menos de dez socios e a maioria d'elles assim o requererem, provando a impos-
sibilidade da sua existencia.

Artigo 35 - No caso de dissolução,
proceder-se-há conforme dispõe o ar-
tigo 36 do Código civil.

e Artigo 36 - Os Bombeiros Voluntarios

7
Governo

de Bijella, terão um regulamento particular por onde se regularão os seus trabalhos na extinção dos incendios, e mais serviços da Associação.

Capitulo 7^o

Das disposições transitórias.

Artigo 37. Estes estatutos deverão ser apresentados à Authoridade competente para a sua approvação, e não poderão ser alterados, sem a approvação da mesma Authoridade.

Caldas de Bijella 9 de Dezembro de 1878.

A Commissão Installadora.

Antonio Pedro de Barros Lima

Antônio José da Silva

Abelino

Joaquim Ribeiro da Costa

Antonio José d. S. S. S. S. S.

Luiz Antunes Pereira

Armando Pereira da Costa

Joaquim de Brito de Brito de Brito

Joaquim Pinto de Brito

João Ribeiro de Freitas Guimarães



Joaquim Cabral de Menezes, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Comendador do Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Rica e Governador Civil do Districto de Braga.

Fago saber que tendo-me sido presente para approval o projecto do estatuto para que pretendo reger-me, de Associação Humanitaria - Bombeiros Voluntarios de Vigella, do Conselho de Guimarães, de pois de ouvir o Conselho do Districto em sessao d'hontem, como me pareceu me conformo, no uso da faculdade que me confere o artigo 2º do Decreto de 22 d'Outubro de 1868, hei por elle approvado e approvedo estatuto.

Este meu alvará fica fazendo parte do presente estatuto, escripto em sete ou mais folhas que todas meo assinareis e rubricareis pelo Sr. Joaquim de Sá Lotta-Moxias Figueira, Primeiro Official d'este Governo Civil e Secretario do Conselho do Districto e por tanto mandado se cumpra como no mesmo se contém.

Não pagam direitos de Morte nem d'elle pello não haver.

Dado e passado sob o sell'o das armas d'este Governo Civil em Braga aos 12 de Dezembro de 1888.

Joaquim Cabral de Menezes



dos Bombeiros Voluntarios, fôrto á Comarca de Mousa
igual da Comarca de Mousa, de que o Sr. Dr.^a é digno presidente
do conselho, e para detenção annual de as bases do seu
contracto provisoriamente approvado superiormente, e
cujo projecto a Associação Humanitaria dos Bom-
beiros Voluntarios de Nizella, vem apresentar e pre-
fôr á Dr.^a. Camarara por esse D.º A.º Dr.^a que attenden-
do ás considerações expostas, se digue superior Mr. E. R.
M.^{os} Pela Associaçã dos Bombeiros Voluntarios de
Nizella = O Presidente, Miguel Antonio Morais de
Paes Netto = O Vice-presidente, Luiz Paulo de Souza e
Costa = O Secretario, Antonio da Silva Filho con-
tinha = O 2.^o secretario, Jose Mendes Estreus Guimaraes
= O Thesoureiro, Jose Paulo de Souza e Costa = O
1.^o Camarara adjunto, Almeida Pereira da Costa = O
2.^o Camarara adjunto, Antonio Policario da Silva bal-
des.

~ Projeto de Cantante ~

Dr. J. J. Carrara Municipal de Lima

L. Aracinae dos Brachiosos Voluntarios de Sigüenza.

S.^a Direção da Associação Universitária dos
brasil Voluntários de Nizetta temendo com o serviço
da extenuação de interesses em favor da Nizetta e sub-
leitos, com efeito de encerrar as paragens de Nizetta e sub-
junctiva de 1895, mediante aprovação superior do pa-
drão de trabalho entre a referida Associação e a Ex.^a Co-
menda Abençoada de Guimarães.

Direção obriga-se a continuar no me-

2.ª - A mesma Direção obriga-se a conservar no ma-
thor estado e azeite e segurar material que actualmente
se encontra instalado n'esse edificio, e por conseguinte, que tem de
abrigar, isto em um armazém da Estação Nova, e uma banha-
(n.º 1) de duas vaguetas, com força de 30. casacações

Salvia purpurea (L.) Link.

4^a - Abaixo de a concessão de licença a outorgado a
de - concessão, nos fins de cada anno concessão, ou
colaboração de serviço geral de concessão, envolvendo as con-
das de colaboração de todos os despesas feitas por conta de
CONCESSÃO DE LICENÇA.

8.^o — A barreira fluvial do Guaranicó abriga-se a poucos metros de distância do Barragem Volcanária de Bigalla, a quem se assemelha, na sua estrutura, no abrigar de pedras, mas que se manifesta duas vezes talhada e construída de diferentes de sercos de.

9.º - El capitán basconia obsequia a todos sus
alumnos a su manera corporativa con el fin de que
que satisficiera a los que voluta en el momento, por
negocios de su propia actividad que se da a los pocos
estudiantes para dar de servir público.

15. — Toda a matricial por act. ouve agoriss
for patermunda no enunciação e a disponição de
Luz

[illegible][illegible]

45
Por M. 3

que a expensas suas e por esta ordem haja sido adquiridos. - Caldas de Nigella 20 de outubro de 1894. - O Presidente, Miguel Antonio Moreira de Sá e Mallo. - O Vice-presidente, Luiz Pinto de Souza e Castro. - O 1.º secretario, Antonio da Silva Vieira Coutinho. - O 2.º secretario, Jose Fernandes Castro Guimarães. - O Thesoureiro, Jose Pinto de Souza e Castro. - O 1.º Commandante, Armindo Pereira da Costa. - O 2.º Commandante, Antonio Feliciano da Costa Balda. - Sendo posto em discussão o mesmo projecto, a Câmara attendendo á grande conveniencia que advem ao municipio, na existancia e conservação de uma companhia de bombeiros na importante paroccia das Caldas de Nigella, deliberou unanimemente e provisoriamente approvar o referido projecto, e encarregar a Commissão Municipal, cumprida elle os necessarios poderes, de assignar o respectivo contracto nos termos enunciados no alludido projecto, e promover a approvação superior, com vigor os artigos 24.º m.º 7.º e 25.º do decreto com força de lei de 6 de agosto de 1892.

Segue-se os orçamentos

Cancelho de Guimarães

Anno civil de 1894.

Correspondencias

Vizella 20

(Do nosso correspondente)

Por infelicidade nossa, estamos soffrendo o governo do sr. Fontes, o ominoso governo restaurador e esbanjador, assim como as auctoridades administrativas e parochiaes.

Foi uma completa restauração, que teremos de soffrer até que o povo, compenetrado do seu poder, escorrasse para sempre o sr. Fontes & companhia.

Vimos que os amantes do sr. conde de Margaride não festejaram a restauração do sr. Fontes, não fizeram a menor demonstração, nem os snrs. do Outeiro precorreram Vizella com a sua muzica e descantes, e andam cabisbaixos; certamente é a causa por o sr. conde não ficar em Braga, para lhes isentar os mancebos do recrutamento, pois que era elle quem lhes dava todo o brilho; e a influencia eleitoral d'estes, é tal, que já ninguém falla n'elles.

Cosias d'este mundo.

E assim teremos de soffrer tambem as arbitrariedades do sr. Conde, como administrador restaurado; é a má sina de Guimarães em ser administrada por homens de capricho estulto.

Vêremos se elle faz obra pela portaria do seu governo, na qual recommenda ás auctoridades prudencia e bom tinco administrativo.

Veremos...

No dia 2 d'este mez houve assembleia geral dos bombeiros voluntarios e seus protectores, afim dos iniciadores prestarem com as da subscripção e do dinheiro recebido e do gasto, tomando a presidencia o sr. Antonio de Barros Lima e secretarios Armindo Pereira

da Costa, e João de Freitas Ribeiro. Abrindo a sessão o muito digno presidente, foram presentes as contas e documentos e em seguida foi lida pelo secretario João de Freitas Ribeiro o relatório e contas, sendo tudo approvado e passando o sr. presidente a propor que se tornasse urgencia dar maior brilho e impulso a esta tão humanitaria instituição, é preciso formar-se uma commissão para promover donativos e formar uma sociedade cooperativa—pecuniaria, afim de se prestarem para o fardamento dos que são artistas, e mais aprestes e accessorios.

Tomaram mais a palavra os snrs. Costa e Dias Pereira, fallando no mesmo sentido e approvando tal ideia, procedendo-se assim á formação da commissão, ficando por unanimidade eleitos, os doze que são entre outros os snrs. presidente Barros Lima, Dias Pereira, Costa, dr. Abilio Torres, Varella, Luiz Antunes etc.

Fazemos votos para que seja corôada de bom exito esta bella instituição, que já tem mostrado o que exuberantemente valles nos dois incêndios a que alludia.

Domingo (17) estande dois moços em uma taberna a jogar a bisca, e tendo, *pinchado*—esqueceram-se por causa do agalho eu, opinando cada um para si, e passaram a vias de facto, e deitando-se bem e apresentando ambos arranhaduras pelo rosto. Um d'elles mettendo um dedo na booca ao outro, este lhe filou com tanta vontade, que lhe cortou o dente rente á unha pelo jogadouro, tal é a presa dentaria que o tal melro tem.

Safa...

São as consequências que se tiram do jogo e do vinho.

Veritas.

INTERIOR

Vizella 14 de maio
de 1879

(Corresp. particular)

Frequente Vizella ha 10

annos a fim de melhorar dos meus padecimentos: tenho encontrado allivio, devido á efficacia das suas aguas.

O novo estabelecimento dos banhos vae bastante adiantado; parabens á companhia, na escolha do illustre engenheiro o snr. Cezario Pinto, que é um cavalheiro assiduo, zeloso e activo, dirigindo os trabalhos na maior ordem, deixando mostrar a sua delicadeza.

Não tenho relações com s. s.: é declaração espontanea, não querendo offender a sua modestia.

O snr. José Rodrigues, não obstante o seu genio fugoso, é um empregado honrado, dotado de um coração bondoso, e se algumas vezes se torna rispido para com os seus subordinados, é porque assim o exige a preguiça dos mesmos.

O snr. Arthur Moutinho é igualmente cuidadoso no desempenho dos seus deveres.

Os bombeiros voluntarios d'esta localidade estrearam no domingo passado, 11 do corrente, o seu fardamento. Gostei do apparato: foi um dia de folga; percorreu as ruas d'esta terra a banda do snr. João da Bandeira, desempenhando um humbo feito «padrão», e dizem-me ser obra do revd. padre Eugenio.

Os bombeiros tiveram exercicio; andaram bem, e obedientes aos seus dignos commandantes.

É uma instituição puramente humanitaria, que muito honra esta terra.

Tenho lido algumas correspondencias d'aqui e ignoro os signatarios, como «Vefitas» e «Ermitões». Não lhes invejo o gosto; e dizem-me que vinganças mesquinhas os tem levado a fazer um papel miseravel. Não me importa nem quero entrar n'essas apreciações, e apenas direi que essas verrinas não edificam.

Li ultimamente uma correspondencia do snr. Freitas Guimarães, em que sustiga o revd. abbade de S. João, Antonio José Felix Gomes.

Não lhe louvo o seu proceder, e mesmo porque a um sacerdote respeita-se-lhe o caracter de que se acha revestido; mas, se aquelle andou mal, peor andou o revd. abbade em um extenso aranzel publicado no «Commercio do Porto, datado de 7 do corrente.

Sua reverendissima estendeu-se muito, e estendeu-se completamente, porque veio mostrar a nenhuma razão que o sr. Freitas Guimarães tinha de lhe apparecer na visita da Paschoa, pois diz sua revm.ª que a casa está em

Echos de Vizella

Incendio

Cerca das 2 horas da madrugada de hontem manifestou-se incendio em uma cosinha existente nas trazeiras de uns predios do largo de Franco Castello Branco e pertencentes ao snr. Luiz Paulino da Silva e Souza.

O incendio, que se não fosse promptamente debellado teria tomado grandes proporções, foi promptamente combatido e reduzido, sendo os prejuizos insignificantes.

Prestaram os primeiros soccorros o snr. Alberto Freitas e alguns amigos que, encontrando-se a essa hora ainda a pé e casualmente nas proximidades da casa incendiada, correram a estação dos Bombeiros Voluntarios, trazendo uma bomba enquanto um d'elles tocava a rebate na sineta da estação.

Vem a proposito censurar asperamente o facto de, tendo a sineta dos Bombeiros Voluntarios tocado a rebate durante perto de meia hora, nenhuma das torres das egrejas de S. Miguel e S. João ter repetido esse toque.

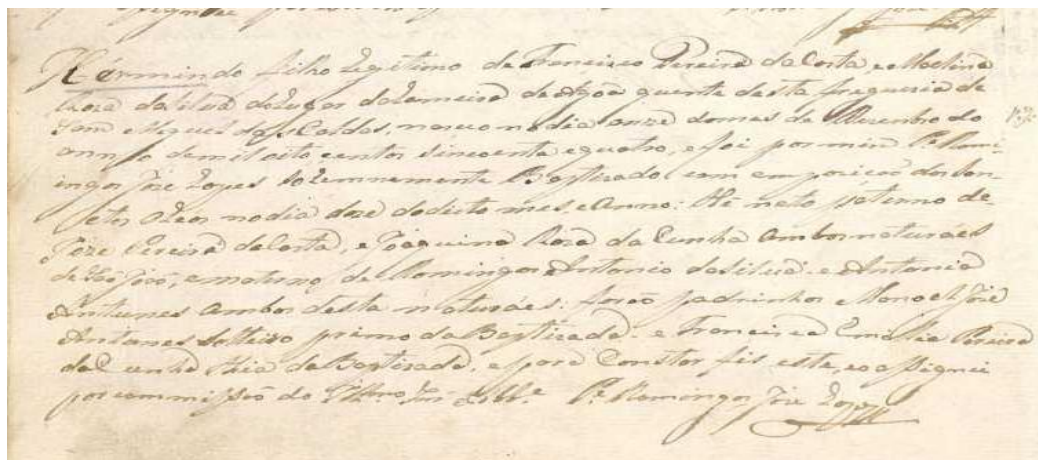
Nós censuramos o caso mas não o estranhamos porque não é já a primeira vez que se dá, chegando o sineiro da igreja de S. João a ter feito signaes de incendio depois de tudo sanado e concluido, como aconteceu n'um dos ultimos incendios occorridos.

A quem compete pedimos providencias, porque ha em Vizella alguns bombeiros, entre elles o proprio commandante, que moram longe da estação e que podem, em qualquer occasião, não ouvindo o signal da sineta, faltar a qualquer sinistro.

Apesar da falta de toque nas torres, ao incendio de hontem compareceram todos os bombeiros e os guardas policiaes aqui destacados.

Fonte. Arq. SMS. Cota: BG-10-8-27

Anexo 7. 1854 - Certidão de Nascimento – Armindo Pereira da Costa



Fonte. AMAP/PRQ/PGMR 59- *Registos de Baptismos* - Paróquia de S. Miguel das Caldas – Livro P-925 [1837-1860], fl. 44-v.

Transcrição.

Armindo, filho legítimo de Francisco Pereira da Costa e de Miquelina Rosa da Silva, do Lugar da Lameira de Agõa quente, desta freguesia de São Miguel das Caldas, nasceo no dia onze do mês de dezembro do anno de mil oitocentos e cincoenta e quatro, e foi por mim P.e Domingos José Gomes solennemente Baptisado com emposição dos sanctos óleos no dia dose do dicto mês e anno: Hé neto paterno de Joze Pereira da Costa e Joaquina Rosa da Cunha, ambos naturaes de São João; e materno de Domingos Antonio da Silva e Antonia Antunes, ambos desta naturaes: Forão padrinhos Manoel joze Antunes, solteiro, primo do Baptisado, e Francisca Emilia Pereira da Cunha, tia do Baptisado, e para constar fis este e o assignei por commissão do Illmo [- -]. P.e Domingos José Gomes [Subscrição].

Caldas de Vizela

Festividade religiosa

Na igreja paroquial de S. João das Caldas realiza-se no domingo, como aliás já se vem verificando há anos nesta data, a festa em honra do Mártir S. Sebastião.

Pelas 12 horas e após se terem celebrado missas rezadas, houve missa solene cantada pelo grupo sãcro daquela freguesia.

As 15 horas, terço, sermão e bênção do Santíssimo Sacramento.

Pouco depois teve saímento do mesmo templo uma procissão que percorreu as principais artérias da Vila, na qual se incorporaram dezenas de anjinhos, representando várias figuras bíblicas, diversas confrarias e muito povo.

O préstimo religioso, que fez atrair à nossa Vila uma multidão de piedosos fiéis, foi abrelhantado pela Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de

Real Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela

No salão nobre desta Real Associação, realizou-se no pretérito domingo, a assembleia geral para apreciar, discutir e votar o relatório e contas da gerência do ano findo.

Presidin o Sr. David Leite Campos, secretariado pelos Srs. José Machado de Oliveira Carvalho e Amaro Pereira de Sousa.

Ao terminar, a assembleia deliberou aprovar por unanimidade as contas da gerência de 1960 e o respectivo relatório.

Teatro Cino-Parque

Apresenta hoje, às 15,15 e 21 horas, a maravilhosa produção colorida em cinemascopo, *A coroa e a espada*, com Robert Taylor, Kay Kendal e Robert Morley. Espectáculos para maiores de 12 anos.

Farmácia de serviço

Hoje está de serviço permanente a

Fonte. Arq. SMS. Cota: BG-12-5-2